

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**



**CONTROLE SOCIAL EM CONTEXTO DE INTERCULTURALIDADE:
dinâmicas da “representação indígena” na *COEPI***

PEDRO COSTA MACIEL

São Luís - MA

2017

PEDRO COSTA MACIEL

CONTROLE SOCIAL EM CONTEXTO DE INTERCULTURALIDADE: din^o micas da
“representação indígena” na COEPI

Monografia apresentada ao Curso de Ci₃ncias Sociais
da Universidade Estadual do Maranh^o como requisito
b^osico para conclus^o de curso.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mariv^onia Leonor Souza Furtado

S^o Lu^os – MA

2017

Maciel, Pedro Costa.

Controle social em contexto de interculturalidade: dinâmicas da “representação indígena” na COEPI / Pedro Costa Maciel. – São Luís, 2017.

105 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Profa. Dra. Marivania Leonor Souza Furtado.

1. Controle social. 2. COEPI. 3. Relações interétnicas. I. Título.

CDU 316.74:572.9(=1-82)

PEDRO COSTA MACIEL

CONTROLE SOCIAL EM CONTEXTO DE INTERCULTURALIDADE: dinâmicas da
“representação indígena” na COEPI

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da
Universidade Estadual do Maranhão como requisito básico para
conclusão de curso.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mariv^onia Leonor Souza Furtado

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Mariv^onia Leonor Souza Furtado
Orientadora

Prof^a Me. Daisy Damasceno Araújo

Prof^a Me. Sérgio César Corrêa Soares Muniz

In memoriam, aos meus avôs Iber, e Elviro
e aos meus tios Valter e Vandico.

Aos povos indígenas do Estado do
Maranhão, principalmente aos Guajajara,
por tudo que representam para mim como
cientista social, pesquisador e militante.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um ato/momento que deve vir das entranhas do íntimo, carregado de extrema sinceridade. Ser grato não acaba nas palavras “muito obrigado” ditas na hora apropriada, mas permanece na memória, pois ela é sempre acompanhada das consequências positivas que a ação de alguém gerou na nossa vida, que não se cansam de nos lembrar.

Durante toda a minha graduação, que durou muito mais tempo do que o previsto, passei por tantas situações difíceis que ir à universidade, em alguns momentos, se tornava algo de menor importância, gerando dentro de mim pensamentos de desistência. As pequenas dificuldades, que geralmente não causam tantos transtornos, já começavam a resultar em problemas maiores devido a sua quantidade. Os grandes problemas... Isso nem se comenta.

Eu, que sou uma pedra, como o meu próprio nome diz, muitas vezes me tornava a pedra que impedia o meu progresso como universitário, pesquisador ou ser humano. Essa ironia era sempre muito presente.

Mas como a vida, mesmo não sendo um mar de rosas, não é um inferno total, a balança do equilíbrio entre o caos e a quietude fazia o seu trabalho. Quando não se observa a pedra no caminho, causando uma queda, há sempre uma mão – ou mais de uma – para ser estendida. O clichê de que “nunca estamos sozinhos” passou a ser uma verdade da vida.

Então, as palavras a seguir são para pessoas que de alguma forma, fizeram uma diferença na minha vida durante a minha constituição acadêmica. Aqui não há diferença entre aquele ou aquela que ajudou ou transformou mais ou menos a minha vida. Uma ajuda é uma ajuda. Sendo ajuda uma ação transformadora, cabe a mim lembrar de quem me transformou.

Bom, primeiramente devo dizer que sou espírita – desviado, como em tudo na minha vida –, e na crença que sigo, anterior a mim, há Deus. E esse Deus nunca me abandonou, me enviando sempre a assistência espiritual que precisava. Nos momentos de extrema dificuldade, sempre sentia a presença da espiritualidade e de como interferiam nos fios do destino, por eu merecer ou não, ao meu favor. Eram sempre enviados encarnados e desencarnados ao meu auxílio.

Não sei medir o tamanho da minha fé, mas sei que ela não seria capaz de mover nada, ainda mais uma montanha. Por isso, a esperança que tenho sempre, seja

ela pela influência astral do meu sol, em sagitário. ou por outro motivo desconhecido, sempre me ajudou a acreditar até o último instante, até ela ser derrotada pela cruel e iminente realidade. Essa esperança sempre me segurava até surgir o auxílio desejado.

"É sempre bom ter para onde retornar". Minha mãe sempre diz mais ou menos isso. É nessa frase que sintetiza a importância da família na vida de alguém, pelo menos na minha. Não é segredo para ninguém que minhas relações familiares são bombas a serem sempre explodidas, altos e baixos (mais baixos do que altos), conflitos de pensamentos e discussões diárias e cansativas, mas é nela que tenho para retornar. Dentre essas problemáticas diárias, sempre houve a ajuda nos momentos mais difíceis que enfrentamos, rendendo choros intermináveis, desesperos, medo, incertezas, e nessas dificuldades, no sentimento, mesmo bem escondido, de gratidão ao outro que nos fez permanecer juntos.

Devo agradecer minha família por ser quem sou. Devo agradecer meu pai e minha mãe pela boa educação, por não me fazer um ser humano preconceituoso, problemático e indiferente com as outras pessoas. Certamente tive mais facilidade de me desconstruir pela educação que obtive que me fez ser "mente aberta". Vivi entre (até me emocionei agora) a calma de meu pai e a forma energética de educar de minha mãe. Uma combinação que deu resultado, de alguma forma, para os três filhos de maneira diferenciada. Além disso, o fato de exercerem liderança, a preocupação em relação aos estudos sempre estava em primeiro lugar, o que me fez não ser um aluno que desse problema.

Devo agradecer minha mãe. Agradeço mesmo ressaltando que hoje ou amanhã discutiremos por alguma coisa e ficaremos com os sentimentos a flor da pele. Mas agradeço por ter dividido as situações mais difíceis que eu poderia imaginar: problemas financeiros, falta de alimentação, problemas familiares. É na dificuldade que conseguimos construir a confiança com as pessoas.

Devo agradecer meu pai. Agradeço pelos ensinamentos dados durante todos esses anos. Mesmo a distância não o fez ser menos pai que era e, certamente, não causar diminuições no futuro. Valorizar é preciso pela preocupação na minha educação como ser humano e como profissional, dando todo o apoio no meu crescimento acadêmico e em todas as possíveis pesquisas que me interessei em fazer. Quantos livros me abriram os olhos...

Devo agradecer meu irmão e minha irmã. Agradeço a Deus todos os dias pelas diferenças presentes entre nós. Quase nada nos assemelha. Somos únicos no que somos e no que fazemos. A irmã, pedagoga, o irmão, cantor/compositor/musicista/desenhista, e eu, cientista social. Tudo nos diferencia, até mesmo os caminhos percorridos e os sonhos.

Minha irmã, Abigail, mais velha dos três, muitas vezes me enchia a paciência (tenho mania de perder a paciência com as pessoas da minha casa. Acho que já está bem claro). Nunca fui de concordar com as opiniões das pessoas que convivem comigo, mas dentre todas as pessoas da minha casa a que mais concordo e, por incrível que pareça, me contradizendo com o que já disse, a que menos gera problemas comigo. Sempre a mais sentimental e até apaziguadora.

Meu irmão, Tiago, o filho do meio, é mais delicado. Depois da adolescência, viramos cão e gato (ele sendo o gato... Deve entender a referência). Gritos, insultos, desejos (impossíveis de citar aqui) direcionados ao outro... Indiferença. Situações como essa, permeavam todos os dias de nossas vidas, mas agradeço por hoje estar diferente. Não que esteja tão maravilhoso, mas houve um progresso tremendo, isso eu tenho que admitir.

E assim, minha família, sendo a única que tenho e, dentro de suas particularidades, a que preciso. Agradeço novamente por tudo que já passamos e – que Deus nos proteja – das coisas que passaremos.

Infelizmente, a vida é efêmera, e por ter tal característica, é aquela que leva as pessoas das mais diversas formas. Nos agradecimentos, assim, como a dedicatória deste trabalho, não poderiam faltar estas pessoas que marcaram sua existência na Terra e na vida de outras pessoas. Assim, venho lembrar dos meus avós Iberê e Elvário e meus tios Valter e Vandico.

É um pouco triste falar ou lembrar, mas a alegria certamente não falta ao falar desses quatro espíritos. Não tive a oportunidade de conhecer meu avô Iberê, pois chegou a falecer antes do meu nascimento, mas ele ainda permanece no meio de nós (não metaforicamente falando), cuidando de nossa família, preservando nosso bem-estar e orando sempre pela nossa felicidade. Nossa casa está sempre se portas abertas.

Meu último ato pelo meu avô Elvário foi um simples suco de laranja. Quando estava no hospital sofrendo de problemas de saúde, com o estado bem debilitado, o mero suco de laranja o fez ficar animado. Ele gostou muito. A alegria sempre presente,

as conversas cheias de sabedoria fizeram parte das visitas, das dormidas em sua casa. Hoje, deixa muitas saudades.

Quantos peixes saborosos de Anajatuba foram degustados pela minha família! Tio Vandico aparecia aos fins de semana carregado de polpas de cupuaçu e peixes frescos para serem vendidos e ajudar no sustento de sua casa. O que era interessante é que sempre havia uma polpa e um peixe guardadinhos para nós. Um indivíduo de condições financeiras bem inferiores – nossa, tirava do que poderia ser vendido e nos dava como forma de agradecimento. Quantas refeições puderam ser feitas com os alimentos que ele nos dava... às vezes, ainda olho o cantinho da casa e lembro dele deitado dormindo ou vendo televisão...

Tio Valter era o poeta. Sabia escrever e transmitir seus sentimentos de uma forma única. Para falar a verdade, além de poeta, era a alegria da família, irmãos e pais. Não haviam encontros que não fossem repletos de brincadeiras, sorrisos e alegrias. Ele sabia viver com alegria e transmiti-la para quem precisasse mesmo vivenciando suas tristezas internas e preocupações constantes. Hoje se encontra em um local melhor e perto de nós.

Que todos possam ser abençoados e iluminados por Deus nas suas existências espirituais e guiados para um caminho melhor.

Devo agradecer a uma pessoa tão incrível e especial na minha vida. A Mayara preguiçosa, caseira, doente, parecendo uma idosa com seus somente 20 anos de idade. Mas nenhuma dessas características a impediu, até hoje, de cuidar de mim. Certamente elas nem existem quando se trata de mim. Uma relação que nasce da graduação, se fortifica dentro dela e permanece com o fim da minha vida universitária. Cuidadosa, como sempre, me fortificou em momentos complicados, de desânimo e tristeza. Não poderia ter companhia melhor. Quero dizer que a amo muito e me sinto tão feliz com ela que esse sentimento me transmite liberdade e segurança (Hobbes que me perdoe a afirmação).

Sempre afirmo que minhas amigas(!) são o tesouro da minha vida. Me permito até brincar com as palavras por sempre ser cercado de mulheres, fato que nunca foi algo a se reclamar. Amizades com homens, eu conto no dedo e acredito que nem preciso de todos eles. Chaga a ser engraçado...

Devido as constantes instabilidades da relação com a minha família, eram nelas ou neles que me firmava quando não tinha outro lugar para me apoiar. Amo

conhecer pessoas novas, adentrar as suas vidas e faz, -las adentrar na minha e confio plenamente nelas. Certamente n^o poderiam faltar.

Devo agradecer minhas amizades da gradua^o. O que seria de mim sem elas? Muitas pessoas cruzaram meu caminho desde que entrei no curso de Ci^{ncias} Sociais em 2011, mas venho apenas citar as mais pr^{ximas}, que me viram sofrer, chorar, me desanimar, me viram sorrir como um perturbado e dividiram comigo momentos extremamente importantes.

"70% da tua vida seria melhor se tu me ouvisse". Frase com certa ousadia pela porcentagem exata, mas nem procuro questionar a exatid^o devido as situa^{es} que passei que dependi dessa criatura. E manuelle, aquela que de todas as pessoas da minha sala sofreu a maior transforma^o e ainda sofreu com isso (me permita a licen^a po^ltica para me referir a este sofrimento). E nesse processo todo de mudan^{as}, participou das minhas mudan^{as} internas, me dando apoio quando precisei e me dando a bronca indesejada, por^m necess^{ria} devido ^a minha teimosia. Confesso que, ^as vezes, batia um medinho...

Se voc^o, olhar de longe ou de perto uma sobancelha levantada, saia de perto, pois ^o bem capaz de voc^o, sair arrebatado sem mesmo ouvir uma ^{nica} palavra ou ser atingido por uma m^{ozinha} que, reza a lenda, mesmo agraciada de fofura, pode machucar. D^{borah}, ou para evitar gastar muita saliva, simplesmente D^b, de personalidade forte tocada no "8 ou 80" sempre foi aquela que sabia passear entre a rispidez e do^{ura} na hora de dar seu recado. Certamente eu pude ouvi-la quando precisei, sentindo na pele as ajudas, conselhos da forma que vinham, com indigna^o ou brandura.

A leveza da vida, a voz mansa que sempre acalma e um toque leviano de viver a vida sempre me encantaram, pois J^h (por pregui^a eu n^o chamo de J^{ulyana}), sempre foi a figura que mais se parece comigo nos quesitos liberdade, despreocupa^o e certa leviandade... Sempre ^o a que mais me estimula as ideias mais malucas e vontades mais intimas. Sempre quando tinha medo de ouvir as duas mo^{as} j^{citadas}, era a ela que eu recorria (ainda recorro), na esperan^a de n^o levar muita bronca. Em algumas vezes, isso n^o funcionava...

Se uma coisa que na minha gradua^o n^o faltou foram gritos, euforia e correria, e isso tudo ^o resultado de uma ^{nica} pessoa: Thuanny Raphaelly (e seu nome composto cheio de letras repetidas causadas por sua m^e). Os v^{rios} sustos que levei com o seus "AMIIIIGOOO!" valeram por eu me sentir realmente como a

gritaria sempre dizia. Nossa amizade tem se mantido forte e a prova de problemas. As desgraças sendo encaradas com gargalhadas e as dificuldades sendo motivo de piada, foram sempre meios de viver de maneira mais leve, mas nunca evitando ou ignorando os problemas.

Waldano, é um sem vergonha e grande amigo. Foi o amigo quanto sem vergonha. Desde as provas de vestibulares até uma mesma sala, foi o único amigo da minha turma de Ciências Sociais. Mesmo hoje não mais no curso (hoje, fazendo Economia na UFMA), nossa amizade, minha consideração e admiração permanecem. Waldano sempre foi um exemplo de superação das adversidades e a forma leve, risonha e sem vergonha de viver a vida sempre foram algo a se espelhar. Sempre com as melhores frases de efeito, impactantes acompanhadas de uma leve risadinha maliciosa que pode querer dizer muitas coisas. Sempre que precisei de uma palavra amiga, era, e ainda vejo assim, a referência procurada.

Sam, mora no meu coração. Nem faço ideia de como esse sentimento surgiu, pra ser exato. É o sentimento personificado, a natural doação. Eu sempre tenho muita sorte com minhas amigas e Samara, com certeza, é uma delas. Temos uma boa afinidade, gostamos da companhia um do outro e, exatamente por isso, vivenciamos momentos graves juntos, de muito desespero, mas que apenas nos fortaleceram. Seu filho, Benjamin, que não é meu, mas que nutro um sentimento enorme de cuidado e amor, sempre me aproxima ainda mais desse ser. Obrigado por tudo.

Existem amigas que duram muito tempo. Eu tenho várias e isso me conforta. Gosto de algumas coisas da vida que duram e as amigas certamente são uma delas. Ana Flávia, surge em 2007, apesar de ter aparecido em 2006. Uma disputa entre salas em uma gincana aproxima três salas do turno vespertino do Colégio O Bom Pastor. Aproxima as salas e pessoas. Eu me aproximei desta moça de uma forma que eu nem sei explicar, mas, com toda certeza, a certeza que tenho é que, apesar de tudo ela ficou. Minha, amiga, minha irmã, minha companheira de muitos relatos vividos e não vividos, é o primeiro pensamento, é a preocupação e um pouco de desleixo, às vezes. Mesmo com uma pitada de distância pelo percorrer da vida de cada um, o sentimento permanece e não pensa em se mudar. Isso é bom demais.

Sabe que, não satisfeita em com sua amizade, Ana Flávia me presenteou/emprestou sua família. Parece que veio no pacote. A família Froes Moares se tornou ao longo dos anos (10 anos para ser mais exatos) um refúgio para as

adversidades. Dona Laura, seu Ronaldo e a destrambelhada Andressa. Certas coisas da vida são díficil e eu agradeço profundamente.

2006 foi o ano que encontro com um cara não muito convencional. Foge um pouco dos padrões e chama atenção. Ali Af Aquiman Sousa Moreira Lima da Costa (quase uma obra de arte, não?) nunca foi de se encaixar em grupos e sempre era alvo de chacotas. Como eu sempre fui de gostar de gente estranha, assim como eu, acredito que era impossível não nos aproximarmos. Bom, somos amigos até hoje, então, isso comprova muita coisa. Eu agradeço pelas ajudas, pelas conversas, pelas risadas e por ser um dos poucos amigos que posso falar de cinema, quadrinhos e outras coisas de “nerd”, sem maiores transtornos. Agradeço por me desculpar por minhas falhas. Você, foi meu grande amigo.

Essas situações que você conhece alguém e vem junto o pacote família, já foi rotina para mim. Rapaz... eu sou um cara de sorte. Conheci Rafael e com o tempo, fui recebido pelas duas irmãs e seus pais. Passamos por coisas boas, ruins, por surpresas (que surpresa boa foi o Heitor!) e amadurecemos juntos. Agradeço pelas ajudas nas xerox, passagens e impressões. A vida de universitário não liga muito se você não tem como sustentá-la e ele e sua família me ajudaram nas grandes e pequenas coisas. Conselhos dos seus pais e conversas, às vezes demoradas fizeram parte das visitas à sua casa. Um beijo especial para sua irmã Mayara por ter se tornado minha amiga e conselheira, consultora e, hoje, psicóloga (olha no que deu! kkk). Sou grato a todo mundo da família Ruiz!

Três pessoas eu devo lembrar. Certamente serei questionado por essa escolha, mas por ser um texto meu, na minha monografia e se trata dos meus agradecimentos, eu faço cara de paisagem. Mylla, Mariana e Carol foram pessoas que cruzaram meu caminho de graduação e com elas dividi momentos bons e ruins. Pude aprender com cada uma, aprender junto com cada uma delas, no seu momento, e crescer com as burradas e acertos que fizemos juntos. Não o hater, raiva, tristeza, apenas o tempo e as coisas para ajudar a gente a passar pelas durezas da vida. E como diz a letra “Barra Funda 60” do meu irmão, Tiago Máci (faço logo um merchandising), “mas tempo é dor e remédio”, podemos sofrer, superar os acontecimentos conflituosos e curá-los. Desejo tudo de bom para todas. Vida que segue da melhor maneira possível.

Existe um Pedro antes e depois do LIDA. Isso ninguém duvida. Desde 2014 eu passei a ver o mundo de uma maneira que nunca vi na vida. Passei a ser mais

sensível e aberto às coisas que surgiram à minha frente e isso me fez ser um ser humano melhor. Os trabalhos, as viagens, os momentos de estudo (que sinto bastante falta) fizeram parte da minha rotina e que eu espero voltar. Esse grupo me fez aprender diversas coisas que jamais imaginaria aprender, além de me render dois prêmios por trabalhos apresentados, que se ganharam pelo trabalho realizado por todo o grupo. Sendo assim, venho aos nomes de todo mundo, dos mais antigos, dos passageiros, dos novos integrantes e os que permanecem até hoje: Marivânia, Sérgio, Leandro, Igor, Regiane, Cássia, Caio, Emanuelle, Ana Paula, Felipe, Daisy, Samara, Iasmin, Jordana, Giovanna, Jackeline, Neryla, Débora Carolina, Ilma, Carla, Karina, Juliana Mendes, Francklenon, Isaac. Esse grupo se modifica, se adapta, abraça a diversidade e dá oportunidades para o crescimento das pessoas. Tenho muito orgulho do grupo ao qual faço parte e das pessoas que o compõem também.

A companheira de pesquisa, de viagens e de confissões é Regiane Araújo. A cabecinha no mundo das nuvens convive com as palavras certas que são capazes de ter a sua atenção. Dona de um coração enorme e a capacidade de transformar sentimentos em canções, sempre foi capaz de emocionar. Eu ainda tenho muitos “relaxa, vai dar tudo certo” para dizer. Conta comigo sempre.

Às vezes (ou na maioria gritante das vezes, mas isso é segredo), a galera tem um medinho da “mijada” que pode levar. E isso porque a exigência é uma das formas de tentativa que algo saia nos conformes, sem erros e sem surpresas. A professora Marivânia ou, para os íntimos, Mariva, é professora do curso de Ciências Sociais e o “pânico da galera”, mas se você ficar um pouco mais atento, vai perceber outras facetas desta pessoa. Eu digo isso por até hoje, por ser bem observador, noto muitas coisas ao meu redor e o que venho notando, até hoje, é a paciência (aquela leve respirada para encher os pulmões), a “segunda chance”, a preocupação com as situações catastróficas de cada um e a emoção de se lavar em lágrimas com as conquistas suas e dos outros.

Certamente orientar pessoas não é nada fácil. Todo orientador, mas aquele que orienta mesmo, deve ser aplaudido por encarar as pedras que cruzam seu caminho. Mas se tem sorte, acham umas que tem potencialidade para construir um ótimo caminho pela frente, o que o LIDA lhe deu muitas vezes. Nenhuma orientação tem resultados positivos se o orientando não der resultados. Ela deve se orgulhar dos que passaram por ela. Seque, às vezes, nos batemos de frente. Já fui chamado de teimoso, saliente e que gosto de aparecer e não discordo, pra falar a verdade, e as

abra' o como minhas qualidades e defeitos. Dar trabalho sempre foi coisa minha, sempre gostando de dizer o que tinha para dizer, mas me calando quando tinha que ouvir. Assim, todo mundo aprende. Agrade' o pelas conversas privativas, os conselhos amáveis e duros e as ajudas quando eu precisei desesperadamente, mesmo eu tendo "muita sorte e pouco juízo". Certas coisas/pessoas ficam naturalmente. Obrigado.

A vida sempre me leva para lugares inusitados. Esses convites aos lugares e os meus eternos "sim" para tudo me fez, até hoje, entrar em enrascadas e vivenciar lugares e momentos incríveis. Neste caso, afirmo que se trata da segunda opção. Mesmo eu sendo espírita, sempre fui a favor da liberdade religiosa, apesar de ter a curiosidade sempre como impulsionadora das minhas ações. Esses meus "sim" me levaram ao Centro Umbandista Xangô com Iansã, localizado no Bairro de Fátima.

Lá tive o meu primeiro contato direto (direto?) com entidades de terreiro. Minha curiosidade me deixava com os olhos abertos e meu carisma (pasmem!) me aproximava cada vez mais das entidades. Era festa (minha memória não me ajuda agora) e eu fui muito bem recebido por todas as pessoas que frequentavam o local, inclusive pelo Caboclo da Pedra Preta e Manezinho de Língua Boji Bunda.

Estas duas entidades me acolheram, secaram minhas lágrimas e cuidaram de mim, me protegendo e me aconselhando. Sou muito grato aos dois por tudo que fizeram por mim e pela minha família e por ainda fazerem, pois foram uma ajuda muito grande quando precisei. Certamente fazem parte da minha vida e eu estou lhes devendo umas visitas (Desculpa mesmo!).

Sempre quis ser útil em algo mais. Sabe aquela vontade de fazer trabalhos pra fazer sentido mais real a sua vida? Pois bem, eu consegui isso com o Grupo de Apoio Voluntário Mãe Amiga, o GAVMA. Entrei neste grupo, por meio da Camilla, aluna de Direito da UEMA. Ela faz essa ponte e passo a colaborar, as vezes mais de perto, outras vezes mais distantes na vida de duas comunidades bem carentes de líderes: a Vila Cristalina, no bairro do Ipase, e Vila Esperança, na zona rural de São Luís. Sinto-me muito orgulhoso de fazer parte desse grupo que, mesmo sem patrocínio, continua, aos trancos e barrancos, fazendo, durante todo os anos, apesar dessas duas comunidades. Esse grupo foi formado por pessoas maravilhosas e cheio de vontade de ajudar. Minha graduação ficou mais significativa com esses trabalhos voluntários. Muito obrigado!

Eu sempre gostei muito de falar e isso todo mundo sabe. Tenho um péssimo poder de síntese e, às vezes, somente às vezes, ultrapasso os limites da paciência.

Além desse meu defeito/qualidade, eu sempre gostei do ambiente de sala de aula, o que me fez sempre ter vontade, depois que entrei no curso, de dar aulas. Apesar de já ter uma experiência por meio do estágio de licenciatura na escola Barjonas Lobato, situada no bairro do Cohatrac, foi no Cursinho da Inclusão Social que tive a melhor experiência da minha vida. Esse cursinho pré-vestibular me chamou atenção por ser uma ação do departamento acadêmico de Matemática da UFMA na intenção de melhorar as condições de alunos de escola pública a ter acesso ao Ensino Superior.

Um curso gratuito, com trabalhos voluntários dos professores me encheu os olhos e com o que vinha aprendendo no meu curso, negar participar de um trabalho desses seria, certamente, contraditório da minha parte. Então, eu aceitei e pude lecionar Sociologia para uma turma de 40 alunos com anseios variados. Nunca esquecerei desse aprendizado.

Neste ano, tive uma grande oportunidade. Ao participar de um seletivo, consegui a chance de estagiar na Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular. Eu me enchi de alegria pela minha conquista, mas sempre lembrando que a consegui mediante a dois anos de trabalho dentro do grupo LIDA que, além de preencher meu currículo, me deu experiência, mesmo que pouca, com comunidades tradicionais e outros campos de pesquisa.

Lá tive acesso a um conhecimento mais ampliado sobre Direitos Humanos, e pude ter acesso a cada um deles de maneira direta ou indireta, ajudando e trabalhando em várias atividades. Lá eu tive a oportunidade de conhecer pessoas maravilhosas que fazem o dia a dia da Secretaria um ambiente agradável de se trabalhar. Todas essas situações me fizeram acreditar e defender ainda mais a bandeira dos Direitos Humanos.

Mas não entrei nessa sozinho. Além de mim, mais 11 universitários da UEMA foram chamados para estagiar na SEDIHPOP. Com isso, tive a chance de fazer mais amizades e me aproximar dos que já me eram próximos. Vamos na ordem alfabética: Derlécio, Elise, Flaviana, Francisco, Igor, Jéssica, Karine, Rafael, Rayane, Werly e Yhuri. Alguns já foram e outros ainda permanecem, mas as relações construídas, as amizades, as conversas ficam pra sempre.

Porém, devo enfatizar uma criatura que marcou esse ano de 2017. Elise se mostrou uma das minhas maiores descobertas e um presente na minha vida. Pra falar a verdade, como em tantos outros casos, eu não faço ideia de como houve aproximação, o que demonstra uma naturalidade e a paciência de somente ter

deixado as coisas rola. É a animação da Secretaria de Direitos Humanos, e essa animação me contagia todo dia, pois é sempre bom encontra-la pelos corredores com o sorriso que somente ela tem. Dona de uma energia boa e de pouca preocupação, sabe o que foi dito, o que será feito quando resolvemos unir forças. Um sentimento que surge dentro de um ambiente de trabalho, mas que se fortalece fora dele também.

Eu fui cotado para trabalhar na Assessoria Especial de Assuntos Indígena da SEDIHPOP. Na verdade, me lancei na Raissa, chefe de RH, e para o Secretário Francisco Gonçalves da Conceição para estagiar neste setor. Logo fico sabendo que Danilo Serejo, - que já tinha conhecido no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da UEMA – trabalhava lá. Além disso, os dois outros funcionários da ASSIM, Francisco das Chagas – assessor – e Thayane Tavares me receberam super bem e me deixaram bem vontade para trabalhar.

Vejo que estagiar nesta assessoria me geraram muitos aprendizados, pois eu pude saber mais sobre as políticas voltadas para os povos indígenas, além da política de educação que venho trabalhando no curso de Licenciatura Intercultural para Educação Básica Indígena, vinculada a UEMA. Pude me aprofundar mais, saber como os trabalhos ao nível de Secretarias funcionam e me envolver muito mais na pauta indígena. Por isso, agradeço imensamente aos três pela oportunidade de aprendizado, companheirismo e paciência que tiveram comigo até hoje.

Seria um desleixo muito grande da minha parte esquecer (já não esquecendo) do motivo de tudo isso até hoje. O motivo de viagens, reuniões, trabalhos apresentados, seletivos aprovados e este trabalho de monografia. Acredito que é bem evidente que devo agradecer (deixei por último para fechar com chave de ouro) aos povos indígenas do Estado do Maranhão. Foi um marco importante da minha vida acadêmica me aproximar dos indígenas e aprender tanto com eles sobre várias coisas. Observar, acompanhar, ajudar, escutar e tantos outros verbos fizeram parte dos meus dias desde 2015.

Eu fico muito feliz em ter conhecido, além dos livros didáticos e textos de disciplina nas aulas do curso, a verdadeira verdade (me permitam ser redundante) sobre o que é ser indígena, seus costumes, suas realidades, seus modos de vida (há muito o que aprender ainda). Vivenciar cada dia em aldeias, além de ser um divertimento para mim, sempre foi um compromisso para compensar essa dívida histórica.

Trabalhar na Secretaria foi mais um grande passo para servir de maneira orgânica, me engajando e procurando ajudar a solucionar problemáticas históricas. A COEPI me fez entender muito mais sobre o que eu poderia fazer e também me apresentou pessoas que ficarão para sempre guardadas com carinho. Várias lideranças de muitos povos, muitas terras desse Estado marcaram minha vida como universitário, pesquisador e estagiário. Portanto, agradeço profundamente e espero fazer muito mais. A luta continua!

E se você não foi citado neste longo texto – falei que tenho um precioso poder de síntese – não se sinta chateado ou desmerecido. Sentimentos são superiores a palavras e, claro, é sempre bom enfatizar, todo mundo sabe que eu tenho uma preciosa memória... Que a força esteja sempre com você, s.

Obs: Desculpe o texto tão grande, como já disse não tenho poder de síntese. Escrevo tanto quanto falo muito e nem sequer comecei o texto da pesquisa. Não se canse, por fim, a parte mais legal já terminou. Portanto, vamos aos trabalhos!

Nº o existe neutralidade possível: o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados.

Florestan Fernandes

RESUMO

Este trabalho visa analisar as relações de conflito existentes entre indígenas, no seu exercício de controle social, e o indígena, no Estado do Maranhão, na construção de políticas públicas. Foram observadas reuniões da Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão, ocorridas durante os anos de 2016 e 2017, que envolveram relações que possuem interesses divergentes. Dessa forma, aborda-se as interações do Estado e movimento indígena com conflitos envolvendo as relações de representação, onde há imposição de uma lógica hegemônica sobre outra, e problemáticas em meio à interlocução dos diálogos interétnicos, intensificadas com distanciamento semântico e cultural. Além disso, procura-se entender as representações dos participantes indígenas sobre este processo de construção de políticas e como estes participantes, como lideranças, influenciam com suas falas e comandos, as ações coletivas. Foi utilizado, para colher as informações necessárias para a pesquisa, as análises de situação social de Gluckman, a utilização de entrevistas e o registro fotográfico, onde foi possível observar a insistente permanência do domínio do Estado em todos os níveis do processo de construção de políticas públicas específicas para os povos indígenas.

Palavras – chave: Controle Social; COEPI; Relações interétnicas.

ABSTRACT

This paper aims at analyzing the existing conflict relations among indigenous people, in their exercise of social control, and non - indigenous, in the State of Maranhão, in the construction of public policies. Meetings of the State Commission for Articulation of Public Policies for the Indigenous Peoples of the State of Maranhão occurred during the years 2016 and 2017, which involved relations that have divergent interests. In this way, the interactions of the State and the indigenous movement with conflicts involving the notions of representation, where there is the imposition of one hegemonic logic on another, and problematic amid the interlocution of the interethnic dialogues, intensified with semantic and cultural distancing, are dealt with. In addition, it seeks to understand the representations of indigenous participants about this process of policy-making and how these participants, as leaders, influence with their speeches and commands, collective actions. Gluckman's social situation analysis, the use of interviews, and the photographic record were used to gather the necessary information for the research, where it was possible to observe the insistence of the State in all levels of the policy-making process for indigenous peoples.

Key – words: Social Control; COEPI; Interethnic relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Etapa Regional da Conferência de Política Indigenista na cidade de Imperatriz – MA	37
Ilustração 2 – Mesa de solenidade de homenagem aos trabalhos realizados pelo Corpo de Bombeiros e Defesa Civil no combate de incêndios, no Palácio dos Leões.	38
Ilustração 3 – O Secretário Francisco Gonçalves da SEDIHPOP e Secretário Jefferson Portela da SSP e lideranças indígenas durante a mesa de abertura da reunião	39
Ilustração 4 – Liderança indígena, Cintia Guajajara durante debate acerca das políticas públicas para os povos indígenas. Na mesa, representantes da SEDUC, SECTUR e SAF.....	39
Ilustração 5 – Representantes indígenas e do Estado participantes da reunião	40
Ilustração 6 – Reunião dos Povos Indígenas com o Governador. Governador Flávio Dino, representantes do Estado e lideranças indígenas no Salão do Atos do Palácio dos Leões.....	42
Ilustração 7 – Primeira reunião da COEPI: Reunião de instalação e posse dos representantes	43
Ilustração 8 – Representantes indígenas assinando o termo de posse	43
Ilustração 9 – Foto oficial dos representantes da COEPI.....	45
Ilustração 10 – Durval Tremembé, representante do povo Tremembé, em fala na IV reunião da COEPI sobre o eixo Gestão e proteção ambiental.....	73
Ilustração 11 – Silvio Guajajara, representante da COAPIMA, em fala na reunião de instalação da COEPI.....	75
Ilustração 12 – Sonia Guajajara, representante da APIB, em fala na reunião de instalação da COEPI.....	75
Ilustração 13 – Bruno Caragiú, representante da Terra Indígena Alto Turiaçu, em fala na IV reunião da COEPI sobre o eixo Gestão e proteção ambiental.....	76
Ilustração 14 – Representante do Estado em fala na IV reunião da COEPI sobre o eixo Gestão e proteção ambiental	77
Ilustração 15 – Entrega da minuta do plano da COEPI ao governador Flávio Dino, no dia 21 de novembro de 2017, no Palácio dos Leões.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AMIMA – Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão.
- APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.
- ASSIN – Assessoria Especial de Assuntos Indígenas.
- CCOCALITI – Comissão dos Caciques da Terra Indígena Araribá.
- COAPIMA – Coordenação da Organização e Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão.
- COEPI – Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão.
- COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena
- IFMA – Instituto Federal do Maranhão
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio
- SEDIHPOP – Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular.
- SEDUC – Secretaria de Estado de Educação
- SEIR – Secretaria de Estado Extraordinária de Igualdade Racial
- SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais
- SPI – Serviço de Proteção ao Índio
- SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena
- UEMA – Universidade Estadual do Maranhão
- UFMA – Universidade Federal do Maranhão
- WYTY-CATE – Associação WYTY-CATE das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins.

SUMÉRIO

1. INTRODUÇÃO	24
2. POR UMA ANÁLISE DESCONTÍNUA DA FORMAÇÃO DA COEPI.....	28
2.1. O governo Flávio Dino e a conjuntura conflituosa frente às reivindicações indígenas.	31
2.2. A ASSIN como consequência da demanda indígena.....	34
2.3. Dos primeiros passos do diálogo formalizado da COEPI.....	37
3. A PARTICIPAÇÃO DAS “REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS” NA COEPI.....	47
3.1. Trabalhando o conceito de controle social.....	49
3.2. Das relações interétnicas às dinâmicas das relações de interlocução.....	53
3.3. A escolha dos representantes indígenas na COEPI.....	60
3.4. As condições de interlocução entre indígenas e o Estado e as noções de representatividade em meio à interculturalidade.....	63
4. REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS PELA COEPI.....	69
4.1. Análises das relações em meio à participação indígena e o diálogo interétnico	72
4.2 “Dos(as) representantes indígenas” diante do olhar das “bases” sobre suas participações na COEPI.....	79
4.3 Olhares dos representantes indígenas sobre a participação do Estado	81
4.4 Perspectivas e ações futuras dos representantes indígenas sobre os resultados da COEPI.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS	95

1. INTRODUÇÃO

O interesse em desenvolver um trabalho de estudo e pesquisa que envolvesse a Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão – COEPI, surge a partir da experiência em dois anos de trabalhos de extensão universitária na Universidade Estadual do Maranhão com a temática o controle social. As atividades do projeto de extensão envolviam comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, objetivando criar impactos positivos na busca de direitos específicos para os respectivos segmentos étnicorraciais.

Pude, então, através das ações de extensão, no ano de 2014, inicialmente, me aproximar dos movimentos sociais quilombolas, participar de passeatas, acompanhar ocupações e observar de perto como funcionavam as dinâmicas das mobilizações e suas reuniões de articulação. O grupo LIDA (Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades), ao qual faço parte, exerceu um grande trabalho nos anos de 2014 e 2015 com a primeira formação em controle social para lideranças quilombolas, reunindo lideranças do Baixo Parnaíba e da Baixada Maranhense. Dessa forma, pudemos colaborar no acesso a informações de temáticas que se referem a reivindicações históricas: demarcação e titulação de terras. Essa foi acompanhada, no ano seguinte, pelo direcionamento de pauta indígena, mais especificamente a uma demanda bem recorrente: a educação escolar indígena.

Em 2015, passei a acompanhar um projeto que há muito tempo já estava em discussão e que objetivava a criação de um curso que atendesse a demanda da educação escolar indígena do Estado do Maranhão, a partir do qual pude participar de reuniões com a presença de representantes indígenas, Universidade Estadual do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, Instituto Federal do Maranhão, Secretaria de Estado Extraordinária de Igualdade Racial, Fundação Nacional do Índio, Secretaria de Estado da Educação, etc. Dessas longas reuniões, o projeto foi recomendado pelo MEC e o curso pode ser realizado pela UEMA.

O Curso de Licenciatura Intercultural para Educação Básica Indígena se inicia em julho de 2016 na Universidade Estadual do Maranhão. Ele objetiva formar professores indígenas nas áreas de conhecimento como Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ciências da Linguagem, atendendo a demanda das comunidades indígenas nas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio. O curso

funciona a partir da pedagogia da alternância, onde pude conhecer de perto a realidade das aldeias, bem como suas culturas, modos de ver e viver.

Utilizando uma proposta pedagógica diferenciada, os processos formativos que envolviam quilombolas e indígenas foram construídos de forma dialogada, onde foi privilegiado as falas dos sujeitos durante os trabalhos realizados, com aberturas de exposição de experiências dos indivíduos participantes dos encontros de formação. Todas as etapas de reuniões, oficinas e diálogos, cada etapa do processo demonstrou-se como produção de conhecimento sobre direitos específicos e diferenciados. A realização da Licenciatura Intercultural Indígena e a Formação de Líderas Quilombolas para o Controle Social para conhecimento dos seus direitos quanto à educação específica e para o conhecimento de seus direitos territoriais e demais políticas públicas específicas, respectivamente, resultaram no acesso à informação e, conseqüentemente, no empoderamento destes indivíduos que têm a responsabilidade de transmitir os conhecimentos compartilhados nessas etapas e socializá-los nos quilombos e aldeias, resultando em ações positivas.

Após todas essas experiências, ou somando-se a ela, passei a trabalhar como estagiário na Assessoria Especial de Assuntos Indígenas da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), na qual tive um contato com outras políticas públicas voltadas aos povos indígenas através da educação, envolvendo as temáticas de saúde, cultura, proteção e gestão ambiental, desenvolvimento social, segurança pública, esporte e lazer, etc. Assim, quando adentrei essa nova realidade de ampliação de percepções sobre políticas públicas para este segmento etnicorracial, pude aprender como o Estado, na função da Assessoria Indígena vem trabalhando com estes povos do Maranhão.

Além do aprendizado voltado para ações administrativas e políticas, pude acompanhar o processo de construção de um plano de políticas públicas para os povos indígenas do Estado do Maranhão. Acompanhei o processo já iniciado da Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão (COEPI), observando as discussões, as falas dos indígenas participantes e os conflitos existentes com o Estado.

Durante a pesquisa foram aplicadas entrevistas com representantes indígenas e servidores do Estado, mais especificamente a SEDIHPOP, foram feitas observações e etnografia das reuniões da COEPI, onde pude colher dados, informações muito importantes para a construção deste trabalho. Por estar inserido

divergentes, e interesses diferenciados, além da imposição do entendimento sobre representação e o domínio do discurso pelo Estado.

E, finalmente, no terceiro capítulo, pretendo refletir sobre as representações que os indígenas participantes do processo puderam construir, a partir de sua participação nas reuniões da COEPI. Assim, suas falas foram relatadas, suas percepções foram reunidas para que fosse possível elaborar uma análise que pudesse, de maneira concisa, reunir suas interpretações gerais de todas as reuniões. Além disso, tento evidenciar a importância das lideranças em meio aos movimentos sociais e como elas e seus posicionamentos influenciam uma coletividade.

2. POR UMA ANÁLISE DESCONTÍNUA DA FORMAÇÃO DA COEPI

A história, tradicionalmente contada, segue uma linearidade de fatos e acontecimentos, que seguem a lógica de um determinado grupo social carregado de interesses aos fatos descritos. Essa forma de contar a história se baseia na ideia de origem, de evolução e harmonia dos fatos históricos, trazendo uma noção de desenvolvimento contínuo. Dessa forma, pretendo analisar a história da formação da Comissão Estadual de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão (COEPI), não por este viés, mas a partir do olhar de Foucault (MATOS; FERREIRA, 2015) que entende a história como descontínua, desprovida de acontecimentos harmoniosos, analisando, portanto, a história bem como o discurso.

Foucault (MATOS; FERREIRA, 2015) afirma que a forma tradicional de contar a história tem como objetivo traçar uma explicação ampla para dar legitimidade à noção de devir histórico. Sendo assim, o historiador tinha por função compreender o passado, recontando de forma ordeira fatos e acontecimentos numa sequência que facilitaria a compreensão do presente e uma possível visualização do futuro (GONÇALVES, 1995, p. 4 apud RANGO, 2005).

Além disso, neste processo, há o controle e delimitação do discurso. Procedimentos internos que são exercidos por eles mesmos e que funcionam como classificação, ordenação, distribuição deste discurso (FOUCAULT, 1970). Este autor nos ajuda a pensar sobre isto ao afirmar que

“[...] não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. Em suma, pode-se supor que há muito regularmente nas sociedades, uma espécie de nivelamento entre os discursos: os discursos que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que se passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certos números de atos de fala que os retornam, transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além da sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 2014, p. 21).

Analisando a história tradicional de forma crítica, Foucault atribui a ela a característica de descontínua, se opondo a ideia de linearidade e origem. Sendo assim,

“[...] para Foucault a história é essencialmente descontínua. É uma história cataclísmica, feita de rupturas e descontinuidades. Não é possível desenrolar previsível do mesmo, e sim uma série de mudanças inaugurais.” (ROUANET, 1996, p. 111 apud GONÇALVES, 2005, p. 3)

A descontinuidade é um dos eixos fundamentais da análise histórica de Foucault. O autor a tinha como estratégia para desmontar os essencialismos para confrontar a ideia de origem para desestruturar os lugares de verdade que ocupam os saberes, camuflado pelo discurso do conhecimento. Era contra uma ideia de continuidade, que tem como crença a ideia de origem que comanda as diretrizes dos acontecimentos da humanidade. Portanto, a ideia de progresso, tão evidenciada pelos discursos filosóficos, científicos e pelo discurso capitalista, se baseia na ilusão de que o que se mostra atualmente é consequência da evolução da sociedade.

A legitimidade dos discursos filosóficos, científicos e o capitalista, se baseiam em um campo de discurso, que é formado por um conjunto de regras de formação das modalidades enunciativas. Primeiramente, define-se as regras que permitem o acesso controlado às diferentes zonas do discurso, decidindo quem está autorizado a reproduzi-lo. Em seguida, é necessário direcionar os lugares institucionais que vão dar suporte à existência de tais enunciações, como também os instrumentos que vão tornar possível a construção de formas específicas de enunciação. Dessa forma, com o devido controle, determina-se quem transmite e como determinada informação é transmitida, dita como verdade universal.

A descontinuidade adquire uma importante função na análise histórica, pois ela nega toda ideia de projeto divino ou humano, ou seja, qualquer interferência da espiritualidade ou individual ou coletivo no campo da prática. Sendo assim, a partir da arqueologia de Foucault, ela desempenha três papéis que devem ser evidenciados (GONÇALVES, 2005, p. 8), como demonstram a seguir.

O primeiro deles é a noção de que o trabalho do historiador não se baseia em algo “desinteressado” ou que recebe involuntariamente o material que vai se debruçar, além das formas como vai receber e analisar o objeto da investigação.

O segundo se baseia no resultado de sua análise histórica na medida que vai ocorrendo as descobertas, não mais com o intuito de eliminar fatores ou acontecimentos que, para a história contínua, podem ser considerados anomalias.

O terceiro e último constitui como o historiador especifica o conceito de descontinuidade que está trabalhando, determinando o domínio do mesmo sobre a análise histórica que utiliza, ou seja, que tipo de análise histórica que se faz: se construída a partir de acontecimentos que evidenciam a história tradicional, ou se considera a irrupção de acontecimentos no espaço-tempo de sua dispersão que se

d²o por meio de rela'ões de for'a e n²o por encadeamentos lineares, o descontínuo. (GONÇALVES, 2005).

Para contar a história de forma'2o da COEPI, a pesquisa também utiliza a técnica de observa'2o direta e a entrevista, portanto, a teoria de Portelli (1996) para analisá-las, percebendo os entrevistados como sujeitos e n²o documentos, pois eles vivenciam, analisam e interpretam os acontecimentos. Sendo assim, segundo o autor:

(...) O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia (...) quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros (nem seria capaz de fazê-lo, mesmo que o quisesse). Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria existência e à própria identidade, constitui por si o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados. (...) (PORTELLI, 1996, p. 60).

Portelli (1996), ao defender a construção da fala do entrevistado, pois nela possui a sua interpretação e análise do ocorrido, defende, conseqüentemente, a subjetividade presente na oralidade daquele que fala. Sendo assim, ele afirma que

[...] por muito controlável ou conhecida que seja, a subjetividade existe, e constitui, além disso, uma característica indestrutível dos seres humanos. Nossa tarefa não é, pois, a de exorcizá-la, mas (sobretudo quando constitui o argumento e a própria substância de nossas fontes) a de distinguir as regras e os procedimentos que nos permitam em alguma medida compreendê-la e utilizá-la. Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais (PORTELLI, 1996, p. 4).

O autor demonstra a importância do gênero narrativo que se manifesta durante a entrevista pelo trabalho da palavra, constituindo o processo da oralidade sendo, portanto, histórias de construção da subjetividade pessoal através da interpretação das realidades históricas. Assim, afirma Portelli (1996) que:

O processo de transformação, o trabalho da consciência, manifesta-se na entrevista pelo fatigante trabalho da palavra. As interrupções, digressões, repetições, correções que caracterizam a narração (...) são procedimentos constitutivos da oralidade, graças aos quais o discurso oral se apresenta mais como um processo do que como um texto acabado. Estes procedimentos da oralidade põem em evidência o trabalho da palavra, da memória, da consciência.

Assim, a partir do entendimento de descontinuidade histórica de Foucault (apud GONÇALVES, 2005) e utilizando a entrevista como forma de coleta de informações,

a partir da teoria de Portelli (1996), a pesquisa pretende analisar a formação da COEPI, não seguindo uma proposta de origem ou de uma história “fechada”, mas levando em conta acontecimentos anteriores ou não ditos pela história tradicional contada por aqueles que detêm o poder do discurso e, também, valorizando os relatos colhidos e seus variados pontos de vista.

Dessa forma, a partir das entrevistas realizadas, passaremos a descrever, relatando conjuntura existente, os atritos, as reivindicações das representações indígenas, como também as relações existentes entre o Estado, as responsáveis pela criação da COEPI

2.1. O governo Flávio Dino e a conjuntura conflituosa frente às reivindicações indígenas.

Para entender o surgimento da COEPI, não a entendendo como meramente originária da formalidade de uma reunião ou assinatura de documentos, mas sim de uma série de fatores não lineares, é preciso enfatizar que não havia no Estado do Maranhão, um plano de políticas públicas voltada para os povos indígenas, mas sim ações pontuais como respostas a problemáticas que se manifestavam.

Esta história tem “origem” no governo Flávio Dino, onde, houve no início do seu governo, uma reunião entre o governador, o Secretário Francisco Gonçalves, da SEDIHPOP, e o Secretário Gerson Pinheiro, da SEIR, para tratar da demanda indígena e como o Governo do Estado iria responder essa questão posta pelas organizações representativas indígenas. Inicialmente, se pensou um formato de institucionalizar na SEIR, porém, concluiu-se que não seria a maneira mais viável para conduzir a pauta indígena, pois ainda não se havia acumulado a discussão com as organizações indígenas sobre como seria esse formato sobre a política e qual melhor desenho institucional.

Além disso, a SEIR tinha se estruturado para tratar de políticas públicas para a população negra, em função de pensar e articular essas políticas montando a própria equipe voltada nesse sentido. Então, vendo esse cenário, o governador achou conveniente, nesta primeira etapa de discussão com os povos indígenas, constituir na SEDIHPOP, o local de referência para articular essa discussão e ao mesmo tempo

*O Plano de Políticas Públicas para os Povos Indígenas foi entregue ao governador Flávio Dino no dia 21 de novembro de 2017.

acompanhar as demandas que os povos indígenas fossem apresentando ao Governo do Estado. Dessa forma, com a SEIR priorizando a pauta da população negra do Estado, fica a cargo, nos primeiros momentos de envolvimento com a política, da SEDIHPOP tratar da pauta indígena.

Assim, dentro da estrutura da SEDIHPOP, de acordo com o andamento dos trabalhos realizados, iria-se pensar no próximo desenho institucional a partir do que fosse proposto ao longo do acompanhamento das políticas voltadas aos povos indígenas do Maranhão.

Quando iniciou a gestão do atual governo, em 2015, a SEDIHPOP recebeu uma quantidade muito grande de demandas referentes aos povos indígenas. O Governo do Estado era, no início, demandado, sobretudo, a partir das situações de conflito. Uma das situações apresentadas foi referente a educação e, consequentemente, acompanhada de muitas pressões de empresários de transportes escolar indígena, organizações indígenas lideranças indígenas, principalmente, do Maranhão Central, a respeito de pagamento de transporte escolar. Portanto, percebeu-se que havia muitas irregularidades referentes ao transporte, como afirma o Secretário Francisco Gonçalves:

Ocorre que muitos desses transportes escolares, desses convênios, tinham irregularidades ou, então, execuções não comprovadas, e a decisão do governo foi de pagar apenas os que tivesse execução comprovada, ou através dos convênios ou de processos indenizatórios, mas tinha que haver a comprovação. Isso gerou muito conflito. Mas isso, por outro lado, revelou um problema, em que muitas dessas áreas quem tinha o controle do sistema escolar, eram os donos de empresas que faziam o transporte escolar (Entrevista, dia 01/12/2017).

Sendo assim, o Governo precisava reorganizar o sistema escolar indígena no Estado do Maranhão, levando o Governo, a fazer, no ano seguinte, um censo para levantar quantos alunos, evidentemente, tinham se matriculado em cada escola. Esta ação gerou conflitos, se tornando uma demanda recorrente, entre o Governo, lideranças indígenas e organizações indígenas, pois a educação nas áreas indígenas é de responsabilidade do Governo do Estado do Maranhão.

A segunda questão que vai aparecer logo no primeiro ano, é a questão de proteção territorial. Muitas áreas indígenas estavam sobre pressões de madeireiras e de madeireiros com áreas ilegais, então, havia uma demanda do Governo do Estado para que interviesse, também, na proteção territorial. Portanto, encontrou-se um impasse

neste ponto, visto que a proteção territorial e de responsabilidade do Governo Federal, e não de governos estaduais.

Dessa forma, mesmo não possuindo jurisdição dentro das áreas indígenas, o Governo do Estado do Maranhão poderia se envolver colaborando com os órgãos de fiscalização e órgãos de polícia, como no caso do IBAMA e a Polícia Federal em operações de repressão ao tráfico de madeira, mas sempre dentro do que é de responsabilidade do Estado.

A terceira situação que surge se refere aos incêndios em áreas indígenas. Esta problemática de responsabilidade do IBAMA no combate, através da Prevfogo³, por onde o Governo do Estado se envolve, como nas já citadas situações, também, para participar deste enfrentamento.

Estas três questões aparecem de maneira mais insistente, por onde há outras que envolvem a produção agrícola, saúde indígena, acesso a documentação, etc. Então, ao longo do tempo foi-se identificando, no primeiro ano, um conjunto de questões que os povos indígenas foram apresentando para o Governo do Estado em uma conjuntura de diversas situações de conflitos e demandas.

De um lado, há uma situação de que a população indígena também é uma população eleitora, e ao votar também cobra do governante estadual, embora com suas particularidades, por conta da característica da área indígena. E por outro lado, uma crise, no meio de uma crise institucional no Brasil. Hoje há um desmonte nos órgãos federais de atendimento das políticas públicas dos povos indígenas e isso leva uma pressão sobre o Governo do Estado (Secretário Francisco Gonçalves – Entrevista dia 01/12/2017)

O início de governo se apresentava conflituoso, pois as demandas dos povos indígenas eram crescentes. Um bom exemplo se trata da etnia indígena Ka'apor, onde este povo estava com diversos problemas internos por questões de invasões de madeireiros e pela criação do Conselho Gestor Ka'apor⁴, para poder dar direcionamento a essas demandas oriundas dos territórios.

³O Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) é um Centro Especializado, dentro da estrutura do Ibama, responsável pela política de prevenção e combate aos incêndios florestais em todo o território nacional, incluindo atividades relacionadas com campanhas educativas, treinamento e capacitação de produtores rurais e brigadistas, monitoramento e pesquisa. Fonte: Ibama.

⁴No que consiste a informações acessadas na assessoria sobre o Conselho, antes da formação do mesmo, existia a Associação Ka'apor que representava todo o território da Terra Indígena Alto Turiaçu, composta de 18 aldeias. Esta foi transformada em Conselho depois de influências externas de José Andrade Mendes, o "professor Zezinho", Cientista Social pela UFPA, vindo do Estado do Pará, junto com os componentes da associação e maioria das lideranças da região. José Mendes assumiu o comando dos trabalhos, por onde impondo algumas mudanças nas relações internas da região gerando conflitos internos.

Houve várias articulações e várias reuniões a partir das demandas apresentada pelos Ka'apor. Reuniram-se Argos como IBAMA, FUNAI, Polícia Federal, Batalhão de Polícia Ambiental, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, etc., que tivesse incidência sobre a questão de proteção territorial para estabelecer uma ação conjunta. Então, neste momento, surge um primeiro passo para o diálogo, apenas, entre os Argos de governo, não envolvendo populações indígenas. Nestas reuniões, que ocorreram durante o primeiro ano e parte do segundo ano da gestão do governo Flávio Dino, houveram várias articulações para estabelecer uma pactuação entre os Argos estaduais e federais, numa ação conjunta, no que se refere a três questões fundamentais: proteção territorial, saúde e educação.

A conjuntura cada vez mais crescente de reivindicações dos povos indígenas gera necessidades de reformulações no quadro de funcionários voltados a essa pauta. É dessa forma que surge um novo formato para lidar com a demanda indígena.

2.2. A ASSIN⁵ como consequência da demanda indígena

Até então, na secretaria, não havia nenhum setor específico para trabalhar com a demanda indígena. A servidora Thayane Tavares, atual Coordenadora dos Programas de Proteção, que já possuía este cargo na Secretaria Adjunta de Direitos Humanos, era a única funcionária que ainda tinha contato com a pauta indígena, por justamente se envolver no setor de proteção de defensores de direitos humanos ameaçados, na maioria das vezes, envolviam conflitos territoriais em comunidades tradicionais.

Devido ao aumento cada vez maior das reivindicações indígenas, o Secretário Francisco Gonçalves percebeu que uma pessoa seria insuficiente para dar encaminhamento a todas essas demandas que a secretaria estava recebendo, exigindo o aumento de efetivo e já se pensando em um novo setor na secretaria. Assim afirma a Thayane Tavares:

E aí, como a gente começou a ser bombardeado de demandas, o secretário percebeu que uma pessoa seria insuficiente pra dar encaminhamento a tantas demandas que a gente vinha recebendo. Em conversa com ele a gente viu a necessidade de se montar uma assessoria ou então um grupo para trabalhar com essas questões. Aí foi que surgiu a ideia da assessoria indígena. (Entrevista dia 07/11/2017)

⁵ Assessoria Especial de Assuntos Indígenas.

Inicialmente, o secretário Francisco Gonçalves realizou um arranjo interno deslocando a servidora Thayane Tavares e o servidor Danilo Serejo, anteriormente da Secretaria Adjunta de Direitos Humanos e da Superintendência de Promoção e Educação em Direitos Humanos, respectivamente, para serem responsáveis por receber as demandas, comissionando esses servidores por meio de uma portaria.

Começaram, a partir daí, a trabalhar as políticas voltadas para os povos indígenas, articulando reuniões e encaminhamentos com outras secretarias de Estado, mas então, percebeu-se que não se conseguia avançar, pois as secretarias trabalhavam de maneira pontual sobre as demandas e a nova proposta era o trabalho em conjunto com todas as secretarias que trabalhavam direta ou indiretamente com a pauta indígena para que os projetos acelerassem em seu desenvolvimento.

Assim, antes da criação da Assessoria Indígena, foi realizada a agenda Maranhão Indígena na tentativa de organizar as demandas indígenas a nível de Secretarias de Estado, sendo coordenada pela SEDIHPOP na pessoa do servidor Danilo Serejo e pela servidora Thayane Tavares. Esta agenda teve alguns desdobramentos, como a criação do GT de combate a ilícitos ambientais e avanços na área da saúde. Assim, afirma a servidora Thayane Tavares:

Então, essa agenda Maranhão Indígena teve vários pontos positivos, dentre elas a criação de um GT de combate aos ilícitos ambientais composto por Agentes federais, FUNAI, a gente como coordenador desse grupo e resultou em 4 operações de combate aos ilícitos ambientais tanto dentro das terras indígenas como em torno também. Operações muito grandes. A gente também conseguiu avançar na questão da saúde, porque antes o Governo do Estado não trabalhava em parceria com o DSEI⁶ e agora o Governo do Estado começou, a partir da nossa intervenção, essa visão, ter esse viés para a pauta indígena, não? E eles começaram a estreitar laços, de fazer ações conjuntas... enfim, várias ações a gente conseguiu avançar. Em vários pontos conseguimos ter respostas positivas (Entrevista data 07/11/2017).

A Agenda Maranhão Indígena⁷, foi o meio utilizado para organizar as demandas indígenas a nível de Estado. Com estes trabalhos sendo realizados, começa a se sentir a necessidade de se fazer uma agenda com o movimento indígena e de se construir um Agentes de referência que agregasse a política indígena. Então, os diálogos referentes a pauta indígena eram realizados entre os Agentes de governo estadual e federal, não envolvendo os povos indígenas.

⁶Distrito Sanitário Especial Indígena.

⁷ Assunto trabalhado mais detalhadamente no segundo capítulo.

Logo após, com o decreto nº 35.950, de 2015, o governador Flávio Dino cria um cargo de assessor, designando o servidor Francisco das Chagas para assumir o cargo. Dessa forma, com a criação do cargo de assessor que surge a Assessoria Especial de Assuntos Indígenas, sendo composta, também, pelos servidores Danilo Serejo e Thayane Tavares, sendo esta a estrutura formada para trabalhar com a pauta indígena do Estado do Maranhão. A assessoria foi formalizada, em 20 julho de 2015, através do Decreto nº 30.950, do Diário Oficial do Governo do Estado do Maranhão, passando a estar vinculada à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular.

Esta assessoria surge com a função de prestar serviços dentro da SEDIHPOP. Assim, basicamente, passa a ser função da ASSIN transversalizar a pauta indígena nas secretarias e órgãos do Estado. Agora, como assessoria indígena, este novo setor da SEDIHPOP mantém continuidade na articulação e realização de agendas de trabalho junto com os povos indígenas e as secretarias, como relata o assessor Francisco das Chagas⁸:

Vimos para a Secretaria de Direitos Humanos O secretário designou a servidora Thayane e o servidor Danilo para compor a assessoria e a partir daí a gente começou a articular... Que essa é a função da assessoria, que o governador deu, que é de articular, monitorar a política pública voltada para os povos indígenas do Estado do Maranhão (Entrevista 01/11/2017).

A nova equipe surge com a função de trabalhar a pauta indígena do Estado, bem como articular os diálogos entre indígenas e governo. Dessa forma, a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular passa a se organizar nas primeiras tentativas de um diálogo sobre políticas indígenas com a população indígena.

A Assessoria Indígena, portanto, se apresenta como mais um braço do Estado com a função mediadora entre indígenas e o Governo do Maranhão. Seu papel, em meio aos diálogos interétnicos, vem na tentativa de garantir uma mediação entre os valores indígenas e nacionais que estão sempre em confronto. Cardoso de Oliveira (2004), quando trata dos seus trabalhos de observação e investigação no período de exercício profissional no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), apresenta o contexto em que se situa o trabalho da mediação:

Enfim, o meu maior propósito aqui é sugerir, pela consideração de alguns cenários interétnicos, como a razão argumentativa pode atuar diante de verdadeiros curto-circuitos semânticos. Em outras palavras, quando e em que

⁸ Assessor Especial de Assuntos Indígenas pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular.

condições sistemas culturais entram em contradição e geram uma distorção na comunicação (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004, p. 23).

A Assessoria Indígena se insere, portanto, em um espaço de campos semânticos divergentes, onde seu trabalho se baseia em ser a tradutora de sistemas culturais em conflito no plano cognitivo. É importante frisar que para exercer tal função é necessário a

necessidade de um conhecimento das particularidades da cultura indígena para sustentar a ação mediadora de qualquer agente externo, seja ele pesquisador, missionário ou membro de uma organização não governamental (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004, p. 29).

Tal imperativo citado por Cardoso de Oliveira pode ser notado no interior da Assessoria Indígena com a presença de servidores com certa experiência técnica, acadêmica sobre comunidades tradicionais e movimentos sociais rurais, o que pode facilitar o trabalho a ser exercido, gerando (im)possibilidades nos resultados do exercício da mediação.

2.3. Dos primeiros passos do diálogo – formação da COEPI

Na passagem do primeiro ano ao segundo ano de governo, especificamente em agosto de 2015, ocorre a etapa regional da Conferência de Política Indigenista, ocorrida no auditório do Hotel Imperial, em Imperatriz, preparatória da Conferência Nacional de Política indigenista. Nesta conferência, onde o Secretário Francisco Gonçalves se fazia presente, houve a proposição, referente a sua fala, de um encontro do Governo do Estado com as organizações indígenas. Nesta reunião, se apresenta como um primeiro diálogo, formalmente, com as organizações indígenas para que pudesse ser realizada discussões visando encaminhar as demandas que vinham sendo apresentadas por diferentes povos para o governo.



Ilustração 1 - Etapa Regional da Conferência de Política Indigenista na cidade de Imperatriz – MA. Fonte: Site do Governo do Estado. 01/08/2015.

No dia 1 de dezembro de 2015, ocorre no Palácio dos Leões, com articulação realizada pela ASSIN, uma cerimônia de entrega de honrarias ao Corpo de Bombeiros e Defesa Civil, organizada pela Secretaria de Segurança, pelos trabalhos realizados no combate a incêndios, naquele ano, em áreas indígenas. Após a cerimônia e os agradecimentos, o Governador Flávio Dino e o Secretário Francisco Gonçalves propuseram, para o ano de 2016⁹, um encontro, firmando, a partir daí a necessidade de construir uma agenda com os povos indígenas e suas organizações representativas, para pensar o num formato institucional que envolvessem uma rede de demandas que se apresentassem ao governador.



Ilustração 2 - Mesa de solenidade de homenagem aos trabalhos realizados pelo Corpo de Bombeiros e Defesa Civil no combate de incêndios, no Palácio dos Leões. Fonte: Karlos Geromy. 01/12/2015

Assim, ocorre a primeira reunião de trabalho do Estado do Maranhão com os povos indígenas, reunião esta que foi um desdobramento da agenda Maranhão Indígena para publicizar as ações realizadas e apresentar ao governador as ações e demandas dos povos. Assim, afirma a servidora Thayane:

Então, esse desdobramento saiu... Porque assim: a agenda Maranhão Indígena, que aconteceu lá no Renascença, na verdade, a proposta era de um dia as secretarias compilarem, fazendo apresentações, das suas ações para as lideranças indígenas conhecerem. E também pra gente montar um projeto, alguma coisa pra entregar pro governador. A ideia era essa. A principal ideia era essa, na verdade. A ideia era que dessa reunião de trabalho a gente mostrasse para o Governador algum produto (Entrevista data 27/11/2017).

A assessoria indígena realizou a articulação para que todos os representantes dos povos estivessem presentes, para que pudesse haver a legitimidade do processo e respeitar o processo de consulta pública, sendo que a decisão de quem estariam

⁹O encontro foi direcionado a 2016, pois no final de 2015 não havia mais possibilidade de encontro, devido a outras agendas previstas para o governador naquele ano.

presentes caberia ao movimento indígena indicar, a partir de suas reuniões, assembleias, decidindo quem representaria cada povo, cada região.

Organizou-se, portanto, uma agenda em São Luís, no prédio do Orienta Consultoria, no bairro do Renascença, e no Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado, nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2016, respectivamente. No primeiro dia, estiveram presentes representantes dos 11 povos e 16 terras indígenas e também representantes de organizações indígenas, por exemplo, a AMIMA¹⁰, COIAB¹¹, APIB¹², COAPIMA¹³, WYTY CATY¹⁴, inclusive de representantes de povos indígenas que não possuem terras devidamente reconhecidas, homologadas ou regularizadas, como os Kreny, os Gamela e os Tremembé.



Ilustração 3 - O Secretário Francisco Gonçalves da SEDIHPOP e Secretário Jefferson Portela da SSP e lideranças indígenas durante a mesa de abertura da reunião. Fonte: ASSIN. 23/02/2016.



Ilustração 4 - Liderança indígena, Cintia Guajajara durante debate acerca das políticas públicas para os povos indígenas. Na mesa, representantes da SEDUC, SECTUR e SAF. Fonte: ASSIN. 23/02/2016.

¹⁰ Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão.

¹¹ Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

¹² Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

¹³ Coordenação da Organização e Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão.

¹⁴ Associação WYTY-CATE das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins.

Houve a apresenta o de todas as Secretarias, como a de Segurança Pública, Saúde, Educa o, Segurança Alimentar, Desenvolvimento Social, etc., todas as Secretarias de Estado que tinham envolvimento direto ou indiretamente com a pauta indígena e que faziam parte da agenda Maranhão Indígena para publicizarem as a pes j realizadas e o que estavam realizando.



Ilustra o 5 - Representantes indígenas e do Estado participantes da reunião. Fonte: ASSIN. 23/02/2016.

Entretanto, neste mesmo dia, uma das lideranças presentes, S nia Guajajara, percebeu que, desta reunião, não seria possível conseguir apresentar para o governador um produto ou algo concreto, pois haviam muitas pessoas e muitas discordâncias em meio as discussões durante a reunião. Assim, foi pensado e amadurecido, com as lideranças indígenas presentes na reunião, a ideia de se escrever uma carta ao governador com todas as demandas e que saísse dessa conversa com o governador a cria o de um mecanismo, que, futuramente, seria a COEPI, alterando a proposta da reunião e seus resultados.

Ao invés da gente entregar um plano gigantesco e entregar para ele, n ? Porque a proposta era essa: era a gente juntar todo mundo, fazer um plano grande com as a pes, com o que poderiam também acrescentar e entregar pro governador. S que visto isso, a complexidade da situa o, n ? A S nia pensou, junto com o J lio¹⁵, resumir toda a demanda, entendeu? Através da solicita o da cria o de um mecanismo que foi a COEPI, entendeu? (Fala da servidora Thayane Tavares. Entrevista data 27/11/2017)

¹⁵ Contratado para trabalhar como consultor da COEPI para assessorar a comissão na finaliza o do plano. Este, antes de ser contratado, acompanhou as reuniões da COEPI.

Dessa forma, nesse primeiro dia de reunião, surge esta carta¹⁶ do movimento indígena para o Governador Flávio Dino, que seria, posteriormente, utilizada para gestar a COEPI. Esta carta possuía uma série de reivindicações de políticas públicas e ações. Então, articulou-se a primeira reunião institucional no dia seguinte com Governador do Estado, onde os indígenas apresentaram essa carta para ele. Essa carta continha a necessidade de se montar um mecanismo mais enxuto para trabalhar com a implantação e implementação dessa política.

No dia posterior, dia 24 de fevereiro, lideranças indígenas e representantes do governo se reúnem no Palácio dos Leões para tratar com o governador Flávio Dino sobre as demandas indígenas. Segundo relatos do Secretário de SIGLA Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves, o governo esperava uma série de reivindicações do movimento indígena, porém foram surpreendidos com apenas uma reivindicação: a criação de um Plano Estadual de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Maranhão.

[...] essa comissão, a COEPI, ela nasceu numa ocasião. Numa ocasião dos representantes indígenas no primeiro encontro que nós tivemos. Porque quando houve a primeira reunião, nós do governo esperávamos que as lideranças indígenas entregassem ao governador umas 10, 20 páginas de reivindicações. E para a surpresa entre nós, inclusive do governador... [...] "secretário, o que o pessoal vai apresentar?", "ah, vai apresentar uma lista de demandas de cada povo, de cada território". Então, nós fomos para essa reunião, e o próprio governador, com essa perspectiva para a reunião. E nessa reunião foi apresentada uma reivindicação. Uma reivindicação, sê um ponto. Surpreendeu a todos. Que foi exatamente que o Governo do Estado fizesse um Plano de Políticas Públicas para os Povos Indígenas, e um plano que fosse construído pelas lideranças indígenas, pelas organizações do Estado, pelas organizações indígenas, com representantes dos povos indígenas e com representantes dos territórios (Entrevista data 01/12/2017).

¹⁶ Carta do Movimento Indígena para o Governador em anexo.



Ilustração 6 - Reunião dos Povos Indígenas com o Governador. Governador Flávio Dino, representantes do Estado e lideranças indígenas no Salão do Atos do Palácio dos Leões.
Fonte: ASSIN. 24/02/2016.

O governador recebe a demanda nesta reunião, que acabou acarretando em um compromisso do Governo do Estado do Maranhão sobre a pauta de política pública indígena, como relata o entrevistado, Danilo Serejo:

Nesta audiência, o governador assume um compromisso público com os povos indígenas de criar uma comissão para discutir um plano de políticas públicas para os povos indígenas. A COEPI é o resultado da reivindicação dos povos indígenas (Entrevista data 04/10/2017).

A COEPI passa a ser gestada neste momento, não com esse nome, mas como um espaço, uma direção que pudesse mobilizar e que pudesse servir de construção de uma política de Estado para os povos indígenas. Dessa forma, a proposta passa a ser analisada e amadurecida pela ASSIN sobre sua composição:

“Depois dessa reunião, nós amadurecemos aqui na SEDIHPOP, por meio da Assessoria Especial de Assuntos Indígenas esse formato que tem hoje de COEPI, de comissão. Aí, é que nasce essa proposta de comissão, que esse espaço tivesse esse nome, de Comissão de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas e que essa COEPI teria, inicialmente a duração de um ano¹⁷.” (Danilo Serejo. Entrevista data 04/11/2017)

Assim, no dia 23 de maio 2016 é publicado o Decreto nº 31.794 de criação da Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do

¹⁷O objetivo da COEPI era construir um plano. Para construir um plano de políticas públicas a comissão necessitaria de um prazo para que fosse construído, evitando que as reuniões de trabalho fossem realizadas de maneira aleatória. Assim, foi acordado com o movimento indígena o período de um ano para poder trabalhar neste plano.

Estado do Maranhão (COEPI), assinado pelo então governador Flávio Dino, reunindo secretarias e órgãos do Estado, os indígenas e as suas instituições representativas.

Nos dias 26 e 27 de julho de 2016, ocorreu a primeira reunião da Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Maranhão, no hotel Abbeville, acontecendo na cidade de São Luís. Nesta reunião, foi dada posse a todos os membros da comissão, inclusive com a participação de 11 representantes de secretarias de Estado – atualmente com 13 secretarias¹⁸ – e aos representantes indígenas.



Ilustração 7 – Primeira reunião da COEPI: Reunião de instalação e posse dos representantes. Fonte: Assessoria de Comunicação SEDIHPOP. 26/06/2016.



Ilustração 8 – Representantes indígenas assinando o termo de posse. Fonte: Assessoria de Comunicação SEDIHPOP. 26/06/2016.

Nesta mesma reunião de posse foi construído um plano de trabalho, que propôs a realização de encontros que iriam se realizar com todas as instituições

¹⁸ No período da construção do decreto da COEPI, não foi inserido, por erro de digitação duas secretarias, a Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial e a Secretaria de Estado da Fazenda, posteriormente, sendo atualizado corretamente, inserindo-as

do Estado e indígenas para discutir os eixos temáticos. Tais agendas e cronogramas foram elaboradas pelas representantes indígenas, bem como os eixos temáticos e a ordem das atividades.

A construção do plano foi dividida em seis momentos, em localidades, datas e assuntos já estabelecidos. Inicialmente, os locais escolhidos seriam, em ordem, Imperatriz, Grajaú, Zé Doca e, nas últimas, incluindo a finalização, em São Luís. Dessa forma, a COEPI seria composta de seis encontros, com as quatro primeiras para tratar das discussões e as duas últimas para ajustes, finalização e entrega do plano, tendo início em setembro de 2016 e sendo finalizado em junho de 2017.

Porém, o cronograma não pode ser realizado na íntegra, pois houveram diversas problemáticas administrativas e com agendas do movimento indígena, sendo o cronograma utilizado, portanto, apenas como direcionador das reuniões e parâmetro para os prazos.

Porque, na verdade, aquilo ali foi pra gente pelo menos, de alguma forma, tentar se organizar, não? Organizar os trabalhos da COEPI. Como a gente iria, a partir daquilo pensado, tocar as outras reuniões, não? E aí, a gente sempre barrou nos entraves administrativos, não? Então, foi por isso que a gente não conseguiu... Além dos entraves administrativos, ainda tinha a agenda do movimento indígena também. A gente sempre tinha que ter essa concordância de agendas pra poder realizar as reuniões. Então, a gente não conseguiu seguir arriscadamente o cronograma por causa disso. (Servidora Thayane Tavares. Entrevista data 27/11/2017)

Os temas a serem trabalhados, portanto, foram os que os indígenas tinham mais interesse., conseqüentemente, seriam as demandas oriundas dos movimentos indígenas. Anteriormente, as reuniões possuíam diversos assuntos, muitos deles sem nenhuma conexão, passando, de maneira mais organizada, a ser dividida em eixos temáticos, que passaram a ser, em ordem de reuniões, Educação Escolar Indígena; Saúde Indígena; Gestão e Proteção Ambiental; Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Nutricional, Desenvolvimento Social e Cultura, Esporte e Lazer.



Ilustração 9 – Foto oficial dos representantes da COEPI. Fonte: Assessoria de Comunicação SEDIHPOP. 27/06/2016.

A COEPI é coordenada pela SEDIHPOP e tem por finalidade maior construir um plano estadual de políticas públicas para os povos indígenas do Maranhão que será utilizado para direcionar as ações do Governo do Estado na promoção de direitos humanos voltados para esse segmento étnico específico.

Além da função principal, baseada na construção da política pública para os povos indígenas, a comissão também tem por função funcionar como canal para o diálogo entre o Estado, representantes indígenas, e solicitar informações de outros órgãos públicos e sociedade civil para a realização das atividades previstas.

A comissão é composta por lideranças de todas as TIs (Terras Indígenas) do Maranhão, totalizando 16 TIs e 11 povos, instituições representativas dos povos indígenas do Estado e Secretarias de Estado¹⁹ que trabalham diretamente com a temática. Assim, os trabalhos, de caráter transitório, realizados na comissão possuem um período de um ano para a criação, articulação e sistematização das políticas públicas para os povos indígenas para, posteriormente, serem entregues ao Governo do Estado a assinatura e formalização.

¹⁹ Informações de todas as Secretarias de Estado participantes em anexo no Decreto e Regimento da COEPI.

Ao final do processo de criação e entrega do plano para o governador, o mesmo pretende apresentá-lo para a Assembleia Legislativa do Maranhão para transformá-lo em um projeto de lei para que não se limite ao período de sua gestão, mas que se firme como uma referência de Política Pública para o Estado, de como direcionar suas ações para os povos indígenas, independente de quem estiver comandando do governo.

A forma como foi relatada a formação da COEPI que segue a percepção de Foucault sobre a história caracteriza-se como descontínua. A descontinuidade como prática de análise histórica nega o devir, - ou o vir a ser -, não possui uma simultaneidade e é causadora do conhecimento de fatos desconsiderados ou não contados pela história tradicional. Analisar este acontecimento distante da ideia de origem, é entendê-lo não como iniciado de um momento ou assinatura de documento, mas de sucessivas rupturas e acontecimentos que não cessam de acontecer.

Dessa forma, entendo que a forma como é contada a formação da COEPI pela história tradicional, desconsiderando fatos e acontecimentos, demonstra como os fatos históricos sofrem delimitação nos discursos, o que permite ou proíbe sua realização e o que pode ou não pode ser dito, segundo os interesses de quem os conta.

Assim, após demonstrar como surgiu a Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para dos Povos Indígenas do Maranhão, contando aquilo que não é exposto pelos meios de comunicação ou pela história tradicional, encaminharemos, para o próximo capítulo, a atenção em como se deu construção da participação das representações indígenas e como relação com o Estado e essas representações pode se mostrar conflituosa e cheia de problemáticas.

3. A PARTICIPAÇÃO DAS “REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS” NA COEPI

Anterior a promulgação da Constituição Federal em 1988, não havia nada que formalizasse a pluralidade das matrizes formadoras da nação brasileira. Antes desta Constituição, tanto indígenas pré-cabralinos, quanto os africanos e seus descendentes escravizados pelo processo colonial de modelo agroexportador, eram entendidos como alvos do processo civilizatório brasileiro, o que já demonstraria formalmente suas condições de “brasileiros” de segunda categoria.

Portanto, o reconhecimento, pelo Estado, da existência dos povos indígenas que não seguem a mesma lógica de organização do mesmo é bastante recente. Se baseia em lutas dos movimentos sociais indígenas pelo respeito às diferenças para o acesso aos seus direitos específicos e cidadania, englobando o direito à igualdade, à liberdade de expressão, direitos políticos e a uma vida digna.

No âmbito formal, esse reconhecimento surge a partir da Constituição de 1988, nos seus artigos 231 e 232, onde há o reconhecimento às formas de organização indígenas, as suas crenças e tradições e, principalmente, os direitos originários dos povos indígenas sobre suas terras.

Soma-se à Constituição, o Decreto 5.051 de 19 de abril de 2004, referente a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reafirmando os já garantidos direitos constitucionais, ressaltando o direito à autonomia destes povos, no sentido de garantir as suas formas diferenciadas de organização, seus planos de vida, anseios, etc., modificando entendimentos ultrapassados de superioridade, dominação e assimilação em relação aos povos originários.

Além disso, a Convenção garante a estes povos, reconhecendo a diversidade e as diferentes formas de organização de cada povo indígena, que as decisões e estratégias voltadas a eles considerem suas singularidades na construção de políticas, bem como a necessidade de consulta aos povos indígenas sempre que alguma medida legislativa for afetá-los diretamente. Como prevê o artigo 6 da OIT:

1. Na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos deverão:
 - a) consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
 - b) criar meios pelos quais esses povos possam participar livremente, ou pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, em todos os níveis decisórios de instituições eletivas ou órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem;

c) estabelecer meios adequados para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas próprias desses povos e, quando necessário, disponibilizar os recursos necessários para esse fim.

2. As consultas realizadas em conformidade com o previsto na presente Convenção deverão ser conduzidas de boa-fé e de uma maneira adequada às circunstâncias, no sentido de que um acordo ou consentimento em torno das medidas propostas possa ser alcançado. (Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à OIT. p. 18. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2006/2004/decreto/d5051.htm>)

Além do direito à consulta, mais uma garantia foi estabelecida, aos povos indígenas, a de participação, formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-los diretamente, garantindo suas prioridades. Como prevê, também, seu 7º artigo que:

1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

2. A melhoria das condições de vida e de trabalho e do nível de saúde e educação dos povos interessados, com a sua participação e cooperação, deverá ser prioritária nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões onde eles moram. Os projetos especiais de desenvolvimento para essas regiões também deverão ser elaborados de forma a promoverem essa melhoria.

3. Os governos deverão zelar para que, sempre que for possível, sejam efetuados estudos junto aos povos interessados com o objetivo de se avaliar a incidência social, espiritual e cultural e sobre o meio ambiente que as atividades de desenvolvimento, previstas, possam ter sobre esses povos. Os resultados desses estudos deverão ser considerados como critérios fundamentais para a execução das atividades mencionadas.

4. Os governos deverão adotar medidas em cooperação com os povos interessados para proteger e preservar o meio ambiente dos territórios que eles habitam. (Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à OIT. p. 19-20. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2006/2004/decreto/d5051.htm>)

Assim, o reconhecimento destes indivíduos como cidadãos brasileiros não se direcionou somente com o direito ao voto, mas também na sua participação nas decisões políticas do Estado, especificamente de suas políticas públicas, em um novo contexto de relação do Estado com a sociedade.

Neste contexto, mesmo com a participação garantida constitucionalmente e por outras normas/decretos/leis, o plano normativo não garante, de imediato a realização e efetivação das políticas, então, se faz necessário que as garantias constitucionais e suas formas de efetivação sejam conhecidas pelos segmentos portadores de tais direitos. Sendo assim, o acompanhamento, a participação e

fiscaliza²o desses segmentos etnicorraciais em todo o processo de constru²o de suas pol²ticas p²ublicas espec²ficas se faz necess²rio, exercendo o controle social no que se refere²s a²tes do Estado sobre suas pol²ticas espec²ficas.

3.1. Trabalhando o conceito de controle social

A no²o de controle social, geralmente encontrada em dicion²rios, transmite a ideia de um “conjunto de recursos materiais e simb²licos de que uma sociedade disp²pe para assegurar a conformidade do comportamento de seus membros a um conjunto de regras e princ²pios prescritos e sancionados” (BOUDON; BOURRICAUD, 1993, p. 101 apud ALVAREZ, 2004, p. 169).

Por²im, para melhor entender este conceito, ² preciso analisar a sua hist²ria, encontrando suas primeiras observa²es e constru²o do seu entendimento com o cl²ssico Emile Durkheim, entendendo controle social a partir do controle e integra²o social.

O direcionamento te²rico de Durkheim privilegiou temas envolvendo² manuten²o da ordem. Tal tem²tica se mostrou presente em obras como *As Regras do M²todo Sociol²gico*, de 1978, quanto em conceitos voltados para a sociedade moderno, se tratando do conceito de anomia. Por²em o autor foca “em fen²menos como crime e pena, que dizem respeito aos mecanismos empregados pela sociedade no momento em que algu²im desobedece²s normas e amea²a² ordem social” (ALVAREZ, 2004, p. 169). Portanto, se direcionando tanto nas formas de manuten²o da ordem social como em fen²menos que gerem a integra²o social exatamente quando a ordem se encontra amea²ada, utilizando de mecanismos que regulem a sociedade, por²im sem o uso excessivo da coer²o.

Se Durkheim refletia sobre quest²es relativas a tem²tica de controle social, a primeira vez que a express²o realmente passou a ser utilizada foi, no s²culo XX, na Sociologia norte-americana. Autores como George Herbert Mead e Edward Alsworth Ross, este ²ltimo considerado como o primeiro a utilizar a express²o social control para indicar o seu campo espec²fico de estudo (LAPIERE, 1954; CHUNN; GAVIGAN, 1988 apud ALVAREZ, 2004), passam a utilizar os conceitos se tratando de mecanismos de coopera²o e de coes²o volunt²ria da sociedade norte-americana (ROTHMAN, 1981 apud ALVAREZ, 2004, p. 169). Os autores estavam interessados

em achar na sociedade a origem da coesão social, deixando de lado o entendimento do Estado como regulador da ordem social.

Após a Segunda Guerra Mundial, o entendimento do conceito muda para um rumo oposto se tratando, então, da relação do Estado com os mecanismos de controle social. E mais ainda: a coesão social passa a ser não mais vista como resultado da solidariedade e da integração social, mas como resultado das ações de dominação do Estado e das classes dominantes. Essa percepção da temática ganha força na Sociologia e na História, a partir dos anos 60 do século XX, quando as pesquisas envolvem prisões, asilos, hospitais, etc. (ALVAREZ, 2004). Neste novo olhar, temos como grande exemplo de teórico Michel Foucault.

É importante analisar Michel Foucault, pois suas teorias influenciaram debates sobre controle social. Apesar de ter se debruçado sobre os estudos sobre mecanismos de controle social na modernidade, o autor não utiliza esta expressão, mas procura um entendimento mais complexo para entender as práticas de poder, que não se limitam a formas de controle social como produtoras de comportamento, formas de saber, etc.

Michel Foucault foi um dos teóricos principais para o entendimento crítico do conceito de controle social na sociedade contemporânea. Em sua obra História da Loucura, do início dos anos 60, seus estudos se voltavam, em sua grande maioria, para a análise das práticas de instituições sociais que se mostravam como novos espaços de exclusão e normalização de formas determinadas de comportamento (ALVAREZ, 2004).

O autor focava exatamente aspectos da vida social que o processo de normalização excluía ou considerava como desvios para serem reajustados. Em sua obra Vigiar e Punir, de 1975, ao observar as práticas punitivas da sociedade moderna, não focar nas teorias penais na época, nem na forma estatal dominante e nem sobre uma dominação de classe, mas sobre a instituição que, para ele, determina a tecnologia de poder, a prisão, sendo a disciplina a tecnologia de poder que se aplica.

O papel da prisão, portanto, se destaca como problema a ser analisado por Foucault. O autor se indagava sobre os motivos da prisão se tornar uma pena por excelência, não mais compreendida como castigo, mas sim como mecanismo gerador de disciplina. Sua análise, procura mostrar que suas práticas disciplinares ultrapassam os muros das prisões, alcançando a sociedade como um todo, ao se

constituem tecnologias de poder, em vrias outras instituiões como fbricas, escolas, hospitais, etc.

Foucault faz uma análise que contrapõe o suplício e a prisão moderna, demonstrando que os dois exemplos definem formas penais diferentes de controle. O suplício, utilizada no Antigo Regime, não se sintetizava apenas em práticas selvagens, mas possuía uma lógica: era técnico e ritual. Tinha como característica ser técnico por ter como objetivo produzir uma certa quantidade de sofrimento que possa ser observada, de acordo com o tipo de crime; como ritual, desejava marcar o corpo do criminoso como também demonstrar o poder daquele que pune.

Por outro lado, as formas disciplinares se baseiam em métodos de controle minucioso dos corpos. Esta prática se caracteriza por distribuir os indivíduos em espaços fechados e heterogêneos, onde cada um tem o seu lugar especificado e sua função. Assim, cada indivíduo ocupa um lugar, ao mesmo funcional e hierarquizado, distribuindo-os para melhor retirar deles um maior número de efeitos possíveis. As disciplinas também implicam afetar no controle dos horários, buscando obter uma utilização maior de todas as atividades ao longo do tempo.

Esse novo poder disciplinar, será utilizado como forma de adestramento. Assim, esse poder disciplinar terá alguns mecanismos: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. O olhar hierárquico produz efeitos de poder porque o deve sentir vigiado permanentemente; a sanção normalizadora implica uma micropenalidade do tempo, atividade, da maneira de ser visando os comportamentos desviantes; o exame, indica a técnica de controle que permite qualificar, classificar e punir os indivíduos que são alvos do poder disciplinar (ALVAREZ, 2004).

Assim, ao definir tais práticas como tecnologias de poder

[...] Foucault mostrará que são aplicáveis não apenas no interior do sistema penal, mas igualmente em contextos os mais diversos: tanto em instituições especializadas (penitenciárias, escolas, hospitais) quando em instituições de “socialização” (como a família), etc. (ALVAREZ, 2004, p. 172).

Dessa forma, Michel Foucault, a partir de seus trabalhos, nos permite perceber como as práticas penais ultrapassam o campo da lei e do Estado, influenciando no estabelecimento de formas de regulamentação e comportamentos, de produção de conhecimento e de formas de subjetividades da normalidade.

Dessa forma, Foucault sempre buscou explicar que sua análise se distanciava das formas tradicionais de pensar o poder e o controle social. Em sua obra História

da Sexualidade, ele explica os mecanismos que servir² o para analisar os mecanismos da sociedade, como Φ explicitado a seguir:

Em primeiro lugar, o poder n² o Φ algo que se adquira ou detenha, mas algo que se exerce em contextos sem cambiantes. Em segundo lugar, o poder n² o se encontra em posi² o de exterioridade a outros tipos de rela² ões, mas Φ imanente \bar{s} rela² ões econ² micas, de conhecimento, sexuais, etc. Ou seja, o poder n² o Φ superestrutura, mas possui um papel produtor. Tamb Φ m as rela² ões de poder n² o podem ser reduzidas a uma oposi² o binaria entre dominadores e dominados, pois s² o muito mais heterog \bar{e} neas, converg \bar{e} ncias sempre provis \bar{e} rias produzidas pelos muitos enfrentamentos locais. Ao mesmo tempo que intencionais, as rela² ões de poder n² o sou subjetivas, ou seja, embora o poder se exer² a por meio de uma s \bar{e} rie de miras e objetivos, n² o resulta da escolha de um sujeito individual ou coletivo. Finalmente, "lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posi² o de exterioridade em rela² o ao poder" (FOUCAULT, 1999, p. 91 apud ALVAREZ, 2004, p. 173)

Percebe-se, portanto, que essa vis² o diferente de Foucault sobre o poder Φ importante para se entender o poder e o controle social da modernidade, sendo mais produtivos, multidimensionais e complexos que as manifesta² ões anteriores.

Outro autor a trabalhar a quest² o do controle social Φ Antonio Gramsci, sendo a sua proposta a ser utilizada nesta pesquisa, onde "o controle social pode ser exercido ora pelo aparato estatal, ora pela sociedade, dependendo da correla² o de for² as estabelecidas entre ambos" (MATOS; FERREIRA, 2015, p. 66).

O autor utiliza, ao tratar sobre o controle social, dois conceitos que norteiam a sua constru² o te \bar{e} rica: hegemonia e sociedade civil. O autor constr \bar{e} o conceito de hegemonia atribuindo-o o sentido de supremacia de uma classe sobre outra, n² o se limitando a coerção, mas também por um viés "intelectual e moral, pelo consenso. Compreende, pois consenso, como uma forma de um grupo social imprimir ao outro os seus valores, sua cultura e visões de mundo." (Cerroni, 1962 apud MATOS; FERREIRA, 2015, p. 68). J \bar{e} a sociedade civil se baseia em um conjunto de organiza² ões privadas, aos quais indiv² duos de unem voluntariamente, havendo luta de classes, em busca da conquista da hegemonia e do consenso.

Em um contexto p \bar{e} s-ditadura, onde h \bar{e} mudan² as na estrutura pol \bar{t} ica brasileira, em um cen \bar{a} rio de abertura pol \bar{t} ica mais democr \bar{a} tica, a categoria gramsciana de Estado ampliado passa a ser realizada no campo das a² ões na sociedade brasileira. Assim, na vis² o de Estado ampliado de Gramsci Φ preciso perceber os significados e a rela² o que os conceitos de hegemonia, j \bar{e} citado anteriormente, e democracia possuem. Segundo o autor, dos v \bar{e} rios conceitos de democracia existentes

“[...] o mais realista e concreto é aquele que se pode deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema democrático, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia, e, por conseguinte da legislação, que exprime este desenvolvimento, favorece a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente” (Gramsci, 1984, p. 183 apud MATOS; FERREIRA, 2015, p. 69)

Em um cenário de Estado ampliado, com aberturas com a participação da sociedade civil, gera um fortalecimento da mesma, onde movimentos sociais, sindicatos, associações, etc., se mostram mais participativas no âmbito social, cultural, econômico, onde se fortalece um sistema hegemônico. (GRAMSCI, 1984 apud MATOS, FERREIRA, 2015). Dessa forma, é possível perceber a COEPI como um campo de disputa pelo poder entre Estado e sociedade civil (povos indígenas),

Nessa abordagem, Bourdieu (2001) concebe campo, como um espaço simbólico, no qual lutas dos agentes determinam, validam, legitimam representações. Este campo é definido, portanto, a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e construídos por redes de relações ou de oposições entre atores sociais que são seus membros. Estas relações que se podem ser realizadas por estarem inseridas em um regime democrático, onde os espaços podem ser ocupados e disputados.

Porém, mesmo havendo possibilidades de discussão entre partes diferentes, devido ao regime democrático, em uma relação dialética de interlocução, quando há o envolvimento de indivíduos de culturas muito diferentes, como, no caso, indígenas e não indígenas, há a necessidade de se observar, primeiramente, que as sociedades se relacionam como um sistema, que se forma depois do contato, através de relações de oposição. Assim, é preciso aprofundar sobre essas abordagens à luz das relações interétnicas e como ocorre os diálogos em meio a estas oposições.

3.2. Das relações interétnicas às dinâmicas das relações de interlocução

A temática das relações interétnicas entre povos de culturas diversas foi estudado por diversas correntes teóricas. A partir de agora, analisaremos algumas delas para o seu entendimento a partir das análises de Cardoso de Oliveira apresentadas no seu livro *O Índio e o mundo dos Brancos* (1964), onde são demonstradas as muitas tradições que envolviam a etnologia sobre o estudo das relações entre povos de culturas, assim, algumas se destacam: a britânica, conhecida

como social change studies; e a norte-americana, divulgada pelos acculturation studies. Essas correntes influenciaram os estudos sobre acultura²o no Brasil, principalmente a segunda. Ainda h^o uma terceira, que ^o menos conhecida, que envolveu estudos africanistas realizados por etno-soci^ologos franceses, denominada de estudo de situa²o.

Nas an^olises brit^onicas de mudan²a social, a institui²o social prevalece nos estudos. Os estudiosos se preocupavam

em apreender a realidade resultante do contato inter^otnico, valendo-se da an^olise de institui²es correspondentes – i. e., pela aceita²o t^ocita do princ^opio de que as institui²es atuavam umas sobre as outras segundo suas respectivas naturezas (as institui²es religiosas tribais seriam modificadas pela a²o da institui²o religiosa ocidental, as econ^omicas por suas reciprocas, e assim por diante)” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1964, p. 18).

Sobre esta corrente, Cardoso de Oliveira (1964) afirma que esta forma de analisar diminui as influ^oncias que os considerados agentes alien^ogenas podem exercer em esferas diferentes dos seus respectivos campos de atua²o. Dessa forma, por exemplo, um religioso somente influenciaria no que concerne aos seus atributos religiosos e um administrador apenas no que se refere aos cargos de chefia. Dessa forma, complementa que “esta fic^oo te^orica produziu frutos bem amargos para a antropologia social em suas tentativas de compreender o contato inter^otnico, especificamente entre popula²es ind^ogenas e sociedades coloniais” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1964, p. 19).

Outro ponto alvo da cr^otica ^o a ideia das tr^os ordens: a tribal, a colonial e a resultante do contato entre as duas, a transicional. Segundo Cardoso de Oliveira (1964), h^o um mecanismo patente constru^odo por Malinowski (apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 1964), quando este discrimina um tipo de determinismo em cada uma dessas ordens. Segundo o autor, para que se possa entender realmente o contato propriamente dito deve-se faz^o, -lo em situa²o, o que n^o seria poss^ovel se analis^osemos pelo entendimento de Malinowski (apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 1964)

Cardoso de Oliveira (1964) ^o influenciado pela terceira corrente te^orica, j^o citada, de estudos africanistas, o que justifica as suas cr^oticas ^os correntes anteriores e que influenciou nas an^olises das rela²es inter^otnicas no Brasil. A abordagem te^orica utilizada para entender os fen^omenos inter^otnicos ^o a no²o de situa²o colonial, tendo como refer^oncia Balandier. Essa forma de an^olise n^o ^o realizada em

termos das condições muito particulares que a produzem, mas ao conjunto dessas condições.

Segundo Balandier, situação colonial pode ser definida como: “o domínio imposto por uma minoria estrangeira, racial (ou etnicamente) e culturalmente diferente em nome de uma superioridade racial (ou étnica) e cultural afirmada de modo dogmático, a uma maioria, autctone, materialmente inferior; este domínio provoca o estabelecimento de relações entre civilizações heterogêneas: uma civilização com máquinas, com uma economia poderosa, de ritmo rápido e de origem cristã, se impondo a civilizações sem máquinas, com economia ‘atrasada’, de ritmo lento e radicalmente não-cristã; o caráter antagônico das relações existentes entre essas duas sociedades que se explica pelo papel de instrumento a que é condenada a sociedade colonizada; a necessidade, para manter esse domínio, de recorrer não só à ‘força’, mas também a um conjunto de pseudojustificações e de comportamentos estereotipados” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1964).

A situação colonial deve ser analisada a partir da sua totalidade, o que implica grupos relacionados entre si em termos de domínio e submissão. Dessa forma, a partir de modificação profunda e rápida obriga que seja analisado historicamente, percebendo que nesta relação a sociedade colonizada participa de forma variável, conforme seu tamanho, seu potencial econômico e seu conservadorismo cultural. Para o seu entendimento, é imprescindível ter-se em conta esta dupla dualidade: a colônia ou a sociedade global em cujo seio ela se insere, e a situação colonial; sobretudo quando ela se torne patentes aos fatos resultantes do contato, os fenômenos em processos de mudanças. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1964)

Mesmo as análises de Balandier estarem direcionadas a situação do branco-negro nas Américas e não a situação do índio, Oliveira entende que pode servir como referência para entender a conjuntura indígena nos Estados Unidos e no Brasil. Tendo como referências seus estudos de situação, acabou por adequar a noção de situação colonial para uma análise da situação brasileira. Segundo essa explicação a sociedade brasileira seria a metrópole e as sociedades indígenas seriam as colônias. (FURTADO, 1995).

Segundo Cardoso de Oliveira (1972 apud FURTADO, 1995) o contato interétnico pode ser alcançado de forma completa se analisarmos as relações interétnicas como fricções interétnicas. O entendimento de fricção interétnica é

abordada na obra *O Índio e o mundo dos brancos*. Cardoso de Oliveira (1972 apud FURTADO, 1995) entende por fricção o interétnica

[...] o contato entre grupos tribais e segmentos da sociedade brasileira, caracterizados por seus aspectos competitivos e, no mais das vezes, conflituosos, assumindo esse contato, muitas vezes, proporções 'totais', isto é, envolvendo toda a conduta tribal e o tribal que passa a ser moldada pela situação de fricção interétnica" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972 apud FURTADO, 1995, p. 13).

Outras compreensões sobre os estudos de situação propostos por Balandier e reformulados por Cardoso de Oliveira surgem a partir de Oliveira Filho (1988 apud FURTADO, 1995). Este autor entende a situação colonial não apenas pela sua perspectiva macro, em termos de sujeito e domínio, as especifica as perspectivas micro dessa relação. Para Oliveira Filho (1988, p. 10 apud FURTADO, 1995, p. 14),

é necessário desenvolver uma teoria sobre os fundamentos internos do domínio, evidenciando a forte e íntima articulação que criam entre si as instituições nativas e as instituições coloniais. É preciso afastar-se de concepções reducionistas, que veiam o processo de domínio como uma relação de sujeito absoluta, onde o polo dominado não desempenharia também uma função ativa reinterpretando, selecionando e remanejando as pressões que recebe do polo dominante.

Oliveira Filho (1988 apud FURTADO, 1995) defende que o processo de domínio não possui apenas um caráter negativo. A dominação não seria, então, um fato externo, imposto por forças externas a um grupo específico, mas assumiria formas e funções de acordo com as próprias instituições nativas.

Porém, quando se trata da política indigenista, no que se refere a estas possibilidades de relações entre indivíduos de culturas diferentes, em contato, em meio a momentos de diálogos e discussões, onde há um enfrentamento de uma parte sobre a outra, Cardoso de Oliveira (2000), afirma que ela deveria "ser capaz de auto-avaliar-se com vistas a atender aos requisitos mínimos de uma política, antes de pautar-se exclusivamente por motivações políticas, ainda que sejam políticas públicas, conduzidas pelos Estados nacionais" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 214).

Dessa forma, entende que, antes de querer atender uma política democrática, por mais bem-intencionada que seja, tenha que atender imperativos de uma política discursiva que possa regular as relações entre indígenas e o Estado.

Assim, se tratando das relações de interlocução entre indígenas e não indígenas, ambientando-se em ambientes de diálogos para construção de políticas públicas, utilizamos mais uma vez Cardoso de Oliveira (2000) quando este vem elencar algumas condições para que haja um diálogo seja realmente democrático, obedecendo os imperativos de uma política. Assim, se tratando da política discursiva,

recorre à teoria de Apel (1985), enfatizando dois conceitos que considera centrais para a discussão: o de comunidade de comunicação e o de comunidade de argumentação.

A comunidade de comunicação é “uma instância constitutiva de qualquer tipo de conhecimento, inclusive o conhecimento científico” e a comunidade de argumentação é “uma instância marcada pela intersubjetividade, inerente por sua vez a toda ‘comunidade de argumentação’ – esse segundo e importante conceito apeliano” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 215).

Dessa forma, percebe-se que a comunidade de comunicação e comunidade de argumentação têm relações muito próximas, o que significa que estas comunidades são constituídas tanto por indivíduos de um mesmo grupo cultural, quanto por componentes de um mesmo segmento profissional, podendo ser científico, técnico ou administrativo, de uma mesma sociedade, estando inseridos em um mesmo “jogo de linguagem” ou no mesmo sistema cultural (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000).

Cardoso de Oliveira (2000) tem o intuito de demonstrar a existência de um espaço social marcado por relações dialógicas, que tenham um lugar no plano da linguagem e do discurso. Estas relações demonstram estar presentes entre pares de uma comunidade científica, quanto entre membros de uma comunidade cultural. Portanto, para que essas relações dialógicas ocorram de maneira horizontal entre os interlocutores, sem dominação de um sobre o outro, é necessário que existam em um espaço substancialmente democrático ou democratizável.

A pluralidade, portanto, como característica do Estado brasileiro, constituído por povos de diferentes etnias, é baseado em um processo histórico que exige reparos e compensações. Está determinado na Constituição Federal de 1988 que todos os cidadãos são iguais, independente das diferenças étnico-raciais ou culturais, portanto o Estado deve alcançar a todos em uma atitude de direito, sem, no entanto, desconsiderar as especificidades que garantem essas identidades. Assim, partindo do respeito às especificidades e o entendimento de garantir a igualdade entendendo a existência de diferenças, é que parte o pensamento de Santos (1999, p. 44) sobre a construção multicultural da igualdade e da diferença no seu imperativo: “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza.”

Fazendo relações com tal imperativo citado, em um espaço democrático ou democratizável, onde pode ocorrer a participação de determinado grupo em construção de políticas públicas, busco o teórico Cardoso de Oliveira, que vai recorrer

a elaboração de Rodolfo Stavenheg (1985 apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) sobre etnodesenvolvimento, percebendo a possibilidade, também, da existência deste modelo como uma alternativa que vai de encontro com a forma desenvolvimentista, carregada de posturas autoritárias e indiferentes. O etnodesenvolvimento requer uma visão “de dentro” que leve em conta o discurso no nativo, seja ele indígena ou qualquer população que seja alvo desses projetos de etnodesenvolvimento, ou seja, para que possa ocorrer de forma efetiva é necessário a participação destes povos, alvos da mudança induzida, em todas as etapas do projeto, seja no planejamento, execução e avaliação, respeitando, portanto, suas especificidades garantindo a igualdade entendendo a existência de diferenças.

Se esta participação, em todas as etapas, das populações alvo é indispensável para que o etnodesenvolvimento possa ser realizado, este contexto demonstra o reconhecimento de uma comunidade de comunicação de natureza intercultural. Além disso, se considerarmos o seu conteúdo político, esta, também, é uma comunidade de argumentação. Portanto, neste caso, não estamos diante de uma comunidade de argumentação entre pares, na concepção apeliana, mas entre grupos que se situam em culturas distintas, como ocorre nas relações interculturais.

Neste sentido, aqueles que estão à frente das ações indigenistas, como no caso desta pesquisa, o Estado e outros atores, precisam ser, no mínimo, dotados de princípios do etnodesenvolvimento, procurando dialogar com os interessados, os povos indígenas, sobre quais mudanças desejam para si. Além disso, os resultados destas discussões só podem “ocorrer no interior de uma comunidade de comunicação transformada em comunidade de argumentação, onde a troca de ideias estará baseada em argumentos” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 219), como é notável nas reuniões da COEPI, entre os diálogos ocorridos sobre a construção deste plano.

Nesse sentido, para que haja uma política nestas relações, é preciso que esteja presente relações simétricas no que consiste a afirmar: livres, democráticas, sendo realizadas, no seu processo, regras bem claras, acordadas por um consenso entre os interlocutores participantes. Assim, Cardoso de Oliveira (2000, p. 219) afirma que:

O não ferir a política comeria por não romper as regras preliminares do entendimento. Desde logo, em lugar de confronto político – algo corrente nos programas desenvolvimentistas – haveria de se esperar um encontro entre interlocutores imbuídos menos de verdades e mais de pontos de vista.

Mesmo sendo um modelo alternativo ao desenvolvimentista, segundo o autor, este não deixa de ser uma estratégia de mudança social induzida, por se concretiza

em condições diferentes da desenvolvimentista. E esta diferença se baseia, principalmente, quando se insere o indivíduo no indígena, este aberto às percepções e visões de mundo do indígena.

A proposta de realização da COEPI se fundamenta devido a constatação da diversidade étnica, de especificidades, em contato e, portanto, de coexistência de direitos individuais com direitos de coletividades, pois a partir das tentativas de formalizar um Estado pluriétnico, passa-se a existir mecanismos para o combate às injustiças sofridas pelos povos indígenas. Walsh (2009) entende a diversidade e a interculturalidade de forma crítica como uma construção de e a partir das pessoas que sofreram e sofrem uma submissão histórica. Assim, sobre interculturalidade crítica, afirma Walsh (2009, p. 23-24)

Entender a interculturalidade como processo e projeto dirigido à construção de modos “outros” do poder, saber, ser e viver permite ir muito além dos pressupostos e manifestações atuais da educação intercultural bilíngue ou da filosofia intercultural. É argumentar não pela simples relação entre grupos, práticas ou pensamentos culturais, pela incorporação dos tradicionalmente excluídos dentro das estruturas (educativas, disciplinares ou de pensamento) existentes, ou somente pela criação de programas “especiais” que permitem que a educação “normal” e “universal” siga perpetuando práticas e pensamentos racializados e excludentes. É assinalar a necessidade de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que diferencialmente posicionam grupos, práticas e pensamentos dentro de uma ordem e lógica que, ao mesmo tempo e ainda, é racial, moderno-ocidental e colonial. Uma ordem em que todos fomos, de uma maneira ou de outra, participantes.

A autora apresenta a interculturalidade crítica se contrapondo a outra, a interculturalidade funcional, que se converte como uma nova forma de dominação, que ofusca e mantém a diferença colonial através da ideia integracionista. Para Walsh (2009, p. 16)

Essa retórica e ferramenta não apontam para a criação de sociedades mais equitativas e igualitárias, mas para o controle do conflito étnico e a conservação da estabilidade social, com o fim de impulsionar os imperativos econômicos do modelo neoliberal de acumulação capitalista, agora “incluindo” os grupos historicamente excluídos.

Pensada desta forma, a interculturalidade crítica tem suas origens antes do Estado, nas mobilizações realizadas pelos movimentos sociais, direcionando aqui ao movimento indígena, fazendo seu papel contra-hegemônico em relação ao problema estrutural-colonial-capitalista e sua construção de transformação e criação (WALSH, 2009). Portanto, o que se pode afirmar é que a COEPI, mesmo reconhecendo a diversidade e interagindo com ela, não se trata de uma percepção crítica da interculturalidade, pois segundo a autora, pensar a partir dessa proposta é transgredir e desfazer a matriz

colonial que está no interior do capitalismo e criar uma nova conjuntura de poder, ser, saber, estar e viver que direcionem uma nova possibilidade de conviver em uma nova lógica social. Se a proposta da interculturalidade crítica é transformar as estruturas, as instituições e as relações sociais, ela não se encontra neste meio, pois não se desvincula de práticas ainda de ordem racial, moderno-ocidental e colonial, sendo, portanto de caráter funcional.

Assim, além do que já foi explicitado, é necessário dar visibilidade aos acontecimentos que geraram de escolha das representantes indígenas nesta comissão, sendo esta presença causadora de conflitos entre as partes.

3.3. A escolha dos representantes indígenas na COEPI

A escolha de representantes, das partes que se colocam frente a frente para a discussão e elaboração do plano de políticas públicas, deve ser evidenciada. É importante enfatizar que o formato que compõe o decreto de criação da COEPI, bem como o seu regimento interno, foi influenciado pelos povos indígenas do Estado. Este formato, foi exposto na carta do movimento indígena ao governador entregue no dia 24 de fevereiro de 2016.

Dessa forma, na carta em questão, é sugerido que o formato da comissão teria representantes de todas as Terras Indígenas, das entidades representativas dos povos indígenas e daqueles povos que não possuem terra devidamente reconhecida e homologada, como os Kr, nye, os Gamela e os Tremembé, não se mostrando um obstáculo para que eles tivessem assento na comissão.

Os povos, TIs e organizações representativas realizariam suas próprias escolhas de representantes por meio de reuniões, onde houvessem suas respectivas escolhas. Deveriam, pois, encaminhar dois nomes, titular e suplente, para a comissão. Todas as escolhas de representantes deveriam ser comprovadas mediante ata da reunião, bem como, também, as representantes governamentais, acatando as formalidades do processo.

Dessa forma, uma minuta do regimento interno foi construída pela Assessoria Indígena, para que pudesse ser exposta para apreciação e aprovação pelos membros da COEPI na primeira reunião, que seria a de instalação desta comissão.

Assim, as terras indígenas, povos e entidades representativas indígenas já compareceram a esta reunião com os seus devidos representantes. As articuladas

j) realizadas pela SEDIHPOP em trabalhos realizados anteriormente com os povos indígenas e a mobilização de entidades representativas colaboraram para melhor alcance das informações sobre esta reunião da COEPI. Como afirma Suluene Guajajara²⁰:

Aqui pro sul do Maranhão o povo Guajajara da Terra Indígena Araribá, o povo gavião, o povo Krikati chegou as informações através das organizações. E ao centro oeste através das lideranças, da Marília, do José Araújo. E foram se espalhando, um passando a informação para outros, não? Mas a secretaria de direitos humano também através da SEDIHPOP passou informação também para outras terras diretamente com as lideranças de referência, não? Das terras, mas que tinham que representar, através de ata. Para nós foi assim, ao povo Krepym, ao povo Kreny, foi através das organizações indígenas (Entrevista data .08/11/2017)

Quando houve o convite para a participação da primeira reunião, todas as lideranças e entidades representativas, foi direcionada a informação que os povos, terras e entidades representativas que deveriam comparecer com suas respectivas representantes para compor a COEPI. Dessa forma, quando compareceram à reunião de instalação, suas indicações já estavam escolhidas e, portanto, estavam aptas para tomarem posse. Não houve interferência da Assessoria Indígena ou outra instância do Governo na escolha das representantes indígenas, ficando de total responsabilidade dos indígenas participantes esta função.

O regimento interno da COEPI, aprovado pelas representantes do Estado e indígenas, estabelece a participação indígena, garantindo que todos os povos e/ou terras indígenas, do Estado do Maranhão, tenham representatividade. É garantida também a participação de entidades e lideranças indígenas, sendo elas: Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA), Associação Wyty Cate das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins (WYTY CATE), Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão (AMIMA), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Alguns artigos do Decreto de formação da COEPI, como os 4º e 5º, evidenciam, formalmente, como a participação indígena deve ser representada, levando em conta todos os povos e organizações participantes (MARANHÃO, 2016):

No art. 4º

1º Cada representante deverá indicar 01 (um) titular e o seu respectivo suplente, de forma, expressa, endereçada à SEDIHPOP.

2º Apó as indicações, a SEDIHPOP, por meio de Portaria, publicará no Diário Oficial do Estado do Maranhão a relação completa de todos os integrantes da COEP/MA.

No art. 5º

1º As entidades/organizações e lideranças deverão escolher, conjuntamente, entre seus pares, a sua representante junto à coordenadora da COEPI/MA.

Dentre os escolhidos para representarem as terras, povos e representantes indígenas estão caciques, professores, indígenas com cargos políticos, pessoas de prestígio dentro das aldeias, aqueles que estão na frente de grupos de representantes e indígenas que, dentro de sua trajetória, construíram relações que os destacaram nacionalmente e internacionalmente, se transformando em referência de representação. Portanto, há uma variedade de pessoas e trajetórias que os qualificaram, mediante a processo de escolha entre pares, para terem assento na COEPI.

Ao tratar das escolhas referentes aos que iriam representar as terras, povos e organizações representativas, é interessante compreender a ideia que Bourdieu (1996) tem ao se debruçar sobre as relações entre posições sociais, as disposições (habitus) e as tomadas de posições, onde há “escolhas” que os agentes sociais fazem nos domínios mais diversos da prática. Bourdieu (1996) utiliza o conceito de habitus como um “princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, um conjunto de unívoco de escolhas, bens e práticas” (BOURDIEU, 1996, p. 21-22).

Como sendo princípios geradores de práticas distintas e distintivas, os habitus pode ser considerado, também, como esquemas que classificam, princípios de visões e de gostos, estabelecendo o que é bom ou mal, o que pode ser um mecanismo a ser utilizado, no caso dessa pesquisa, como forma de escolha do que melhor seria para representar as povos indígenas neste processo de construção de políticas públicas.

Porém, devemos perceber, também, que estas escolhas são carregadas de interesses e que

[...] a sociologia postula que há uma razão para os agentes fazerem o que fazem, razão que se deve descobrir para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes, arbitrárias, em uma série coerente, em algo que se possa compreender a partir de um princípio único ou de um conjunto coerente de princípios. Nesse sentido, a sociologia postula que os agentes sociais não realizam atos gratuitos” (BOURDIEU, 1996, p. 138).

Assim, dentro desta pesquisa, as escolhas realizadas para representar os indígenas não se tratam de um ato gratuito, pois a partir da compreensão de Bourdieu (1996), se baseia como sendo uma busca da razão de ser de um modo de agir a explicar esse modo de agir pela busca de fins de melhor representação, seja na forma de representação (por povos, terras e organizações representativas) como também a escolha propriamente dita dos representantes, o que pode ser influenciado por motivos íntimos ou para transformação coletiva.

Assim, ao mesmo tempo que o Estado reconhece a especificidade dos povos indígenas e o seu direito de participação na construção de políticas que lhes competem, ainda surgem situações a serem avaliadas, como as condições de interlocução entre as partes envolvidas e a imposição das regras de participação, obrigando-os, a partir da lógica representativa ocidental e dominante, a se inserir numa lógica ao qual não pertencem, garantindo, conseqüentemente, a continuidade do controle dos processos políticos. Ao mesmo tempo que legitima, mantém as “rotinas de controle”.

3.4. As condições de interlocução entre indígenas e o Estado e as normas de representatividade em meio a interculturalidade

Sobre as condições de interlocução, é necessário retornar aos conceitos de comunidade de comunicação e comunidade de argumentação. Cardoso de Oliveira (2000b) afirma que uma comunicação que se dá com a interação entre dois campos de interlocução representativos diferentes, aqui se tratando o campo indigenista e o campo indígena, é perceptível que essas relações sejam com o intuito de gerar um consenso pela argumentação. Porém, neste caso em específico, não se tratam apenas de lados meramente opostos por interesses diferentes, mas por também se situarem, o mundo indígena e o nacional, em meio a uma distância cultural discrepante.

Aqui se encontra a dificuldade presente nos diálogos interétnicos: os diálogos são baseados pelos discursos hegemônicos, se tratando do indígena e não indígena, onde as regras do discurso dominante institucionalizado se sobrepõe ao polo dominado, sobre o indígena. Cardoso de Oliveira (2000a, p. 224) contextualiza, de maneira clara, este entendimento:

Examinemos um pouco mais isso. E aqui reproduzo argumentos de que já me vali em outra oportunidade, mas que me parecem apropriados para evocá-los neste contexto. Vamos imaginar que todo diálogo entre índios e não-índios, que produza resultados de valor legal, tenha lugar através da FUNAI, o braço indigenista do Estado brasileiro. Em seu papel de mediadora nesse diálogo imaginário entre litigantes índios e não-índios, a FUNAI teria, em primeiro lugar, de interpretar o discurso indígena a fim de torná-lo não só audível, mas inteligível ao interlocutor alienígena. A exigência teórica da política discursiva de uma argumentação racional, como característica básica de qualquer comunidade de comunicação, sempre guardaria um resíduo de ininteligibilidade, resultante da distância cultural entre as partes – mesmo no caso de ser a própria FUNAI parte interessada na solução de um impasse qualquer no contexto de um programa de etnodesenvolvimento, portanto voltado para auscultar a população indígena.

O ato de fala do dominado dirigido ao componente dominador (este distante da percepção sobre o outro), mesmo com a presença de uma mediação, seja ela qual for, dentro da relação interétnica, ainda se mantém distante no que se refere a inteligibilidade. Além disso, há uma dominação da linguagem do discurso pelo lado dominante, pois mesmo havendo a mediação, onde se possa perceber uma comunidade interétnica de comunicação e argumentação,

[...] o diálogo estar comprometido pelas regras do discurso hegemônico. Essa situação somente estaria superada quando o índio interpelante pudesse, através do diálogo, contribuir efetivamente para a institucionalização de uma normatividade inteiramente nova, fruto da interação no interior da comunidade intercultural (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000b, p. 226).

Esta nova normativa que fala Cardoso de Oliveira (2000a), e que é perceptível nas reuniões da COEPI, trata-se da superação dessa dominação pelo domínio cada vez mais frequente da linguagem dominante, ou do discurso hegemônico, pelas lideranças indígenas. Algumas lideranças indígenas apresentavam, durante as reuniões, um domínio das atribuições municipais, estaduais e federais sobre a pauta indígena, tinham conhecimento das leis que lhes eram atribuídas e do que ainda não tinha sido executado sabendo, dessa forma, quem direcionar a demanda pautada. Como demonstra a fala de Lourenço Borges Milhomem, representante da COAPIMA (Gravação da fala do representante data 20/11/2017):

Não é fácil pra nós estar aqui discutindo uma política aonde, que com certeza, nós vamos estar entrando..... Neste momento, mostrando, a capacidade de discutir, a capacidade de buscar, o benefício, a mudança de melhorar a qualidade de vida para a população indígena e não indígena também pra nós o que é importante.

A fala de José Arão Mariz, Lopes, representante da terra indígena Bacurizinho, acrescenta sobre isso:

Nós sabemos que temos a esfera do Município, Estado e União. Aquilo que for de responsabilidade da União, nós vamos continuar cobrando como

movimento indígena, aliás, a nível federal tem o Conselho Nacional de Política Indigenista, que é resultado de uma articulação do movimento indígena e que culminou na criação, que inicialmente era a Comissão de Política Nacional Indígena, e agora... o presidente Lula, antes de sair da presidência, ele efetivou, implantou o Conselho Nacional de Política Indigenista, que é mais ou menos no estilo que está a COEPI (Entrevista data 22/11/2017).

Essa “nova realidade” pode ser explicada pela presença, cada vez mais frequente de lideranças intelectualizadas ou não, mas muito preparadas para lidar no interior do discurso dominante, tão distante da maioria da população indígena. Esse contexto foge do que Cardoso de Oliveira (2000a) entende como estereótipo de que “os índios não entendem”, se mostrando representantes preparadas para participar da negociação e formulação de políticas públicas indigenistas que atenda as reivindicações e demandas indígenas.

Portanto, o que se vê, atualmente é que em diferentes partes do nosso hemisfério começam a surgir líderes indígenas bastante competentes no uso da linguagem do polo dominante, [...] essas lideranças são capazes de se movimentar no interior das normas do discurso hegemônico, o que lhes permite conduzir uma argumentação audível e inteligível no interior do campo indigenista, sem serem obrigados a institucionalizar uma nova normatividade sustentadora do diálogo intercultural – algo bem mais difícil de se alcançar (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000a, p. 227).

Outro ponto a ser observado trata-se do entendimento de representação, que se apresenta como um choque entre culturas no decorrer das reuniões da COEPI. A cultura ocidental utiliza o modo de democracia representativa em todas as suas organizações políticas e assim, exige que todos os que participam das decisões políticas, sigam tal regra, regida pela legitimidade exclusiva do direito do Estado e na democracia ocidental como forma superior e válida universalmente.

A prática da democracia, que surge na Grécia clássica, tem a participação direta dos cidadãos nas decisões políticas, ocorrendo em pequenos territórios e com um número reduzido de pessoas que eram consideradas cidadãos (apenas homens livres e nascidos nas Cidades – Estado). Da restrição do “ser cidadão” presente nesta época, a prática democrática se direciona a uma escala muito maior do Estado Nacional, o que implicou o surgimento de um conjunto novo de instituições políticas (CABRAL NETO, 1997).

Com as sociedades se tornando muito mais complexas e o entendimento de cidadão mais amplo, tornou-se impossível o exercício direto da democracia pelos cidadãos como era realizado nas pequenas cidades-estados gregas, tendo como única forma de democracia possível, a representativa.

Bobbio (2009, p. 22 apud PEREIRA, 2012), traz elucidáções sobre democracia a partir do que ele intitula de "significado formal da democracia", segundo ele, tem por definição "um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados."

O surgimento da democracia representativa está ligado às ideias liberais, onde passaram a serem garantidas as liberdades individuais, a igualdade jurídica perante a lei, como a participação das decisões políticas. É da impossibilidade de reunir uma população extensa e populosa, características do Estado Moderno, que se mostrou como solução a ideia de representação, onde todos aqueles que possuam direitos políticos são convocados para escolher seus representantes para tomar as decisões políticas em seu nome.

Bobbio (2009, p. 56-57 apud PEREIRA, 2012, p. 56) nos descreve, basicamente, o que seria democracia representativa:

A expressão democracia representativa significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aquele que dela faz parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade. [...]. Em outras palavras, um Estado representativo é um Estado no qual as principais deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos, importando pouco se os órgãos de decisão são o parlamento, o presidente da república, o parlamento mais os conselhos regionais, etc.

Além disso, o Estado aparece como fonte de poder e tal poder deve ser transferido ao indivíduo que é o sujeito universal de direitos. Portanto, se trata não de um indivíduo concreto, mas um indivíduo abstrato universal. O Estado se apresenta como mandante e não como mandatário. Assim, afirma Arruda (2003, p. 37):

“Digamos que, fundamentalmente, e omitindo as complexas intermediações, o Estado, de formalmente representante da vontade do povo, realiza-se como aquele ao qual o povo deve obedecer. Em suma, o representante não representa – manda; e o representado não vê, sua vontade expressa – é forçado a realizar a vontade do representante.

As sociedades indígenas não costumam/costumavam apresentar instituições exclusivamente políticas, sendo, assim, caracterizadas como sociedades de “poder difuso”, diferentemente das formas de fazer política ocidental, sendo exercidas através de diversas formas de dinamismo associados a determinadas conjunturas do que por meio de instituições voltadas diretamente às funções sociais específicas. (ARRUDA, 2003).

Em sua obra *A Sociedade contra do Estado*, Pierre Clastres, faz considerações sobre a organização política da maioria das sociedades indígenas da América. Assim, relata:

Os primeiros viajantes do Brasil e os etnógrafos que os seguiram muitas vezes sublinhavam: a propriedade mais notável do chefe indígena consiste na ausência quase completa de autoridade; nessas populações a função política parece ser muito fracamente diferenciada (CLASTRES, 1974, p. 46).

Ainda segundo Clastres (1974), a falta de estratificação social e de uma autoridade do poder, devem compreender como características da organização política da maioria das sociedades indígenas, podendo algumas delas nem possuir tal cargo de chefia ou representante (CLASTRES, 1974). Assim, não devemos, portanto, tratar como elementos iguais a forma de constituição do poder e sua forma de operação, o que acarretaria a confusão dos conceitos de ser e o fazer da chefia, o transcendental e o empírico da instituição. As ações da chefia seriam, portanto, controladas pela opinião pública. Isto é,

Planejador das atividades econômicas e cerimoniais do grupo, o líder não possui qualquer poder decisório; ele nunca será seguro de que suas "ordens" serão executadas: essa fragilidade permanente de um poder sempre contestado dá sua tonalidade ao exercício da função: o poder do chefe depende da boa vontade do grupo. Compreende-se então o interesse direto do chefe em manter a paz: a irrupção de uma crise destruidora da harmonia interna pede a intervenção do poder, mas suscita ao mesmo tempo essa intenção de contestação que o chefe não tem meios para superar (CLASTRES, 1974, p. 54)

Portanto, as novas necessidades que surgem com o contato regular com a cultura do não indígena, impõem adaptações, novos sistemas de organização e papéis sociais, se sobrepondo às organizações tradicionais indígenas. A exigência do controle de conhecimentos, de técnicas, das novas formas de organização e de mecanismos necessários para a relação com o Estado, exige, conseqüentemente, o surgimento de mediações.

No interior dessas relações interculturais, novas formas, externas à lógica indígena, são impostas, interferindo na lógica interna de organização, como afirma Arruda (2003, p. 41):

Além da alternância conjuntural da valorização de princípios organizacionais tradicionais, como os das classes de idade, das divisões clínicas, das metades exogâmicas ou das chefias da aldeia, as novas clivagens e outras divisões entram em cena, imbricando-se com as anteriores e obscurecendo hierarquias.

Em nível local, no interior das aldeias, operam as organizações próprias e tradicionais de cada povo, mas por muitas vezes são bombardeadas de imposições

externas à procura de “um líder” ou “um chefe” para tratar, baseadas na ideia de representação ocidental, “como aquele que fala por todos” ou “por alguém que decide”, o que acaba acarretando em possíveis nomeações de “chefias” que muitas vezes não condizem com as autoridades tradicionais, variando de acordo com as relações estabelecidas com os indivíduos alienígenas.

Dessa forma, esses indivíduos, representantes de vários povos, terras e organizações representativas em meio às várias relações de conflitos participam desta construção e, conseqüentemente, avaliam a COEPI, construindo representações a partir de seus olhares e percepções do processo ao qual fizeram parte. Temática essa proposta no próximo capítulo.

4. REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS PELA COEPI

O Estado do Maranhão possui povos indígenas distribuídos em 11 povos e 16 Terras Indígenas, totalizando 8% do território maranhense. Estes povos se fizeram presentes em meio ao processo de construção de políticas públicas por meio da COEPI. Por participarem, acompanhando o processo do início ao fim, fizeram suas próprias observações sobre esta construção que se deu com a participação do Governo do Estado do Maranhão.

A sua participação, que se trata de um choque de culturas, rendeu em avaliações e opiniões, a partir de vertentes que foram influenciadas com os interesses que envolvessem todos os povos indígenas do Estado do Maranhão ou suas localidades de vivência. A partir das observações das reuniões e de realização de entrevistas com alguns dos participantes indígenas pude, portanto, acessar um conjunto de pontos de vista sobre esse processo, podendo, então, ser considerado como a representação destes participantes de um acontecimento que os envolvessem e os afetasse diretamente.

Para entendermos a visão que os participantes indígenas tiveram no decorrer da COEPI, utilizamos a perspectiva de Bourdieu (2001) sobre representação:

[...] as classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais; e, ainda, que as representações práticas mais expostas à crítica científica podem contribuir para produzir aquilo por elas descrito ou designado, quer dizer, a realidade objetiva – qual a crítica objetivista as refere para fazer aparecer as ilusões e as incoerências delas (BOURDIEU, 2001, p. 112).

Assim, quando analisa os critérios objetivos de identidade regional ou étnica, afirma que não se deve ignorar que, dentro da prática social os critérios são objetos de representações mentais (atos de apreciação, percepção e reconhecimento), que os indivíduos utilizam de acordo com os seus interesses, e também de representações objetivas, direcionadas em atos ou em coisas, para estabelecer a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e de seus portadores (BOURDIEU, 2001).

Assim, ele afirma que no sistema de critérios não pode haver apenas as propriedades objetivas (território, língua, religião, etc.), mas também as subjetivas (sentimento de pertença, etc.), ou seja, as representações que os indivíduos têm das divisões da realidade e que vão contribuir para a realidade dessas divisões (BOURDIEU, 2001).

Além das entrevistas utilizou-se a análise de situação social de Gluckman (1987) para entender como se deram as relações entre indígenas e o Estado no interior da COEPI para, então, para obter as informações necessárias para reunir as representações destes indivíduos sobre o processo. O autor descreve seu estudo de caso na Zululândia, onde buscou compreender as relações entre africanos e brancos do norte da Zululândia e as consequências conflitantes que ocorrem entre estes grupos culturais diferentes.

Em toda a sua observação, Gluckman descreve que as interações entre os colonizadores e os zulus se dão de diversas formas diferentes dependendo das situações sociais, onde denomina desta forma, pois procurou analisá-las em suas relações com outras situações do sistema social da Zululândia. Assim, entende situação social como

comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões. Desta forma, a análise revela o sistema de relações subjacente entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade (GLUCKMAN, 1987, 238).

A partir da situação social, a função do antropólogo seria de compreender as inter-relações para, então, compreender a estrutura social. Ao se colocar a observar os acontecimentos naquele contexto, ele percebe as diferenças entre culturas que vão envolver a religião, a política, economia, etc.

Como forma de iniciar esta análise, descrevo uma série de eventos conforme foram registrados por mim num único dia. As situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa. A partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade. Através destas e de novas situações, o antropólogo deve verificar a validade de suas generalizações (GLUCKMAN, 1987, p. 228).

A situação social descrita por Gluckman fala da inauguração de uma ponte. Este evento demonstrou a cooperação entre zulus e europeus, onde acabam formando uma única comunidade, com modos específicos de comportamento. Em contrapartida, estas relações, que aparentemente parecem simétricas, não são, pois a separação transparece em todos os seus padrões de comportamento como, por exemplo, a separação dos europeus e zulus em grupos distanciados em meio a inauguração da ponte.

Esta análise metodológica é pertinente nesta pesquisa, pois as relações existentes entre estes dois grupos culturais divergentes, assim como o caso da

situação exposta na Zululândia, são repletas de conflitos. Porém, em uma nova situação encontrada nas reuniões da COEPI, pode-se dizer que o comportamento destes indivíduos expressava o interesse comum: a construção de um plano de políticas públicas. Por existir este interesse em comum, passam a agir de acordo com certos “costumes de cooperação e comunicação, apesar de dois grupos raciais estarem divididos de acordo com um padrão de estrutura social” (GLUCKMAN, 1989, 260) evidentemente hierarquizada.

Observando as circunstâncias descritas por Gluckman, percebo que, assim como no caso da Zululândia, a COEPI uniu os participantes de grupos culturais diferentes. Neste contexto de aparente cooperação, o poder expresso pelo Governo do Estado e a base cultural dos seus representantes organizam as ações dos grupos e indivíduos dentro de um padrão que exclui o conflito, pelo menos não muito evidenciado.

Ao comparar com outras situações entre indígenas e Governo do Estado, por indivíduos de culturas diferentes que possuem características que os levam ao confronto, que se pode delimitar o equilíbrio da estrutura social presente na COEPI, se situando em um período de tempo, se mostrando com uma unidade funcional. Além disso, este “equilíbrio”

é afetado pelas relações raciais de conflito e cooperação, de modo que cada um destes grupos une os grupos raciais por um lado, enfatizando, por outro, sua oposição (GLUCKMAN, 1989, p. 260).

Essas mudanças de comportamento e participação destes indivíduos em contextos diferentes demonstra como essa estrutura social funciona, pois esta participação

de um indivíduo em um grupo particular em uma situação particular é determinada pelos motivos e valores que o influenciam nesta situação. Os indivíduos podem, assim, assumir vidas coerentes através da seleção situacional de uma miscelânea de valores contraditórios, crenças desencontradas, interesses e técnicas variadas (GLUCKMAN, 1989, p. 261).

Sendo assim, a partir dessas análises expostas por Gluckman (1989), que se pode entender como funciona estas relações entre indígenas e Governo do Estado do Maranhão, nestas situações de equilíbrio presente na COEPI, ou em outros diferentes períodos com esta mesma característica, havendo conexões entre eles.

4.1. Análises das relações em meio à participação indígena e o diálogo interétnico

Assim, analisando as relações entre indígenas e Estado, nas reuniões da COEPI, como funcionário do Estado durante o período de um ano, observando o decorrer das discussões e convivendo com os representantes indígenas, em momentos formais e informais, pude coletar, por meio de falas, entrevistas e conversas, a visão dos mesmos de todo o processo.

Dessa forma, como sendo a primeira representação a se expor, é importante ressaltar que um ponto de vista muitas vezes afirmado pelas representações indígenas se trata da abertura, da possibilidade de diálogo entre povos indígenas e o Estado. Falas como “é histórico” eram frequentes, como demonstra a fala da participante Fabiana Guajajara:

[...] É um momento histórico pra todos nós e estamos discutindo aqui... e vamos impactar, diretamente, indiretamente o futuro de gerações, que são as nossas crianças indígenas que estão nos nossos territórios. (Fabiana Guajajara – COAPIMA. Gravação da fala da representante 20/11/2017)

João Inácio Silva Alves acrescenta sua visão sobre a abertura do diálogo

A gente dando continuidade a esse trabalho e a gente agradece muito o Governo do Estado, o secretário do estado, por a gente estar sempre dialogando, levando as nossas demandas (Gravação da fala do representante 20/11/2017).

Rosa Eliana Torres, representante do povo Tremembé, também contribui sobre este ponto:

É importante essa iniciativa de dar voz aos povos indígenas. Voz a gente tem. A gente precisa de oportunidade pra que a gente busque, a gente fale aquilo que a gente está precisando. Então, a COEPI deveria ter, esse é o objetivo, de receber essas demandas, as propostas de cada povo, dos povos. (Entrevista data 20/11/2017)

É notório que esse espaço de diálogo entre povos indígenas e Governo do Estado do Maranhão, iniciado na gestão do então Governador Flávio Dino, é algo que deve ser evidenciado quando se trata da relação entre estes dois lados. Anteriormente a este governo e ainda nos primeiros anos da atual gestão, não haviam relações como esta realizada na COEPI, possibilitando ouvir as partes interessadas quando se trata dessa demanda de políticas específicas. A COEPI, portanto, se diferencia e se destaca por não apenas demandar ações, o que geralmente é comum que faça o Estado, mas por haver uma contrapartida, a possibilidade de indígenas negarem formas de ações direcionadas a eles pelos responsáveis por suas políticas públicas, e expor o que lhes são próprios e conveniente, atendendo suas especificidades. Dessa

forma, a COEPI obedece a Convenção 169 da OIT quando se trata da obrigatoriedade da participação e consulta dos afetados pelas políticas, na sua construção.



Ilustração 10— Durval Tremembé, representante do povo Tremembé, em fala na IV reunião da COEPI sobre o eixo Gestão e proteção ambiental. Fonte: Assessoria de Comunicação SEDIHPOP. 11/04/2017.

Uma fala interessante seria da afirmação, de Jonas Polino Sansão, representante da WYTY-CATE, sobre a identidade dos indígenas como cidadãos de direitos e, por isso, possuindo direitos a serem cobrados, porém, segundo ele, visto que seus direitos são constantemente negados, ele vê a participação da COEPI como positivo, pois há discussão com o Estado para tratar das situações que lhes são próprias.

Porque a gente tem direitos no Estado, mas os nossos direitos são negado e a discussão, a criação da COEPI é uma possibilidade da gente discutir as situações, as causas indígenas, os problemas do povo indígena do Maranhão na saúde, na educação na agricultura, territorialidade, ... proteção ambiental nas terras indígenas, isso sendo muito importante (Entrevista data 21/11/2017).

Ainda sobre isso, acrescenta:

[...] porque a gente sabe muito bem que desde o início os nossos direitos são negado, mas a gente faz parte do estado, a gente faz parte do município, a gente faz parte da nacional, então, em três esferas a gente tem que ter alcance dos objetivos que de benefício aos nossos povos indígenas do Estado do Maranhão. E a discussão sendo muito importante. (Jonas Polino Sansão, representante da WYTY-CATE. Entrevista dia 21/11/2017)

A presença de indígenas participando diretamente do processo de construção é algo a se evidenciar. Com a abertura ao diálogo, indivíduos representaram suas terras, povos e organizações representativas para decidirem, em conjunto, pontos que se referem as suas principais demandas. O fato de participarem como agentes

decisivos, com poder de fala, discutindo sobre suas políticas que teriam resultados para suas comunidades se mostram como importantes para os indígenas participantes. Sendo assim, para os povos indígenas, a sua participação, a partir de suas representações, se mostrou em um ponto positivo desta construção de políticas públicas. Assim, afirma Lourenço Milhomem: “A população indígena está tendo esta oportunidade de ter a participação do que aquilo que vem através das políticas públicas vem pra nossas comunidades” (Gravação da fala do representante data 20/11/2017).

Com participação garantida desses povos na construção de políticas públicas, além de garantir o controle social das ações do Estado, também é caracterizado com princípios etnodesenvolvimentistas, pois para possuir tais características, é necessário sua participação e levar em consideração a fala do nativo, alvo das políticas (RODOLFO STAVENHAGEM, 1985 apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000).

Além disso, essas representações, segundo Lourenço Borges Milhomem, representante da COAPIMA, mostraram capacidade de discutir frente ao Estado para buscar melhorias para a população indígena, pois ele afirma que, hoje, possuem lideranças, jovens indígenas com a capacidade de discutir e apresentar propostas.

Não é fácil pra nós estar aqui discutindo uma política aonde, que com certeza, nós vamos estar entrando..... Neste momento, mostrando, a capacidade de discutir, a capacidade de buscar, o benefício, a mudança de melhorar a qualidade de vida para a população indígena e o indígena também pra nós o que é importante. E eu tô dizendo isso porque temos hoje, nós temos hoje lideranças, nós temos indígenas jovens com a capacidade de discutir, ter propostas para mudar. Nós já fomos de guerrear, agora, neste momento, é de usar a caneta e pensamento. Ideias construir, mostrar que temos capacidade, sim, de fazer uma mudança nova nos municípios, no estado e nosso país, que é o Brasil. Fazer a diferença (Gravação da fala do representante data 20/12/2017).

Assim, segue-se o entendimento de Cardoso de Oliveira (2000) quando este trata sobre as condições de interlocução entre indígenas e não indígenas, sobre uma maior aproximação do discurso hegemônico por parte dos indígenas, não precisando serem intelectualizadas, mas aptas e preparadas para estar diante do discurso dominante.



Ilustração 11 – Silvio Guajajara, representante da COAPIMA, em fala na reunião de instalação da COEPI. Fonte: Assessoria de Comunicação SEDIHPOP. 27/07/2016.



Ilustração 12 – Sonia Guajajara, representante da APIB, em fala na reunião de instalação da COEPI. Fonte: Assessoria de Comunicação SEDIHPOP. 27/07/2016.

A COEPI foi avaliada como um processo que foi construído em conjunto, em coletividade, envolvendo, indiretamente, os 11 povos e as 16 terras indígenas do Estado do Maranhão. Os representantes se mostraram como contribuintes para a efetivação das necessidades de seus povos e suas terras e pessoas de confiança de suas localidades. A força de vontade daqueles que participaram e que fortaleceram o movimento indígena foram evidenciados e louvados, como afirma Arlete Bandeira, representante da WYTY-CATE²¹

E... eu tô muito feliz com esse encontro que tá fechando o ano e esse “garro” que os indígenas tã agarrando e todos precisa fortalecer mais, tanto nos outro que não tã aqui presente, mas nós que “tamo” aqui presente tem que falar por todos. [...] E essa “luto” tá sendo muito fortalecido mesmo pelas pessoas que estã na frente, encarregada em confiança a essas pessoas e que foram indicadas...(Gravação da fala da representante data 21/12/2017)

A representante Arlete Bandeira, demonstra com sua fala a importância que as representantes indígenas significam para aqueles que os escolheram para representar. A carga de responsabilidade que estas pessoas possuem é muito grande, pois são interlocutores de uma grande população, estando ali presentes para garantir que seus direitos específicos sejam garantidos para refletir, posteriormente, para seus “parentes”.



Ilustração 13 – Bruno Caragiu, representante da Terra Indígena Alto Turiaçu, em fala na IV reunião da COEPI sobre o eixo Gestão e proteção ambiental. Fonte: Assessoria de Comunicação do SEDIHPOP. 12/04/2017

A COEPI também se mostrou como uma oportunidade de troca de informações e experiências entre ambas as partes, pois possibilitou, ao dividir o mesmo espaço daqueles que são encarregados pelas políticas e os afetados por elas, uma aproximação, mesmo que forçada, para as funções de uma das partes e o olhar sobre o diferente de outra.

Essa divisão de um mesmo espaço deu aos indígenas a possibilidade de aprender, mesmo que em pouco tempo, na prática, sobre as atribuições e funções de cada cargo ou secretaria, conhecer aqueles que são responsáveis pelas suas políticas, etc. Por outro lado, deu a oportunidade dos representantes do Estado, de conhecer mais de perto aqueles que são alvos dos seus trabalhos. Dessa forma, exigindo mais conhecimento sobre os povos indígenas, Arlete Bandeira, trata sobre essa questão:

É preciso entender porque nós tem várias formas [...] nós não entende todo, nós não fala numa língua, tem vários tipos de língua diferente. E vocês que trabalham com a gente, vocês que acompanha nós tem que aprender a conhecer as pessoas (Gravação da fala da representante data 20/12/2017)

Esta representante levanta um ponto importante sobre a relação do Estado com a sociedade civil. Para que o Estado tenha eficácia em suas ações, é preciso, no mínimo, conhecer os alvos de suas ações, e isso não se limita os povos indígenas. Portanto, remetendo a elas, é obrigatório conhecer aquilo que seja específico dos povos

indígenas, se distanciando dos estereótipos, generalizações ou ideias etnocêntricas. Essas questões podem estar presentes no meio dos agentes do Estado, e essa reivindicação é importantíssima para um trabalho do Governo mais eficaz e mais próximo às comunidades. O contrário disso seria, portanto, homogeneizar a existente diversidade entre povos.

E a gente vê, que não é fácil hoje quando o governo olha para os povos indígenas e não há essa avaliação de que não é um povo, [...] Ainda mais quando tem que se trabalhar a nível de Estado, são 11 povos, de 16 terras e existe uma especificação bem ampla mesmo pra tentar entender a forma e realizar de cada povo por terra, na forma da língua, na forma das crenças, na forma de organização... (Silvio Santana Guajajara – COAPIMA Gravação da fala do representante data 20/11/2017)

Pensar desta forma, envolve, novamente, o entendimento de etnodesenvolvimento, quando há a exigência do Estado ser dotado de tais princípios, na tentativa de dialogar com os indígenas sobre as alterações que buscam para si se tratando de políticas públicas.



Ilustração 14— Representante do IBAMA em fala na IV reunião da COEPI sobre o eixo Gestão e proteção ambiental. Fonte: Assessoria de Comunicação SEDIHPOP. 11/04/2017.

Dentre todas as falas e discussões presentes nas reuniões, bem como nas entrevistas coletadas percebeu-se, no entendimento dos participantes indígenas, que nem todas as demandas exigidas poderiam estar presentes no plano ou da forma que queriam. Apenas duas pessoas representam suas respectivas terras, povos ou organizações, para garantir os direitos específicos dos indígenas do Estado do Maranhão. Além dos direitos que podem ser gerais para os povos, existem também as específicas de cada povo, que podem simplesmente não serem lembradas ou seu

formato incabível de se alinhar na jurisdição estadual. Portanto, mesmo ocorrendo estes pontos, o plano não se mostra ineficaz enquanto proposta de atendimento das reivindicações. Assim, afirma Silvio Santana Guajajara:

Não é um plano que a gente possa falar que é previsto todas as questões porque a gente sempre acaba esquecendo de algumas coisas, mas a gente acredita que, vários pontos que estão aí no plano já contemplou alguns povos ou terras (Gravação da fala do representante data 20/11/2017)

A COEPI se mostrou, para os indígenas, como um meio de centralizar a diversidade de suas demandas específicas, portanto, um mecanismo prático que pode proporcionar a discussão de demandas recorrentes por meio de eixos temáticos, sendo, então, um “facilitador” de aprofundamento e entendimento das políticas. Assim, afirma Sonia Bone Guajajara, representante da APIB:

[...] porque tem muitas demandas diferentes, tem uma diversidade imensa. Existem 16 terras, todo mundo tem suas demandas. E a COEPI veio pra poder tentar dar uma unidade a tudo isso. Não igualar todo mundo, assim... as demandas, mas que a gente pudesse trazer essas demandas e aqui todas estarem contempladas dentro de um plano. Então, a gente dividiu as reuniões por eixo, não? Teve uma reunião específica para cada eixo temático em relação a gestão territorial e ambiental e sustentabilidade, educação saúde, cultura, esporte e lazer, junto com educação. Então, a gente dividiu cada região por eixo temático pra poder aprofundar cada uma (Entrevista data 20/11/2017).

A palavra “conquista” foi direcionada à COEPI. Ela é, segundo os indígenas, um resultado das lutas constantes e reivindicações frente ao Estado. Esta “conquista” é saudada por ser um mecanismo criado pelos indígenas na perspectiva de atendimento de suas demandas e na certeza de sua participação durante o processo. Além disso, a “conquista” será para as bases²², que estão distantes das decisões políticas, garantidas por aqueles que as representam.

E... com certeza a COEPI trouxe uma conquista, não? A gente conquistou essa carreira. Eu sei que não foi fácil... Difícil essa caminhada até aqui e a gente está discutindo a proposta que foi conquistado que vai trazer um resultado boa. Esperamos que aconteça tudo isso rever esses planos, essa elaboração dos planos que pode chegar até a base, não? Nas aldeias. Vai servir pra todo mundo vai se beneficiar. Não é só o componente da COEPI não, para todas regiões, vai chegar até nas aldeias. (Edilson Tomaz da Silva Guajajara – representante da Terra Indígena Cana Brava. Entrevista data 21/11/2017)

Além de Edilson, Josimar Araújo, representante da Terra Indígena Bacurizinho também contribui:

Isso pra nós é um motivo de alegria porque, na verdade, é uma conquista para o movimento indígena do Estado do Maranhão, mas também contando com a sensibilidade do governador Flávio Dino, porque nós já havíamos

²²O termo “base” refere-se às comunidades indígenas que vivem em áreas remotas e de difícil acesso.

agentes representantes ainda permanece centralizado e aqueles que “não fazem política” ainda não compreendem como funciona os processos políticos. Além disso, não é, e nunca foi, prioridade do Estado facilitar este entendimento ou aproximar a população do “fazer política.”

E mesmo sem essa preocupação do Estado, e com a tentativa de explicação das lideranças representantes da COEPI, ainda esse entendimento se mostra dificultoso, pelo distanciamento das normativas em que o Estado funciona e pela distância dos campos semânticos, de significados, que ainda estão fora do alcance da maioria das populações indígenas do Maranhão, exatamente por estas relações estarem submetidas ao discurso hegemônico e comprometidas por suas regras.

A participação indígena se deu a partir de duas representantes, titular e suplente, escolhidas por meio de reuniões realizadas nas bases, por processos decisórios variados, por meio desta forma de participação, em alguns casos, não foi recebida com bons olhos, como no caso de alguns indígenas da etnia Guajajara. Zezico Rodrigues Guajajara informa que pelo fato de o povo Guajajara ser muito extenso, ser muito populoso, sendo predominante no Maranhão em números em relação a outras etnias, houveram alguns conflitos, como, por exemplo, indígenas não se sentirem contemplados pelas representantes.

Isso... assim, que o estado do Maranhão, hoje, são mais de 11 povos indígenas e mais de 34, 35 mil indígenas, não? E não tem como, principalmente povos Guajaras, que é um povo muito grande, predominante aqui do estado, sempre tem esse conflito, não? Porque nem sempre a gente consegue trazer todas as representantes da base e a gente sempre trabalha por regiões, regiões norte, sul, centro-oeste e, às vezes, muitas pessoas não se acham contempladas na representação, não? E aquelas pessoas que acabam criticando, reclamando “não, eu não me sinto representada”, “não, eu não vou, porque se eu vou o parenta tal, a aldeia tal, a região tal vai brigar comigo, então, eu prefiro não ir” (Entrevista data 21/12/2017).

Nota-se, portanto, que o formato de participação da COEPI não agradou totalmente os povos indígenas. Zezico apresenta uma situação conflituosa pelo fato de apenas dois indígenas representarem uma população muito grande, por meio dos dois participantes, mas o titular, preferencialmente, e o suplente, caso o titular não possa comparecer. Então, vemos um indivíduo tendo toda a responsabilidade. Analisando esta situação, os indígenas das bases não se sentem representados por aqueles que estão à frente do processo, criticando, reclamando e outros, para não construir conflitos entre outros parentes da aldeia ou de outras regiões, preferem não se envolver. Assim, afirma Zezico, que isso fragiliza o movimento indígena:

Então, o fato de não ter um melhor esclarecimento e, as vezes atrapalha, porque se eu for fraco, na minha opinião, eu não vou poder vir também, já pensou todo mundo pensar nisso? Acaba fragilizando o movimento indígena (Entrevista data 21/12/2017).

Mesmo ocorrendo estas situações, Zezico afirma que ainda há preocupação de explicar como funciona a COEPI. Porém, mesmo havendo essa preocupação, ainda existem indígenas que continuam pensando da mesma forma, o que é completamente normal no que se refere a legitimidade da representatividade, onde claramente, podem existir pessoas que não concordam com aqueles que foram escolhidos para representá-los.

Então, é isso que eu quero dizer que as pessoas, a gente passa por uma crítica, até mesmo de rejeição de certas pessoas por achar que não representa, não é a pessoa ideal para representar determinado território (Zezico Rodrigues Guajajara. Entrevista data 21/12/2017).

Essas situações relatadas pelo representante demonstram conflitos internos que chegam ao ponto de rejeição, por não considerarem determinada pessoa apta para representar um território ou povo.

4.3 Olhares dos representantes indígenas sobre a participação do Estado

No interior das relações existentes durante as reuniões da COEPI, a participação dos representantes do Estado também se tornou alvo da percepção dos indígenas, ponto que, para eles, é considerado uma falha desse processo. A primeira falha a ser citada se baseia na presença apenas técnica, e não daqueles que têm poder de decisão, nas reuniões. Esse ponto foi considerado uma falha, pois inviabiliza a tomada de decisões e foi sempre algo a ser lembrado pelas lideranças indígenas nas reuniões da COEPI.

A própria participação aqui houve falhas, em algum momento a gente relatou isso aqui, a gente cobrou isso aqui. Às vezes, a participação, somente técnicas, inviabiliza as decisões políticas, não é? Então, acho que precisou em alguns momentos, de ter essas pessoas, mas assim, da gestão para acompanhar, não? (Sonia Bone Guajajara. Entrevista data 20/12/2017)

Sônia traz uma questão bem importante. As representantes do Estado foram escolhidas, mas não houve a presença dos gestores das secretarias responsáveis pelas ações junto aos indígenas. Para ela, seria de muita importância, na tomada de decisões, a presença daqueles que estão na frente das políticas, além de que dialogar com os secretários e secretárias de Estado, diretamente, fariam com que tivessem, pelo visto, mais segurança, inclusive oportunidade para realizar cobranças.

Além da presença somente técnica, a segunda falha sobre a participação das representantes do Governo, envolve casos de ausência desses representantes nas reuniões que envolviam seus eixos temáticos de atuação. Os indígenas chegam com suas demandas nas reuniões da COEPI, procurando solucionar as dúvidas e direcionar as ações, porém não encontram representantes do Estado para ocorrer o diálogo. Dessa forma, essa seria uma reclamação frequente dos povos indígenas, pois não houve uma reunião que estivessem presentes todas as representantes do Estado.

Exatamente, porque não temos a demanda nosso, da aldeia, da base. E já existe aquele problema que a gente quer solucionar, quer achar um caminho, um meio pra gente ter a resposta e, de repente, a gente chega aqui na COEPI e quase todas as reuniões sempre falta alguém aqui pra nos dar a resposta. Por exemplo, na área de saúde, fez falta gente; no segmento da educação falta alguém desse segmento pra explicar, pelo menos assim, pra dar uma luz pra gente, mas as vezes a gente fica aqui discutindo, aí pra não isso é ruim, porque, poxa, a gente vem de longe chega aqui a gente quer saber de alguma coisa e não tem as pessoas certas pra nos dar as respostas pra que a gente possa levar alguma solução pras comunidades ou que sim ou que não, mas que seja uma coisa esclarecida. É isso que a gente questiona sempre aqui, não? Na área de segurança, também, sempre falta umas pessoas aqui, quando a gente pergunta "Cadê? Cadê? Pra dar uma resposta pra gente?" não tem. Então, é uma reclamação que sempre a gente teve aqui na COEPI (Zezico Rodrigues Guajajara. Entrevista data 21/12/2017).

A ausência de representantes do governo acarretou na ausência de discussões mais aprofundadas sobre os eixos temáticos. Essa reivindicação se mostra como importante, já que a proposta da COEPI é proporcionar um espaço que pudessem ocorrer diálogos com as partes e a ausência de uma delas impede um aprofundamento sobre os eixos a serem trabalhados.

Não se encaixando nos casos anteriores, mas interessante de se relatar, pois envolve as representantes do Estado, se trata de um caso ocorrido na sexta e última reunião, onde ocorreu um impasse quando estava ocorrendo a revisão da minuta do plano, no eixo saúde. Representantes da Secretaria de Saúde e DSEI discutiam o motivo de determinado ponto estar presente já que tal reivindicação não é cabível que o Estado realize. Esse ponto gerou discussões sobre responsabilidades e sobre a ausência de possibilidades de execução, porém o eixo saúde foi discutido na terceira reunião da COEPI, com a presença de representantes da Secretaria de Saúde e DSEI.

A terceira falha é apontada por Jonas Polino Sansão, representante da WYTY-CATE, entrevistado no dia 21 de novembro de 2017. Segundo ele, as representações do governo "não possuem boa vontade de colocar o que vem sendo

discutido pra ser resolvido os problemas...”. Ele foca nas representações da área da saúde, que “não demonstram uma boa interesse de abrigar ou atender na área da saúde os povos indígenas.” Segundo Jonas, essa falta de interesse de atender as demandas indígenas na saúde, vinha do direcionamento das funções para outras instituições de governo.

Eles colocam mais pra DSEI do Maranhão, SESAI, Ministério da Saúde, enquanto eles são responsáveis também pelas causas indígenas na área da saúde, entendeu? (Entrevista dia 21/12/2017)

Outro apontamento negativo aparece na fala da representante Rosa Eliana Torres, do Povo Tremembé. Ela relata que quando se iniciou as reuniões da COEPI, foi acordado que na medida que as reuniões fossem acontecendo e as demandas emergenciais fossem surgindo, haveriam ações para que fossem resolvidas, o que para ela, não ocorreu.

E quando a gente começou, a ideia era de que na medida que tava acontecendo esse processo de reuniões as demandas emergentes elas fossem sendo resolvidas, pelo menos foi o que se esperou. Então, a gente lamenta que isso não foi bem assim. Não foi bem assim, houve muitas falhas, tanto que as propostas continuam sem uma resolução, sem uma solução ainda, não? Colocada em prática, então, a gente espera que isso venha mudar porque a gente não quer que essa comissão seja apenas um documento no papel, que seja engavetado (Entrevista data 20/12/2017).

Ela relata que o acordo não foi cumprido e que não deseja que seja mais um projeto que se limite a documentos, sem nenhuma concretização. Além dessa reivindicação, acrescenta que os povos indígenas merecem a execução dessas ações:

A gente quer a praticidade, a gente quer a execução, quer ver o trabalho feito e realizado porque os povos indígenas merecem, necessitam de um trabalho de qualidade porque nós somos o povo que deu origem, que esteve aqui desde cedo. Nós somos os povos originários dessa terra, não? Então, a gente merece respeito, atenção, que nossas demandas sejam atendidas e que a gente esteja buscando essa efetivação dos direitos, que essa garantia dos direitos seja de fato executada. Porque a necessidade é tamanha, é grande, a gente sente que os problemas continuam demasiadamente em relação à saúde, em relação à educação, em relação a todos aqueles campos, aqueles eixos colocados no documento inicial, não? (Entrevista data 20/12/2017)

Rosa Eliana Torres em toda a sua fala exige execução. Para ela, a possibilidade do diálogo é importante, mas que não se limite apenas a isto, pois segundo ela “esse diálogo tem objetivos que é que esses direitos sejam de forma concretizada”. (Rosa Eliana Torres, Povo Tremembé).

Conversar por conversar não adianta pra nós. A gente quer a execução, por isso temos que continuar mantendo o diálogo, mas com a execução dessas atividades, dessas demandas que estão aí sejam necessárias, imediatamente solucionadas (Entrevista data 20/12/2017)

Interessante notar que Rosa Eliana Torres, constrói sua representação da COEPI como incompleta sem concretizações. Dentro do que concebe Bourdieu sobre a temática, estas falas compreendem os critérios que são influenciados por suas representações mentais e objetivas, sempre acompanhadas de interesses, por fim estes critérios são carregados, também, de propriedades subjetivas, próprias do sujeito.

4.4 Perspectivas e ações futuras dos representantes indígenas sobre os resultados da COEPI

Outra avaliação bem específica e interessante vem de Oscar Gamela. Os Gamela, assim como os Tremembé e Krepym, não possuem terras demarcadas ou homologadas. Assim, tem passado por conflitos de terra no município de Viana – MA, onde se encontram ocupados. No ponto de vista de Oscar Gamela, a discussão sobre as políticas públicas seria contemplada se os indígenas possuíssem seus territórios, o que não ocorre com eles.

A gente precisa, hoje... tem uma coisa que eu gosto de falar, que não existe, hoje, todas as política, inclusive como nós “tamo” falando, de políticas públicas, mas pra elas ter complementada, ela precisa de território legal. Que justamente a gente tem dificuldade sobre nossos territórios, que não no município de Viana, porque nosso território foi todo invadido por latifundiário. Então, todos os projeto que a gente tenta, política pública mesmo, como a gente sabe, que não... a gente tem e precisa de uma terra que seja da gente, então por isso que a gente tem esse processo de retomada desde a participação, voltando, sobre a COEPI (Entrevista data 21/12/2017)

Nota-se com este depoimento que há um avanço no que consiste a construção de políticas públicas, mas em contrapartida, a problemática de demarcação de território ainda persiste, o que demonstra um contexto ainda de incertezas. O território para os indígenas possui uma simbologia, um significado diferente do que possui para os “brancos”, estes com a lógica da propriedade privada e aqueles com uma lógica de utilização coletiva. Ter acesso, mesmo não possuindo territórios demarcados ou homologados, às políticas públicas, se mostra em um sentimento de incompletude, já que a não há certeza de utilização de seu território para suas atividades produtivas, reprodução cultural e material, já que a tensão provocada pelos conflitos é constantes.

Sonia Bone Guajajara concebe a finalização de construção do plano de políticas públicas para os povos indígenas como um instrumento de acompanhamento e de cobrança do movimento indígena, pois com a minuta de decreto entregue ao governador no dia 21 de novembro de 2017, ele saberá exatamente o que cobrar do Governo do Estado, pois as demandas foram encaixadas em ações dentro do plano.

Mas o importante é a gente ter esse plano integrado que componha todos esses temas e a partir desse plano a gente ter um instrumento político de cobrar tanto o governo do estado quanto as demais instituições governamentais para que a gente possa ter essa política implementada, de fato, com a cara dos povos indígenas, de fato com a participação dos povos indígenas (Entrevista data 20/12/2017).

Esta fala representa a garantia, mais reforçada, do controle social pelo movimento indígena. Com o plano em mãos, agora com as informações sistematizadas, oferece mais condições de haver o monitoramento, fiscalização e cobrança por parte das próprias sociedades indígenas sobre as ações do Estado. Assim, acrescento a fala de Oscar Gamela quando afirma que a cobrança não cessará e que é sempre possível avançar mais nas ações do Estado:

Não... Foi bom, mas tem coisa que a gente precisa avançar mais, não? Que justamente é nas políticas, e cobrar, cobrar mais cada vez, porque é uma coisa que a gente vai, a gente faz uma coisa, mas a gente quer mais. Isso é como qualquer coisa hoje (Entrevista data 21/12/2017).

A COEPI foi caracterizada como um processo, apenas uma das etapas a se atingir o que se espera. O movimento indígena acredita que se trata da finalização de uma etapa e iniciando outra, que se trata de uma luta antiga e um legado de lideranças que já se foram.

É um momento que não está finalizando, mas apenas começando mais uma outra etapa e essa luta eu quero aqui discursar para a gente refletir, é uma nova forma de a gente estar trazendo as discussões, mas essa luta ela já é bem antiga, é das nossas lideranças que já se foram, que já deixaram um legado (Fabiana Guajajara, representante da COAPIMA.. Gravação da fala da representante data 20/12/2017).

Sonia Bone Guajajara, afirma que espera que o governador Flávio Dino possa não somente assinar o plano, mas que possa cumprir aquilo que foi definido nas reuniões. Sendo assim refere-se a continuidade do trabalho quando diz:

E aí, a ideia aqui não é que isso se finde nem com a reunião da COEPI e nem com o mandato desse governo, mas que a gente possa ter um plano que tenha uma continuidade como plano de estado de políticas públicas voltada para os Povos Indígenas do Maranhão (Entrevista data 20/12/2017).

E por ser um plano que é resultado de um legado, como já foi afirmado, e entende-se como algo contínuo, logicamente foi entendido, também, como um fato que gerará efeitos positivos às gerações futuras. Sobre isso, Zezico Rodrigues Guajajara afirma:

A gente acredita que se torne uma lei, não? Não pra nós que estamos criando, mas para as futuras gerações, para as pessoas que virão ali. É que a gente... que tenha sucesso, que tenha respostas para as comunidades, porque é isso que a gente espera da base (Entrevista data 21/12/2017).

Com o término da construção do plano e entrega ao governador, a proposta dos representantes da COEPI é instalar um Conselho Estadual de Políticas Indigenistas do Estado do Maranhão (CEPIMA)²⁴ para exercer o controle social.



Ilustração 15 – Entrega da minuta do plano da COEPI ao governador Flávio Dino, no dia 21 de novembro de 2017, no Palácio dos Leões. Fonte: Site do Governo do Estado do Maranhão. 21/12/2017

A experiência que se obteve na COEPI, segundo José Arão Mariz, Lopes, representante da Terra Indígena Bacurizinho, foi muito proveitosa. Além disso, Arão afirma que o Maranhão com a implantação da COEPI passa a frente de outros Estados que ainda nem sequer começaram este diálogo. Sendo assim, oferece uma visão para acontecimentos futuros:

Agora, com essa situação, a tendência é que se leve também o modelo que do Estado para os Municípios para que a gente possa também um conselho municipal de políticas para os povos indígenas por região porque também facilitar esse diálogo de contado, também, com os gestores municipais pra gente avançar nessa política como um todo. (José Arão Mariz, Lopes, representante da Terra Indígena Bacurizinho. Entrevista data 22/11/2017).

Com o término desta etapa de construção do plano, os representantes se mostraram muito satisfeitos, apesar da existência de certas falhas durante do processo. Todos se sentem muito esperançosos com o trabalho realizado e com as conquistas que poderão vir posteriormente. Em várias falas dos indígenas pode-se compreender esta satisfação, principalmente por este plano ser submetido a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão para transformá-lo em lei estadual.

²⁴ O CEPIMA é um órgão colegiado de caráter consultivo, formado por representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, da sociedade civil e da comunidade indígena. Sua função é acompanhar a implementação das políticas públicas voltadas para a população indígena e propor medidas para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

Uma lei que vem garantir uma vida melhor para a popula^{ção} ind^{ígena} do estado do Maranh^o. Porque assim que n^{os} contribui para a diferen^{ça}, olhando pros outros povos do Estado. E eu penso que acredito haver^{em} mudan^{ças}, sim, mas desde que seja realmente cumprido, que n^o fique s^{em} no papel. (Louren^o Borges Milhomem – representante da COAPIMA. Entrevista data 20/12/2017).

Al^{ém} disso, os participantes ind^{ígenas} esperam muito dos Arg^{os} de governo, pois eles n^o est^{ão} sempre presentes, mas garantem que a cobran^{ça} n^o cessar^á com esse plano, como afirmou Louren^o Borges Milhomem. Soma-se a isso a fala de Edilson Tomaz da Silva Guajajara que solicita uma vis^{ão} diferente do governo sobre os povos ind^{ígenas}, al^{ém} de indagar qual seria essa vis^{ão}.

Tenha uma vis^{ão} diferente atrav^{és}, sobre a na^{ção} ind^{ígena}. A gente quer qual ^é a vis^{ão} do estado sobre a na^{ção} ind^{ígena}, n^{ão}? Aqui no Maranh^o. Espero que seja o governo reveja isso a^{gora}, tenha uma vis^{ão} voltado pra na^{ção} ind^{ígena} como a educa^{ção} e a sa^{úde}, n^{ão}? (Grava^{ção} da fala do representante data 20/12/2017)

Zeziço espera que em um momento como esse, de v^{ários} encontros discutindo sobre pol^{íticas} p^{úblicas} e os Arg^{os} estando mais perto de todas as etnias do Estado, que eles possam modificar o olhar sobre essas comunidades t^{ão} diferentes do que est^{ão} acostumadas a lidar cotidianamente. Al^{ém} desse olhar mais sens^{ível}, o lembrete vai tamb^{ém} para suas a^{ções} de governo que afetam os v^{ários} povos ind^{ígenas}, positivamente ou negativamente.

As falas relatadas pelos representantes ind^{ígenas}, lideran^{ças} de suas terras, povos e organiza^{ções} representativas, resultantes de sua participa^{ção} das reuni^{ões} da COEPI, n^o impactam somente quando s^{ão} ditas durante os encontros realizados. Tais falas possuem uma amplitude que influenciam as bases e as articula^{ções} dos movimentos ind^{ígenas}. Assim, para que exista uma a^{ção} coletiva, ^é necess^{ária} muito mais que um grupo de pessoas interessadas em algum objetivo, mas que tenham lideran^{ças} que possam gerar din^{âmicas} e afetar diretamente os caminhos percorridos pelos movimentos sociais (LERBACH, 2012).

Dessa forma, Lerbach (2012), se utiliza de Morris e Staggenborg (2004) quando analisa a defini^{ção} de lideran^{ças} e como elas podem exercer influ^{ência} no funcionamento dos movimentos, exercendo fun^{ções} pol^{íticas} destacadas. Sendo assim, segundo os autores, líderes de movimentos são como “decisores estratégicos que inspiram e organizam os demais para participarem nos movimentos sociais” (MORRIS; STAGGENBORG, 2004, p. 171 apud LERBACH, 2012, p. 140).

Sendo assim, para esses dois autores, tais l^{íderes} possuem atribuí^{das} cr^{íticas} como inspirar comprometimento, mobilizam recursos, criam e reconhecem

oportunidades, traçam estratégias, etc. (MORRIS; STAGGENBORG, 2004 apud LERBACH, 2012). Além de atuar dentro do movimento, o líder ainda atua externamente como articulador, ligando o movimento à sociedade, podendo influenciar na construção, na criação e no desenho, sendo moldado por suas visões e decisões. (GUSFIELD, 1966 apud LERBACH, 2012). Com relação a tal discussão, Sonia Guajajara relata um fato ocorrido (Entrevista data 20/11/2017) afirma:

Porque a gente já vinha... já tinha discutido isso no passado sobre ter essa referência da participação indígena no âmbito do governo estadual, não? E isto já tinha ficado pra trás, e agora no governo, nesse governo, a gente retomou essa discussão de ter um plano de políticas públicas para os povos indígenas. Então, como movimento indígena organizado, a APIB, a COAIB, a COAPIMA, a WYTY-CATE, a gente voltou a discutir sobre isso, que a gente sentia muito essa lacuna, não? Nessa relação com os povos indígenas e estado. Então, a gente retomou essa discussão pra poder formar essa comissão, que foi acatada pelo governo e a gente defendeu a participação das representantes por povos e também representantes por terra.

Esta fala evidencia um fato antes mesmo de se cogitar a criação da COEPI, mas as decisões das lideranças foram causadoras do surgimento da mesma. O movimento indígena, a APIB, a COAIB, a COAPIMA e a WYTY-CATE, à frente das suas reivindicações, se organizaram para sanar uma lacuna que existia com o Estado, no que se refere a possibilidade de diálogo. Ao defender um mecanismo que fosse capaz de ser usado para resolver essa problemática, acabaram por atingir toda a população indígena do Estado com uma proposta que envolvesse indiretamente todos os povos, TIs e organizações representativas, a partir de seus respectivos representantes. Tais decisões e articulações, causadas pelas suas visões e interpretações do cenário em que se encontravam, demonstram como podem influenciar o encaminhamento das pautas e direcionamento das ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período de um ano eu pude acompanhar como estagiário do Estado, pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, lotado na Assessoria Especial de Assuntos Indígenas, a construção de um plano estadual de políticas públicas caracterizado por ideias que levassem em consideração as especificidades dos povos indígenas do Maranhão, bem como a obrigatoriedade de sua participação.

Dessa forma, acompanhando o exercício do controle social por parte dos representantes indígenas, pude perceber ainda insistentes contradições, apesar das novidades existentes no que se refere aos diálogos entre Estado e povos indígenas. Pude notar que mesmo havendo esta abertura ou aproximação, mesmo a COEPI tendo sido originada por “ideias dos indígenas”, o Estado ainda manteve, como sempre vem mantendo, o controle de todo o processo, caracterizado por suas práticas políticas de representação de caráter ocidental e de uma linguagem distanciada e incompreensível pela maioria das populações indígenas do Estado.

Isso demonstra que há ainda relações hierárquicas e desiguais, onde se mantêm formas de dominação e sujeição e por fazerem parte de culturas diferentes, as partes que se relacionam apresentam dificuldades, por muitas vezes de compreensão, seja pela inexistência de conhecimento de como funciona o Estado ou como trabalhar com um olhar mais sensível sem impor a sua forma de entender o mundo nas ações que o Estado deve exercer.

Além disso, os diálogos sofrem influência dos discursos hegemônicos, onde o lado dominado é sobreposto pela ordem dominante institucionalizada e mesmo havendo a presença de mediações para o entendimento mútuo entre as partes, ainda sim, ser comprometido pela linguagem dominante. Portanto, essa problemática pode ser superada, como afirma Cardoso de Oliveira (2000), com o domínio das regras pelo lado dominado, resultantes da interação no interior da comunidade intercultural.

Assim, é notório que as representações indígenas se mostrem cada vez mais aptas a lidar com o Estado, assim como demonstraram, também, as análises Pacheco de Oliveira (1998) ao tratarem do processo de territorialização das comunidades indígenas do Nordeste ao se transformarem em uma coletividade organizada formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais frente às ações do

Estado. As representantes indígenas, em meio ao controle do Estado pela COEPI, se mostram organizadas entre si, e se apresentam como conhecedoras das normas e leis voltadas as eles, o que vem evidenciando uma superação desta dominação, mesmo que não completamente, o que pode favorecer o caminhar das lutas dos movimentos sociais indígenas, pois elas acabam por se tornar referências, ou seja, lideranças, que podem, a partir do seu conhecimento, adquirido pelo exercício do controle social, trazer mudanças aos seus parentes.

Estas representantes participantes da COEPI, se mostram como lideranças que tem poder de mobilização e articulação do movimento indígena por suas participações, bem como suas falas expostas nas reuniões impactarem não somente durante os encontros, mas também nas bases, por estarem presentes em ambos os contextos. Estes posicionamentos são falas norteadoras das ações que influenciam encaminhamentos e estratégias que, por sua vez, atingem toda a população indígena do Estado do Maranhão.

As variadas percepções das representantes indígenas demonstram seu posicionamento em relação a COEPI. Dado os relatos expostos, percebe-se que, no geral, para os indígenas, a comissão teve resultados positivos, pois trouxe a oportunidade do diálogo e da participação da construção de suas políticas públicas específicas. Esse fato é algo novo, o que é considerado histórico no movimento indígena e também nas ações de Estado.

Apesar das falhas presentes, de ausência das representantes do Estado nas discussões e na tomada de decisão, por exemplo, não prejudicou, no que propôs a COEPI, pois as reuniões seguiram e o plano foi finalizado, com um sentimento de satisfação.

Por ser algo que vai impactar as atuais e futuras gerações, o seu acompanhamento se fará de maneira constante para que o que foi construído seja realmente concretizado. O controle social por parte do movimento indígena não se finda na entrega do plano ao governador, o que significa que o confronto movimento e Estado permanecerá, por acaso, esta última parte não cumprir as determinações previstas em lei.

A pesquisa realizada vem demonstrar que ainda há impasses existentes nos contatos interétnicos e que isso veio a influenciar a construção do plano evidenciado neste trabalho. Todas as problemáticas tratadas aqui demonstram que as práticas do Estado trazem uma concepção de interculturalidade funcional, o que comprova a

permanência de dispositivos de poder que permitem a permanência e o fortalecimento das estruturas sociais estabelecidas e sua matriz colonial.

Assim, entendo que o lado indigenista não deve se limitar apenas na garantia da participação, mas deve assumir um comprometimento de um diálogo interétnico e intercultural, onde há o real entendimento de que se deve agir politicamente diferente, com um olhar diferenciado, para garantir, de forma efetiva, a cidadania e o acesso aos direitos humanos específicos para a vivência, produção e reprodução da vida dessas comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Marcos César. Controle Social: notas em torno de uma noção política. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 18, n. 1, 2004, p. 168-176. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22239.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2017
- Análise de uma situação social na Zuluândia moderna. GLUCKMAN, Max. *A antropologia das sociedades contemporâneas / organização e introdução* Bela Feldman-Bianco. – São Paulo: Global, 1987
- APEL, K-O. *La transformación de la filosofía*, t. II. Madri, Tauros. 1985
- ARRUDA, Rinaldo. Representação e participação indígena nos processos de gestão do “campo indigenista”: que democracia? In *Encontro de Antropólogos do Norte e Nordeste – ABANNE*, 8, 2003, São Luís. Anais... São Luís, 2003.
- Ata da primeira reunião da Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão.
- Ata da segunda reunião da Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão.
- Ata da terceira reunião da Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão.
- Ata da quarta reunião da Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão.
- Ata da quinta reunião da Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão.
- BOURDIEU, Pierre. *Razes e práticas: sobre a teoria da ação*/ Pierre Bourdieu; Tradução: Maria Corrêa – Campinas, SP: Papirus, 1996.
- _____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos: uma representação sociológica da situação dos Tukúna*. 2ª ed. Livraria Pioneira Editora: São Paulo, 1964.
- _____. *A ação indigenista, etnicidade e o diálogo interétnico*. ESTUDOS AVANÇADOS 14 (40), 2000a.
- _____. *O mal-estar da política na Antropologia prática. Antropologia e ética: O debate atual no Brasil* / Ceres Victora, Ruben George Oliven, Maria Eunice Maciel e Ari Pedro Oro (organizadores). – Niterói: EdUFF, 2004.
- _____. *O trabalho do antropólogo*. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000b.
- ANGHER, Anne Joyce (Coord.). *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2004 (Coleção das leis Rideel. Série compacta). p. 33.
- Convenção 169 da OIT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 08 set. 2017.

CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. Tradução: Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MARANHÃO. SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR. Decreto nº 32.632, de 10 de fevereiro de 2017. Altera o Decreto nº 31.794, de 23 de maio de 2016, que institui a Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão - MA. Disponível em: <<http://www.sema.ma.gov.br/arquivos/1488975950.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. – (Leituras filosóficas)

FURTADO, Marivania Leonor Souza. A escola no mundo dos índios. 1995. fls. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA, 1995.

GONÇALVES, Jadson Fernando Garcia. Foucault, a descontinuidade histórica e a crítica da origem. Revista Aulas. Campinas, Dossiê Foucault, v. 3, n. 3, dez. 2006 / mar. 2007. Disponível em <http://www.unicamp.br/~aulas/revista_aulas/foucault/dossieFoucault.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

LERBACH, Brena Costa. Liderança e movimentos sociais: apontamentos sobre a importância da ação do líder. Revista Simbiótica, Vitória, v. 13n., n. 01, jun. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4515/3519>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MATOS, Tereza Cristina Coelho; FERREIRA, Maria D'Elva Macedo. Participação e controle social no Brasil recente: influência do pensamento gramsciano. EM PAUTA, Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2015 – n. 35, v. 13, p. 65-79. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/18622/13592>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

CABRAL NETO, Antônio. Democracia: velhas e novas controvérsias. Estudos de Psicologia, 1997, 2 (2), 287-312.

PEREIRA, Antônio Kevan Brandão. A concepção Democrática de Bobbio: uma Defesa das Regras do Jogo. REPOL, Campina Grande, vol. 1, nº 1, 2012. Disponível em <<http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/REP/article/view/9/11>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais. Tempo. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996. Disponível em <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

Relatório Preliminar da Reunião de instalação da Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Oficina do CES nº 135. Coimbra, 1999.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria. Educação Intercultural na América

Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 12-43.

ANEXO 1 – CARTA DO MOVIMENTO INDÍGENA AO GOVERNADOR DO MARANHÃO

Carta do Movimento Indígena ao Governador do Maranhão

recebido em 24/02/2016



São Luís, 24 de Fevereiro de 2016.

Ilustríssimo Sr. Governador do estado do Maranhão, Sr. Flávio Dino, nós Povos Indígenas, KanelaMemortumré, KanelaApanyekrá, Gavião, Krepunkateyê, Krikati, Guajajara (Tenetehara), Ticuna, Ka'apor e os Awa Guajá vivemos em 16 Terras Indígenas totalizando 2.293.915,452 ha dos biomas Amazônia e Cerrado.

São as terras Porquinhos, Kanela, Governador, Geralda Toco Preto, Krikati, Arariboia, Rodeador, Caru, Rio Pindaré, Urucu Juruá, Morro Branco, Lagoa Comprida, Bacurizinho, Canabrava Guajajara, Alto Turiaçu e Awá, correspondendo a mais 8% do território maranhense.

Distribuem-se em 22 municípios maranhenses: São João do Caru, Governador Newton Bello, Centro Novo do Maranhão, Zé Doca, Centro do Guilherme, Araguaianã, Maranhãozinho, Santa Luzia do Paruá, Buriticupu, Arame, Amarante do Maranhão, Bom Jesus das Selvas, Grajaú, Santa Luzia do Tide, Bom Jardim, Barra do Corda, Jenipapo dos Vieiras, Fernando Falcão, Montes Altos, Lajeado Novo, Sítio Novo e Itaipava do Grajaú.

Também somam-se aos Povos Indígenas do Maranhão, o Povo Krenyê que vive em Barra do Corda e aguarda a aquisição de uma Reserva Indígena pela FUNAI, o Povo Tremembé que vive no município de Raposa, e o Povo Gamela nos municípios de Matinha, Penalva e Viana.

Destacamos que parte do Povo Awá Guajá é de recente contato e parte vive em isolamento voluntário. Carecendo assim, de um cuidado, atenção e tratamento especial.

Infelizmente em maior ou menor intensidade todas as Terras Indígenas passam por um processo violento de invasões territoriais. O mais gritante é a exploração ilegal de madeira que além devastar os recursos naturais que são imprescindíveis a nós, já ocasionou vários homicídios de lideranças indígenas, além das constantes ameaças daqueles que lutam contra essa prática.

Nós somos 31.698 habitantes indígenas declarados no censo do IBGE 2010. Representando 0,5% da população total do estado e 4,3% da população indígena do Brasil. Deste total, apenas 17.709 são alfabetizados.

*Maria Helena Cavaleiro Cavaleiro
Diretora Geral do A. J. C. (2016/16)*

Arlete Bandeira uss wty este

Em 23 de fevereiro de 2016, nós lideranças dos Povos Indígenas do Maranhão e suas organizações institucionais em âmbito local, estadual, regional e nacional, Coordenação das Articulações e Organizações dos Povos Indígenas do Maranhão - COAPIMA, Associação Wyty Cate dos Povos Indígenas do Maranhão e Tocantins - WYTY CATE, Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão - AMIMA, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB, e parceiros como a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e o Centro de Trabalho Indigenista - CTI, estivemos reunidos com parte de Vosso Secretariado, a exemplo da Secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular, Secretaria de Saúde, Secretária de Meio Ambiente, Secretaria de Educação, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Cultura, Secretaria de Infraestrutura e Secretaria da Fazenda, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Agricultura Familiar e Secretaria de Igualdade Racial.

Exercitamos neste dia uma aproximação nossa com o Governo do estado do Maranhão. Discutimos exaustivamente, e por meio de um esforço comum relacionamos em linhas gerais, ações necessárias no sentido da Promoção e Proteção dos Direitos Sociais dos Povos Indígenas e da Gestão Ambiental e Territorial das suas Terras, as quais esperamos poder contar com a participação efetiva de seu Governo.

Entre os principais encaminhamentos deste diálogo inicial foi a pactuação da necessidade de construção e implementação de um Plano Estadual Estratégico de Políticas Públicas voltadas para os Povos Indígenas, considerando as suas especificidades e diversidade.

Para tanto, se faz necessário que seja instalada com as condições necessárias de atuação, por meio de decreto estadual, uma comissão que ficará responsável pelo cumprimento inicial desta missão, a de elaborar de forma participativa o referido plano estadual. Sugerimos que tal comissão seja composta por titulares e suplentes da COAPIMA, da WYTY CATE, da AMIMA, da COIAB, da APIB, da FUNAI e da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, como também por representantes de todas as Terras Indígenas, e garantida a participação dos Krenyê, dos Gamela e dos Tremembé. A comissão deverá ser presidida por uma das lideranças indígenas e poderá convidar órgãos, entidades parceiras e assessores.

A comissão terá como subsídios iniciais, as propostas discutidas e elaboradas pelos indígenas nas conferências locais e regional do MA que aconteceram durante o processo de construção da Conferência Nacional de Política Indigenista realizada no ano passado.

Marquinhos
 Diretor Geral do COAPIMA

André Bandeira dos Santos - este

como também o resultado da reunião do dia de ontem entre o governo do Maranhão e o Movimento Indígena, entre outros documentos relevantes. O Plano será avaliado, adequado e validado por meio de um Fórum permanente de avaliação e monitoramento que deverá ser constituído.

Como elementos importantes para compor o Plano, destacamos algumas oportunidades, ameaças e desafios.

Os nossos modos de vida estão plenamente relacionados à conservação e a preservação ambiental. Os Povos Indígenas detêm somada às Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral a maior biodiversidade de Floresta Amazônica e de Cerrado do estado do Maranhão. Importantes nascentes dos principais rios das bacias hidrográficas do Maranhão nascem e estão protegidas dentro das Terras Indígenas. Possuímos uma variedade expressiva de solos férteis para a produção agrícola. Como também, recursos florestais que podem gerar alimentos, produção de artesanatos, produção de mudas nativas, e várias outras possibilidades capazes de proporcionar geração de renda familiar. Temos educadores indígenas que podem contribuir bastante neste processo, além de uma diversidade cultural singular que evidencia a fortaleza dos nossos Povos, e ainda a atuação veemente dos Guardiões dos Territórios Indígenas.

Como ameaças, destacam-se as invasões territoriais, a estagnação dos processos de identificação, demarcação, desintrusão e revisão dos limites das Terras Indígenas, os empreendimentos sem o devido licenciamento ambiental que cortam ou margeiam as nossas Terras, a insegurança alimentar e nutricional, e o racismo.

O Plano estadual deve considerar também que a gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas sendo acordadas entre as lideranças, deve ser viabilizada pelo poder público, a segurança alimentar e nutricional deve ser fomentada a partir da produção dos próprios indígenas e com as suas próprias sementes, a assistência técnica e extensão rural deve ser promovida com a participação indígena, a proteção dos Awá Guajá em isolamento voluntário é uma missão de todos nós, a proteção territorial deve ser efetiva e permanente, sobretudo, contando com a participação dos indígenas, a juventude deve ser apoiada, cuidados especiais devem ser voltados para crianças e idosos, a implementação da educação deve ser de fato diferenciada, valorizando os educadores indígenas e os processos educativos comunitários, a promoção da saúde deve ser efetiva, inclusive preventiva e tradicional, a diversidade cultural dos nossos Povos precisa ser fortalecida, a apuração e a punição dos responsáveis por todos os crimes e ameaças contra os Povos Indígenas e seus direitos adquiridos deve ser priorizada pelos órgãos de segurança pública.

Maranhão Indígena
Sistema de Terras Indígenas - COAFIMA

Arlete Bandeira ass. Myty eoti

a cidadania e o acesso às políticas públicas existentes é um direito de todos, para tanto precisam ser conhecidas, e as condições necessárias de cidadania afirmadas, a exemplo do acesso a documentação básica. O poder público precisa se articular e reconhecer que o suporte necessário para o desenvolvimento das Terras Indígenas é de responsabilidade das diferentes esferas de governo.

Todo e qualquer tipo de preconceito, racismo e intolerância contra os Povos Indígenas devem ser combatidos e as nossas organizações sociais precisam ser respeitadas e fortalecidas.

Por fim Sr. Governador, afirmamos aqui o nosso compromisso de participação e cooperação em todo esse processo e esperamos que de fato a relação com o governo do estado seja franca e direta, que o diálogo e o respeito seja a base de nossa estratégia.

Queremos aqui também expressar os nossos votos de acolhimento à sua gestão e desejar que a mesma seja de excelência e que nunca perca o foco da promoção e afirmação da justiça social.

Atenciosamente,

Aneta Bandeira Assis - Cato

(Handwritten mark)

- * *quej Agas moue Lopez (GUATAJARA)*
- Silvia Salazar de Sta. Ana - Com. P. Ind.*
- Paulo Gomes Cerequeira*
- Jefferson Pontes de - SSP/MTI*
- Cláudio Ribeiro P. Araújo - Cel. BN - Com. Gen. / CEMATI*
- Elaine Maria Rufino - SEDUC*
- Ceusamar de Fiufo - SE DIHPOP*
- Sabrina Rodrigues Santos D. Guajajara*
- Mauranayla Cabral Semetio Guajajara*
- Maria Helena Gullato Garcia*
- Francisco Moura - C. Especial da Defesa Indígena*
- Carolina Neto - SEDES*
- Francisco de Araújo Timbira*
- Luana Rita Timbira*
- Francisco Moura Timbira*
- Helene Pythay Nikiti*

- x P. ...
- x José Maurício Guajajara
- x Severino Banderacima Balicã
- x José Henrique Guajajara
- x Ubirajara Guajajara
- x Rosa Eliana Torres (Tremembé Raposa)
- x Raimundo ^{Amélia Sodre Silva (Tremembé)} ~~Amélia Sodre Silva (Tremembé)~~
- x Raimundo ^{Amélia Sodre Silva (Tremembé)} ~~Amélia Sodre Silva (Tremembé)~~
- x Edilson ^{Tomaz da Silva Guajajara (Guajajara)} ~~Tomaz da Silva Guajajara (Guajajara)~~
- x Bendo ^{Sodre Guajajara} ~~Sodre Guajajara~~
- x Francisco Arantes Krahy
- x Zimino de Lima e Silva
- Lúcia M. Santana de Silva Guajajara
- Jorge Wilson da Silva
- Antônio Urbano Guajajara

Quintino Kaapor

- x Frederico Pereira Cavalcari
- x Artur Gomes Rodrigues neto Guajajara
- x José Carlos Gomes Ceces e que
- x Raimundo nomeado da Silva Krahy - Timbira
- x Francisco Arante Timbira

Domíngos de Sá

Regino Coliel Viana Guajajara e
 M. M. de Sá

- x Maria Bente Raposa Guajajara
- x João Damasceno C. Figueiredo Jr. (CPHANAMA)
- x João Voliano Cruzado - Ass Wyti - Cartê
- x Haroldo Soares Aquino Amajajara
- x Edilson Guajajara
- x ... Guajajara

Marcos Vinícius Floriano Gouveia

José Antônio de Araújo Lima

ERISVAN BELO DE SOUSA

Marcelo Augusto

Edilene Erciane Farias

Walter H. S. dos Santos KATHARINA - CTI

Paulo Roberto de Faria - FENAS (CR. 14)

Márcia Gomes

Stênio de A. F. Costa

Quilotey Olus Dutra - SEADUC

JH

Tomás Francisco

Leandro Eduardo Guimarães Albuquerque Leão

Yoshi Inoue Silva Alencar Adilson Lago - ENF

ANEXO 2 – DECRETO Nº 31.794, DE 23 DE MAIO DE 2016 (DECRETO QUE INSTITUIA COEPI)

2 QUARTA-FEIRA, 25 - MAIO - 2016

D. O. PODER EXECUTIVO

II - o 2º Ofício Extrajudicial terá as funções de Registro Civil das Pessoas Naturais, Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos, Tabelionato e Registro dos Contratos Marítimos e Tabelionato de Notas." (NR)

Art. 3º As alterações do art. 191 determinadas por esta Lei Complementar, só se aplicarão às serventias vagas, e nas serventias com titulares, quando de sua vacância.

Art. 4º Ficam criadas duas zonas do Registro de Imóveis do Município de São Luís, denominadas de 3ª e 4ª Zonas, as quais somente poderão ser instaladas e preenchidas mediante concurso público de provas e títulos, nos termos do art. 236, § 3º da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando o parágrafo único do art. 191 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, e demais disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei Complementar pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 20 DE MAIO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128ª DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário de Estado da Casa Civil

DECRETO Nº 31.734, DE 12 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre autorização para a realização de certame licitatório.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4º da Lei Estadual nº 10.297, de 19 de agosto de 2015, e,

CONSIDERANDO a urgente necessidade de tramitação dos processos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social - SEDES no tocante às ações governamentais nos municípios com menor IDH no Estado do Maranhão,

DECRETA:

Art. 1º Fica atribuída à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social - SEDES a competência para realizar, por meio da sua Comissão Setorial de Licitação, processo licitatório visando a contratação de empresa especializada na perfuração, instalação de poço e construção de sistemas simplificados de abastecimento de água, na forma discriminada no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 12 DE MAIO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128ª DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário Chefe da Casa Civil

Republicado por Incorreção.

ANEXO ÚNICO

DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO	MUNICÍPIOS
Contratação de empresa especializada na perfuração, instalação de poço e construção de 27 (vinte e sete) sistemas simplificados de abastecimento de água - SSAA.	Amapá do Maranhão; Governador Newton Bello; Pedro do Rosário; Santa Filomena; São Francisco do Maranhão; Santo Amaro; São João do Caru; São João do Sóter; São Roberto.
Contratação de empresa especializada na perfuração, instalação de poço e construção de 15 (quinze) sistemas simplificados de abastecimento de água - SSAA.	Aldeias Altas; Primeira Cruz; Centro Novo do Maranhão; São Raimundo do Doca Bezerra; Afonso Cunha.

DECRETO Nº 31.735, DE 12 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre autorização para a realização de certame licitatório.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4º da Lei Estadual nº 10.297, de 19 de agosto de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica atribuída à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca - SAGRIMA competência para realizar, por meio da sua Comissão Setorial de Licitação, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de capacitação e assistência técnica, com objetivo de atender 1.550 (mil quinhentas e cinquenta) propriedades rurais das cadeias produtivas (arroz, horticultura, carne e couro, leite e aquicultura) definidas pelo SEPAB (Sistema Estadual de Produção e Abastecimento), fomentando o agronegócio no Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 12 DE MAIO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128ª DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário Chefe da Casa Civil

Republicado por Incorreção.

DECRETO Nº 31.794, DE 23 DE MAIO DE 2016.

Institui a Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Maranhão - COEPI/MA, vinculada administrativamente à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular - SEDIHPOP.

Art. 2º A COEPI/MA tem por objetivos:

I - funcionar como canal de diálogo entre os órgãos do Poder Executivo Estadual e as entidades representativas e lideranças dos povos indígenas do Maranhão;

II - construir, de forma democrática e participativa, o plano estadual de políticas públicas para os povos indígenas, que norteará o Governo do Estado nas políticas de promoção de direitos fundamentais no âmbito do Estado do Maranhão;

III - solicitar informações de órgãos públicos e organizações da sociedade civil necessárias para a consecução do objetivo descrito no inciso anterior.

Art. 3º Na construção do plano estadual de políticas públicas para os povos indígenas, a COEPI/MA deverá observar as seguintes diretrizes:

I - garantia da segurança alimentar e nutricional através dos insumos produzidos pelos próprios povos indígenas;

II - assistência técnica e extensão rural desenvolvidas com a participação dos povos indígenas;

III - necessidade de articulação com órgãos federais para a garantia da proteção territorial;

IV - projetos de educação e saúde realizados com o envolvimento de educadores e agentes indígenas, com foco para o atendimento das crianças, jovens, mulheres e idosos das diversas aldeias, em ação conjunta com os órgãos federais competentes;

V - respeito à diversidade cultural, bem como incentivo estatal para sua promoção, dentro e fora dos territórios indígenas;

VI - busca da garantia de prioridade nas investigações dos crimes cometidos contra indígenas em virtude da sua condição étnica;

VII - ampliação dos serviços de documentação básica;

VIII - promoção da proteção territorial com a participação efetiva dos indígenas;

IX - valorização da juventude e das mulheres no desenvolvimento das terras indígenas.

§ 1º O plano levará em conta, ainda, as propostas voltadas ao Executivo Estadual oriundas das conferências locais e regionais dos povos indígenas, bem como de outros documentos legais e institucionais que contenham a sua participação.

§ 2º Para sua validação final e posterior encaminhamento ao Governo do Estado, o plano, assim que construído pela COEPI/MA, deverá ser submetido à consulta pública junto aos povos indígenas do Estado do Maranhão.

Art. 4º A COEPI/MA será constituída pelos seguintes representantes:

I - do Poder Público:

a) Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular;

b) Secretaria de Estado da Educação;

c) Secretaria de Estado da Segurança Pública;

d) Secretaria de Estado da Agricultura Familiar;

e) Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária;

f) Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais;

g) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social;

h) Secretaria de Estado da Cultura e Turismo;

i) Secretaria de Estado do Esporte e Lazer;

j) Corpo de Bombeiros do Estado do Maranhão;

k) Assessoria Especial do Governador.

II - das entidades e lideranças indígenas:

a) COAPIMA;

b) WYTY CATE;

c) AMIMA;

d) COIAB;

e) APIB;

f) 01 (um) representante de cada povo e/ou terra indígena, incluídos os Krenyê, Gamela e Tremembé.

§ 1º Cada representante deverá indicar 01 (um) titular e o seu respectivo suplente, de forma expressa, endereçada à SEDIHPOP.

§ 2º Após as indicações, a SEDIHPOP, por meio de Portaria, publicará no Diário Oficial do Estado do Maranhão a relação completa de todos os integrantes da COEPI/MA.

§ 3º Serão convidados a integrar a COEPI/MA, ainda, 01 (um) representante da FUNAI - Coordenação Regional e 01 (um) representante da Frente de Proteção Etno-ambiental Awá-Guajá.

§ 4º A coordenação da COEPI/MA poderá convidar pessoas e/ou instituições para colaborar com os trabalhos da Comissão.

Art. 5º A COEPI/MA será coordenada por 01 (um) representante da SEDIHPOP e 01 (uma) das lideranças e/ou organizações elencadas no inciso II do art. 4º.

§ 1º As entidades/organizações e lideranças deverão escolher, conjuntamente, entre seus pares, a sua representação junto à coordenação da COEPI/MA.

§ 2º A Secretaria-Executiva será exercida pelo representante da Assessoria Especial do Governador.

Art. 6º A COEPI/MA terá caráter transitório, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da publicação deste Decreto.



Art. 7º A participação na COEPI/MA não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 8º A SEDIHPOP dará o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao funcionamento da COEPI/MA.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 23 DE MAIO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

DECRETO Nº 31.795, DE 23 DE MAIO DE 2016.

Regulamenta a exoneração a pedido dos servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 64 da Constituição Estadual e, conforme o disposto no art. 41 e inciso II do art. 42 da Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994,

DECRETA:

Art. 1º O requerimento de exoneração a pedido, sem prejuízo dos requisitos já previstos em lei, deverá ser protocolizado no órgão de origem do servidor, acompanhado dos seguintes documentos:

- I - requerimento formal do servidor público;
- II - cópia do documento de identificação oficial válido do servidor;
- III - cópia da certidão de casamento e/ou divórcio, caso o nome tenha sofrido alteração;
- IV - comprovante de endereço atualizado;
- V - cópia do termo de posse ou ato de nomeação;
- VI - cópia do último contracheque;
- VII - certidão de devolução de armas, coletes, algemas, telefones celulares e demais objetos que mantêm em sua posse em virtude do cargo.

Parágrafo único. O pedido de exoneração poderá ser formalizado por procurador regularmente constituído, através de instrumento particular ou por instrumento público, devendo ser juntado, além da documentação descrita neste artigo, cópia do documento de identificação oficial válido do respectivo procurador.

Art. 2º Após a protocolização, o requerimento será encaminhado ao setor de recursos humanos do órgão, para que sejam providenciados os documentos a seguir indicados:

- I - certidão de tempo de serviço;
- II - resumo de vida funcional;
- III - declaração informando que o servidor não responde a nenhum processo administrativo disciplinar ou sindicância;

IV - certidão negativa de débitos com o erário.

Art. 3º O setor de recursos humanos, após a instrução processual, encaminhará os autos para a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência - SEGEP, para fins de análise e deliberação.

Parágrafo único. Fica delegada ao Secretário de Estado da Gestão e Previdência a edição dos atos de exoneração a pedido de servidores efetivos, civis e militares.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 23 DE MAIO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

DECRETO Nº 31.796, DE 23 DE MAIO DE 2016.

Altera nomenclatura de cargos em comissão da estrutura da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo - SECTUR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as nomenclaturas dos cargos em comissão integrantes da estrutura da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo - SECTUR, conforme disposto no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 23 DE MAIO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ANEXO ÚNICO
ALTERAÇÃO DE NOMENCLATURA**

Quantidade	Nome Antigo	Simbologia	Nova Nomenclatura	Simbologia
01	Assessor Especial de Apoio Institucional	ISOLADO	Secretário-Adjunto de Administração	ISOLADO
01	Assessor Especial de Apoio Institucional	ISOLADO	Secretário-Adjunto de Engenharia e Manutenção	ISOLADO

ANEXO 3 – REGIMENTO INTERNO DA COEPI

44 TERÇA-FEIRA, 21 - MARÇO - 2017



D. O. PODER EXECUTIVO

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SÃO LUÍS/MA, 16 DE MARÇO DE 2017.

LARISSA ABDALLA BRITTO
DIRETORA GERAL DO DETRAN/MA

PORTARIANº 265 - GDG DE 16 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO- DETRAN/MA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

1. PRORROGAR por mais 30 (trinta) dias, nos termos do Artigo 237, Parágrafo Único, da Lei nº 6.107/94, a ser considerado a partir do dia 19 de março de 2017, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão do Processo de Sindicância nº 33039/2017/ DETRAN/MA (anexos Processos nºs 278256/2016 e 255370/2015), instituída pela Portaria nº 153-GDG, de 13 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão, Edição nº 034, de 16 de fevereiro de 2017, sem prejuízo dos atos administrativos porventura praticados entre o início do prazo de prorrogação e a publicação desta Portaria.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SÃO LUÍS/MA, 16 DE MARÇO DE 2017.

LARISSA ABDALLA BRITTO
DIRETORA GERAL DO DETRAN/MA

PORTARIANº 015-CPSPAD DE 16 DE MARÇO DE 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1. DESIGNAR a servidora **Maria do Socorro Galvão Rodrigues**, Auxiliar Administrativo, Matrícula nº 7674, para secretária Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 54129/2017, designada através da Portaria nº 197-GDG, de 02 de março de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 049, em 14 de março de 2017, nos termos do Art. 240, § 2º, da Lei nº 6.107, de 27/07/1994.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

SÃO LUÍS/MA, 16 DE MARÇO DE 2017.

José de Ribamar Athayde Lima e Silva
Presidente da CPSPAD DETRAN/MA

PORTARIA Nº 016-CPSPAD DE 16 DE MARÇO DE 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1. DESIGNAR a servidora **Maria do Socorro Galvão Rodrigues**, Auxiliar Administrativo, Matrícula nº 7674, para secretária Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 54122/2017, designada através da Portaria nº 196-GDG, de 23 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 049, em 14 de março de 2017, nos termos do Art. 240, § 2º, da Lei nº 6.107, de 27/07/1994.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

SÃO LUÍS/MA, 16 DE MARÇO DE 2017.

José de Ribamar Athayde Lima e Silva
Presidente da CPSPAD DETRAN/MA

SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

PORTARIA Nº 63-GAB/SEDIHPOP- SÃO LUÍS, 08 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o Decreto nº 32.632 de 10 de fevereiro de 2017 que altera o Decreto Estadual nº 31.794/2016 que dispõe sobre Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar o Regimento Interno que dispõe sobre o funcionamento da Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas no Estado do Maranhão (COEPI/MA), na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR. EM SÃO LUÍS, 08 DE MARÇO DE 2017.

FRANCISCO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO
Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular - SEDIHPOP

ANEXO PORTARIA Nº 63 - GAB/SEDIHPOP, DE 08 DE MARÇO DE 2017

REGIMENTO INTERNO DA COEPI/MA

Artigo 1º - A Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas no Estado do Maranhão, doravante denominada de COEPI/MA, instituída pelo Decreto nº 31.794/2016, tem por objetivo funcionar como canal de diálogo entre os Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário Estadual, Órgãos Federais, dentre outros, e as entidades representativas dos Povos Indígenas do Maranhão, além de construir, de forma participativa e democrática o Plano Estadual de Políticas Públicas para os Povos Indígenas.



Artigo 2º - A COEPI/MA norteará seus trabalhos a partir dos princípios da gestão compartilhada de informações, participação popular e respeito a legislação nacional e internacional, como condição indispensável de garantir, assegurar e proteger os direitos dos Povos Indígenas do Estado do Maranhão.

Artigo 3º - À COEPI/MA compete:

I-No exercício de suas atividades, a COEPI/MA levará em consideração as proposições oriundas nas conferências locais e regionais dos povos indígenas, assim como, os documentos legais e institucionais que contenham sua participação;

II-Elaborar o Plano Estadual de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão;

III-Construir uma agenda de trabalho, levando em consideração o tempo de 12 (doze) meses de vigência da COEPI/MA e os critérios de diversidade e regionalização das Terras Indígenas no Maranhão;

IV-Primar pelo diálogo e mediação entre órgãos governamentais e representantes dos povos indígenas e demais partes interessadas com objetivo de alcançar soluções pacíficas à pauta em questão;

Artigo 4º - A COEPI/MA se reunirá ordinariamente a cada (02) meses, e extraordinariamente mediante situações emergências, solicitada por um 1/3 (um terço) de seus membros ou mediante convocação de sua Coordenação.

Parágrafo Único: A Reuniões deverão ser convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 5º - Compõem a COEPI/MA:

I.do Poder Público:

- a)Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular;
- b)Secretaria de Estado da Educação;
- c)Secretaria de Estado da Saúde;
- d)Secretaria de Extraordinária de Igualdade Racial
- e)Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- f)Secretaria de Estado da Agricultura Familiar;
- g)Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária;
- h)Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais;
- i)Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social;
- j)Secretaria de Estado da Cultura e Turismo;
- k)Secretaria de Estado do Esporte e Lazer;
- l)Assessoria Especial do Governador.

Parágrafo Único. Integram ainda a COEPI/MA 01 (um) representante da Coordenação Regional da FUNAI-MA, e 01 (um) representante da Frente de Proteção Etnoambiental Awá-Guajá.

II.Das entidades e lideranças indígenas:

a)Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão - COAPIMA;

b)Associação Wyty Cate das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins - WYTY CATE;

c)Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão - AMIMA;

d)Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB;

e)Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB;

f)01 (um) representante de cada povo e/ou Terra Indígena, incluídos os Kĩkenyê, Gamla e Tremembé.

Artigo 6º - A Coordenação da COEPI/MA ficará a cargo de 01 (um) representante da SEDIHPOP e 01 (um) representante da COAPIMA.

§ 1º. A Secretaria Executiva da COEPI/MA será exercida pela Assessoria Especial do Governador, sendo responsável pela Memória, Relatórios e Atas das Reuniões ordinárias e extraordinárias e demais atos inerente a sua competência.

§ 2º. A Secretaria Executiva da COEPI/MA disponibilizará em até 05 (cinco) dias úteis após cada reunião um relatório resumido com as deliberações tomadas, bem como, elaborará a respectiva Ata que será apreciada pelo colegiado na reunião subsequente.

§ 3º - De acordo com as pautas e demandas apresentadas a COEPI/MA, poderão ser convidados outros órgãos estaduais e federais, entidades representativas e organizações de assessoria, bem como, especialistas nas questões a serem tratadas e conduzidas, no âmbito da COEPI/MA, para assessorar os trabalhos e contribuir na construção de ações por ela desenvolvidas.

§ 4º - Os membros titulares, independentemente de estarem representando órgão do Poder Público ou entidade da sociedade civil, gozam de iguais direitos de voz e voto, assegurado iguais prerrogativas aos membros suplentes no exercício de suas funções legais no âmbito da COEPI/MA.

Artigo 7º - A COEPI/MA poderá instituir Comissões Especiais de caráter permanente ou temporárias a fim de subsidiar sua atuação no âmbito de suas competências.

Artigo 8º - A reuniões da COEPI/MA gozarão de publicidade e transparência, sendo convocadas em primeira chamada, com a presença de 60% de seus membros.

Parágrafo Único. Em não havendo o quórum mínimo estabelecido pelo caput do artigo anterior será realizada a reunião em segunda chamada com o quórum presente.

Artigo 9º - As deliberações da COEPI/MA serão tomadas pela maioria simples dos presentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias.



Artigo 10º - São atribuições da Coordenação:

I-Coordenar as reuniões da COEPI/MA, e quando necessário convocar as reuniões extraordinárias da Comissão;

II-Promulgar os regimentos, resoluções, programas, ações e projetos aprovados pelo plenário;

III-Assinar correspondências e outros documentos em nome da Comissão;

IV-Tomar decisões em caráter de urgência ad referendum do Plenário;

V-Representar a COEPI/MA, podendo ser facultada a delegação de poderes a qualquer membro da Comissão;

VI-Articular politicamente os trabalhos da COEPI/MA junto ao Governador do Estado e demais órgãos e instituições nos termos do Artigo 1º deste regimento.

Artigo 11 - O Plenário será formado pela totalidade de seus membros, competindo-lhe:

I-Deliberar sobre as matérias relativas ao funcionamento, objetivos, finalidades e atividades da COEPI/MA;

II-Convocar reuniões extraordinárias, pelo voto de 1/3 de seus membros;

III-Deliberar sobre as decisões ad referendum tomadas pela Coordenação da Comissão;

IV-Aprovar alterações no Regimento Interno da COEPI/MA;

Parágrafo Único. Nas reuniões extraordinárias somente serão discutidos e votados os assuntos que motivaram a convocação, sendo vedado pautar outras matérias que não àquelas explicitadas na convocação.

Artigo 12 - Na ausência de um (01) membro titular e suplente da Comissão em duas reuniões consecutivas, sem justificativa, a coordenação da COEPI/MA oficiará ao órgão ou entidade da sociedade civil e as lideranças indígenas para indicar seus respectivos substitutos.

Artigo 13 - Este Regimento Interno pode ser alterado mediante proposta fundamentada de qualquer membro permanente com aprovação absoluta do colegiado, em reunião ordinária.

Artigo 14 - Os casos omissos neste Regimento Interno serão decididos pelo Plenário da COEPI/MA.

São Luís - MA, 03 de março de 2017.

ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

PODER EXECUTIVO

CASA CIVIL

Unidade de Gestão do Diário Oficial
Av. Senador Vitorino Freire, nº 1969 - Areinha - Fone: 3222-5624
CEP.: 65.030-015 - São Luís - Maranhão

E-mail: atendimento.diariooficial@gmail.com - Site: www.diariooficial.ma.gov.br

FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA
Governador

TEREZA RAQUEL BRITO BEZERRA FIALHO
Diretora-Geral do Diário Oficial

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial, observe atentamente as instruções abaixo:

- Edição dos textos enviados à Unidade de Gestão do Diário Oficial em CD ou Pen Drive;
- Medida da Página - 17cm de Largura e 25 cm de Altura;
- Editor de texto padrão: Word for Windows - Versão 6,0 ou Superior;
- Tipo da fonte: Times New Roman;
- Tamanho de letra: 9;
- Entrelinhas automáticas;
- Excluir linhas em branco;
- Tabelas/quadrados sem linhas de grade ou molduras;
- Gravar no CD ou Pen Drive sem compactar, sem vírus de computador;
- Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dias após a circulação do Diário Oficial;
- Se o erro for proveniente de falha de Impressão, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do CD ou Pen Drive, o ônus da reedição ficará a cargo do cliente;
- As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas;
- Utilize tantos CDs ou Pen Drives quanto seu texto exigir.
- Entrega de originais, 48 horas antes da data solicitada para Publicação.

Informações pelo Telefone (98) 3222-5624

TABELA DE PREÇOS

PUBLICAÇÕES

Valor centímetro x coluna (1cm x 6,5cm)

Terceiros	R\$ 7,00
Executivo	R\$ 7,00
Judiciário	R\$ 7,00

VALOR DO EXEMPLAR

Exemplar do dia	R\$ 0,80
Após 30 dias de circ.	R\$ 1,20
Por exerc. decorrido	R\$ 1,50

- As assinaturas do D.O. poderão ser feitas diretamente na Unidade de Gestão do Diário Oficial ou solicitadas por telefone ou correio, e valem a partir de sua efetivação.
- Os suplementos, não estão incluídos nas assinaturas. O envio destes é opcional e está condicionado ao pagamento de 10% sobre o valor da assinatura.